

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 13/10/2024, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para a **Procuradoria Geral do Município de Vitória**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 2 questões passíveis de recurso e/ou que devem ser anuladas, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 43 e 75.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING da PGM-Vitória** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1º fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/6cb3024a-9487-448c-abe4-9ef696039096>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/ebdde2c8-b238-4c26-b44b-78517192399c>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA –

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

QUESTÃO 01. O Tribunal de Contas do Estado Alfa apreciou as contas anuais de gestão do Prefeito do Município Beta e emitiu parecer favorável à sua aprovação. Ao receber a manifestação do Tribunal de Contas, o Presidente da Câmara Municipal, com base no regime interno dessa Casa Legislativa, abriu prazo para que qualquer vereador pudesse impugná-lo, de modo que pudesse ser apreciado pelo plenário da Casa Legislativa. A minguada de qualquer impugnação, as contas foram consideradas aprovadas.

A luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que essa narrativa

- a) não apresenta qualquer incorreção.
- b) apresenta incorreção em relação à aprovação das contas sem apreciação pelos vereadores.
- c) apresenta incorreção em relação ao não julgamento das contas pelo Tribunal de Contas.
- d) apresenta incorreção ao permitir a impugnação de parecer favorável à aprovação das contas.
- e) apresenta incorreção em relação à competência da Câmara Municipal para apreciar o parecer prévio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Não, pois não existe a aprovação ficta de contas, tem que haver a votação e a aprovação, consoante o entendimento do Supremo Tribunal Federal (RE 729744).

A alternativa B está correta. De fato, pois o parecer técnico elaborado pelo Tribunal de Contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local, sendo incabível o julgamento ficto das contas por decurso de prazo nos termos do entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça ao apreciar RE 729744.

A alternativa C está incorreta. O julgamento efetivo das contas é uma competência da Câmara Municipal (RE 729744).

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a impugnação do parecer é um procedimento permitido e, inclusive, necessário, para garantir a transparência e a devida fiscalização.

A alternativa E está incorreta. Compete exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local (RE 729744).

QUESTÃO 02. XX, magistrado com assento em órgão jurisdicional com competência para realizar o controle concentrado de constitucionalidade, sempre que realizava a interpretação constitucional, era direcionado pelos alicerces fundamentais da jurisprudência dos conceitos.

Essa constatação permite concluir que o entendimento de XX, no exercício da atividade judicante, é compatível com

- a) o originalismo.**
- b) o ativismo judicial.**
- c) o realismo jurídico.**
- d) a mutação constitucional.**
- e) o diálogo entre os planos axiológico e deontológico.**

Comentários

A alternativa A está correta. A questão trata acerca do realismo jurídico.

O originalismo atribui à Constituição o sentido que seus autores originais lhe conferiram no momento da promulgação. Trata-se de uma interpretação rígida, que não admite a adaptação do texto constitucional às mudanças históricas ou sociais. Por sua vez, a "jurisprudência dos conceitos" dá ênfase ao rigor técnico e à abstração dos conceitos jurídicos na interpretação e aplicação do direito. Sendo durante o auge do positivismo jurídico, buscava construir o direito a partir de conceitos estritamente definidos, de forma lógica e sistemática, como se fosse uma ciência exata (característica do Positivismo). Embora o originalismo, em si, não seja exatamente sinônimo de jurisprudência dos conceitos, as duas abordagens compartilham o formalismo e a preocupação com o significado fixo e técnico dos textos jurídicos.

As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa A.

QUESTÃO 03. Determinado Tribunal, ao se deparar com um debate em relação à incidência, ou não, de certo direito fundamental em uma relação processual, observou que as partes desenvolviam argumentos com base nas concepções de posições jurídicas prima facie e posições jurídicas definitivas.

Com base na teoria dos direitos fundamentais e na concepção preponderante na realidade brasileira, o Tribunal entendeu que os direitos fundamentais

- a) devem ser compreendidos com base na teoria externa, a qual, ao alicerçar posições jurídicas definitivas, é refratária à ponderação de bens, não sendo aceito por essa razão.**
- b) em sua quase totalidade, ensejam o surgimento de posições jurídicas definitivas, o que permite a formação da norma de decisão conforme o problema concreto.**

c) ensejam posições jurídicas prima facie, fruto da teoria externa dos direitos fundamentais, sendo influenciadas pelos aspectos circunstanciais do caso concreto.

d) ensejam posições jurídicas prima facie, que somente prevalecem em situações excepcionais, pois são incompatíveis com a máxima de cedência recíproca.

e) se harmonizam com a presença de uma posição jurídica prima facie ou absoluta, que é delineada ao fim da resolução da colisão entre direitos fundamentais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata acerca da posição jurídica prima facie, exigindo o conhecimento do examinando desta teoria.

A alternativa A está incorreta. A teoria externa dos direitos fundamentais aceita a ponderação de bens, especialmente na concepção de posições jurídicas prima facie.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, os direitos fundamentais estão sujeitos à ponderação.

A alternativa C está correta. Conforme a professora Nelma Fontana, os direitos fundamentais tem natureza jurídica de princípios e não de regras jurídicas, de modo que, diante de um conflito desses direitos fundamentais, busca-se a harmonização das normas. Entretanto, não sendo possível, busca-se a ponderação daquilo que será aplicado ao caso concreto, ou, porventura, aquilo que será relativizado. Nesse sentido ainda, explica Jose Salviano Carvalho da Costa "o caráter prima facie dos direitos fundamentais alinha-se às afirmações da teoria externa, posto que somente por via da interpretação dos princípios e regras como razões para o juízo concreto do dever-ser poderá se extrair a real extensão da proteção fundamental adequada ao caso em voga." Portanto, as posições jurídicas prima facie é a concepção preponderante na realidade brasileira, onde os direitos fundamentais são vistos como posições prima facie, poderão ser ajustadas conforme os aspectos específicos do caso em análise pelo julgado.

A alternativa D está incorreta. As posições jurídicas prima facie permitem a ponderação de direitos fundamentais.

A alternativa E está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, os direitos fundamentais são geralmente considerados posições prima facie e não absolutas.

QUESTÃO 04 - O Supremo Tribunal Federal (STF), em atendimento à postulação apresentada pelo Município Delta, que utilizou a ação constitucional cabível, reconheceu a inconformidade constitucional de decisões de órgãos da Justiça do Trabalho que determinaram a penhora de dotações orçamentárias do referido ente federativo, visando saldar débitos trabalhistas de empresas públicas municipais. O Município Beta teve os seus interesses atingidos por determinações similares, proferidas por órgãos de primeira e de segunda instâncias.

Considerando os termos dessa narrativa, o Município Beta deve dirigir-se ao STF com o ajuizamento de

a) reclamação

b) recurso extraordinário.

c) mandado de segurança.

d) ação direta de inconstitucionalidade.

e) arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Considerando que o município Beta teve seus interesses atingidos por determinações similares, sendo reconhecida a inconformidade constitucional das decisões, caberá ao município Beta ajuizar em face do STF Reclamação Constitucional, nos termos do artigo 103-A, § 3º da Constituição da República de 1988, uma vez que as decisões de primeira e segunda instância desrespeitaram uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Note que já há decisão com efeitos vinculantes do Tribunal e essa decisão não está sendo respeitada.

A alternativa B está incorreta. Não será cabível neste caso, pois, as decisões de primeira e segunda instância não envolvem diretamente a inconstitucionalidade de norma, mas sim a execução de débitos trabalhistas, portanto, não será cabível recurso extraordinário.

A alternativa C está incorreta. O mandado de segurança é utilizado para proteger direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data, nos termos do art. 5º, LXIX, da CRFB/88, não sendo, portanto, cabível ao caso.

A alternativa D está incorreta. A ação direta de inconstitucionalidade (ADI) é usada para questionar a constitucionalidade de normas em abstrato, não sendo, portanto, cabível ao caso.

A alternativa E está incorreta. A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) é utilizada para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do poder público, não sendo, portanto, cabível ao caso.

QUESTÃO 05. O Tribunal de Justiça do Estado Alfa (TJEA), ao apreciar ação direta de inconstitucionalidade manejada contra a Lei no X, do Município Sigma, declarou a sua inconstitucionalidade utilizando como paradigma norma da Constituição da República afeta ao processo legislativo, mais especificamente à promulgação das leis. Em sede de embargos de declaração, esclareceu que a Constituição do Estado Alfa não teria disciplinado a temática, daí a utilização da congênere federal como paradigma de confronto.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar, em relação à referida decisão, que

a) é correta, considerando a natureza da norma utilizada como paradigma de confronto pelo TJEA

b) usurpou competência do Supremo Tribunal Federal ao realizar a análise com base na Constituição da República.

c) é incorreta, salvo se houver norma da Constituição Estadual remetendo à Constituição Federal e determinando a sua aplicação subsidiária

d) é correta, pois o sistema constitucional brasileiro forma uma organicidade, logo, o TJEA sempre apreciará a norma objeto de controle à luz das Constituições Federal e Estadual.

e) é incorreta, salvo se a Constituição da República contiver norma expressa determinando a observância da norma pelas Constituições Estaduais, não bastando a ideia de simetria.

Comentários

A alternativa A está correta. A questão trata acerca da ação direta de inconstitucionalidade.

O processo legislativo é norma de repetição obrigatória, e a Constituição do Estado deve guardar simetria com a Constituição Federal. De modo que, quando o Tribunal de Justiça exerce essa competência, ele não usurpa a competência do STF, pois está interpretando a Constituição do Estado sob o prisma da Constituição Federal, que é norma de repetição obrigatória, conforme assim explica a professora Nelma Fontana. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 06. Em razão das deficiências detectadas, no âmbito de determinado ente federativo, na prestação do serviço de educação básica, o Ministério Público ajuizou ação civil pública com o objetivo de obter provimento jurisdicional que determinasse a sua regularização, formulando diversos pedidos nesse sentido.

Em situações dessa natureza, é correto afirmar que o Poder Judiciário deve

a) negar-se a substituir-se ao administrador no delineamento de finalidades e na gestão de políticas públicas.

b) limitar-se a determinar medidas pontuais, não avançando para as generalidades estruturais do sistema.

c) apontar as finalidades a serem alcançadas, cabendo à Administração delinear o plano ou os meios para alcançá-las.

d) nomear administrador judicial de modo a regularizar a gestão do sistema, com posterior reassunção pela Administração.

e) determinar, se necessário, for, a utilização de ocupantes de cargos em comissão e servidores temporários para suprir as carências de professores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a intervenção do poder judiciário em políticas públicas. O Supremo Tribunal Federal possui jurisprudência pacífica sobre a matéria, ao apreciar o RE 684612 / RJ.

A alternativa B está correta, consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Pode o Poder Judiciário interferir em políticas públicas, mas deverá se limitar a determinar medidas pontuais, não avançando para generalidades do sistema, conforme Tese firmada no RE 684612. Vejamos: “1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado; 3. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).”

QUESTÃO 07. A Lei Municipal n X, com o objetivo de fomentar o desporto no território do Município Sigma, determinou a adoção de três ordens de providências pelas estruturas de poder desse ente municipal:

I. tratar de forma mais benéfica o desporto não profissional do que o desporto profissional

II. somente destinar recursos públicos, para o desporto de alto rendimento, em casos específicos e de Caráter não prioritário

III. incentivar as manifestações desportivas de caráter nacional. Nesse caso, é correto afirmar, em relação às três ordens de providências, que, na perspectiva constitucional,

a) todas são constitucionais.

b) apenas a providência I é constitucional.

c) apenas a providência II é constitucional.

d) apenas as providências I e III são constitucionais.

e) apenas as providências II e III são constitucionais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o desporto, exigindo do candidato conhecimento sobre o artigo 217 da Constituição da República de 1988. Passamos a analisar as afirmativas.

A afirmativa I está correta. A CRFB/88 permite o tratamento diferenciado para o desporto não-profissional (art., 217, III, CRFB/88).

A afirmativa II está incorreta. Também destinará recursos para o desporto educacional, não apenas para o desporto de alto rendimento (art. 217, II, CRFB/88).

A afirmativa III está correta. Haverá também a proteção e incentivo às manifestações desportivas (art. 217, IV, CFRB/88).

QUESTÃO 08. Maria, esposa de João, Prefeito do Município Alfa, pretende concorrer ao cargo eletivo de vereadora no referido município na eleição que se realizaria ao fim do ano X. No início do ano X, João veio a falecer. No período estabelecido pela legislação vigente, Maria requereu o registro de sua candidatura, que veio a ser impugnada pelo Partido político Alfa, sob o argumento de que ela estaria inelegível.

A luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

a) a dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal não afasta a inelegibilidade de estatura constitucional.

b) Maria não pode concorrer ao cargo eletivo no território em que João era Prefeito, o que não é excepcionado pela ordem constitucional.

c) não há inelegibilidade no Poder Legislativo gerada por cargo no Executivo, logo, Maria poderia concorrer ao cargo eletivo independente do falecimento de João.

Maria pode concorrer ao cargo eletivo em razão da morte de João, já que a dissolução do vínculo conjugal não decorreu de uma tentativa de burla à sistemática constitucional.

e) a inelegibilidade do cônjuge do Prefeito Municipal somente ocorre em relação a quem ocupe esse cargo nos seis meses anteriores à eleição, o que não é o caso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre elegibilidade de cônjuge. Para responder a essa questão, o candidato deveria ter conhecimento acerca da Súmula Vinculante 18 e, também, do apreciado pelo RE 758.461.

A alternativa D está correta. Segundo a Súmula Vinculante 18, a dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no § 7º do art. 14 da Constituição Federal. Entretanto, o STF ao apreciar a referida súmula em caso de morte de um dos cônjuges, firmou o entendimento que a Súmula Vinculante 18 não se aplica aos casos de extinção do vínculo conjugal pela morte de um dos cônjuges. Portanto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 09. Nas eleições para a Câmara dos Deputados, o partido político Alfa elegeu Deputados Federais em oito unidades da federação, somente obtendo votos válidos nessas unidades; o partido político Beta elegeu quinze Deputados Federais e recebeu 299 (dois por cento) dos votos válidos; e o partido político Sigma elegeu vinte Deputados Federais, por vinte Estados, distintos, recebendo 1% (um por cento) dos votos válidos em cada um deles.

À luz da sistemática constitucional afeta à cláusula de desempenho dos partidos políticos, e a partir dos dados fornecidos, é correto afirmar, em relação à Alfa, Beta e Sigma, que, observado o eventual preenchimento de outros requisitos constitucionais,

- a) todos podem preenchê-la.
- b) apenas o partido político Alfa pode preenchê-la.
- c) apenas o partido político Beta pode preenchê-la.
- d) apenas os partidos Políticos Alfa e Sigma podem preenchê-la.
- e) apenas os partidos políticos Beta e Sigma podem preenchê-la.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre os recursos do fundo partidário, exigindo conhecimento do art. 17, §3º, da CRFB/88.

A alternativa E está correta. Vejamos que o determina a Constituição da República de 1988: “Art. 17, § 3º Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente: I - obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou II - tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.”

Pois bem, o partido político Beta elegeu quinze Deputados Federais e recebeu 299 (dois por cento) dos votos válido e partido político Sigma elegeu vinte Deputados Federais, por vinte Estados, distintos, recebendo 1% (um por cento) dos votos válidos em cada um deles. Veja que ambos preenchem os requisitos constitucionais. O partido político Alfa não conseguiu pois precisaria de eleger seus deputados em nove Estados da Federação, elegendo apenas oito.

Diante o exposto, as demais alternativas estão incorretas, conforme o gabarito da alternativa E.

QUESTÃO 10. Pedro, de nacionalidade brasileira e por se sentir um "cidadão do mundo", decidiu que não deveria estar atrelado a nenhum País, que o levou a consultar um especialista em relação à possibilidade, ou não, de renunciar à nacionalidade brasileira.

A luz da Constituição da República, foi corretamente informado a Pedro que

a) não é possível a renúncia na forma alvitada por ele.

b) a renúncia não é ato unilateral, pressupondo aquiescência do órgão competente.

c) o direito de nacionalidade é indisponível, logo, incompatível com o instituto da renúncia.

d) é possível a renúncia, mas a "nacionalidade pode ser readquirida, em caráter derivado, nos termos da lei.

e) é possível a renúncia, mas a nacionalidade pode ser readquirida, em caráter originário, nos termos da lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a renúncia da nacionalidade.

A alternativa A está correta. A Constituição da República de 1988 permite a perda da nacionalidade brasileira apenas se a pessoa adquirir outra nacionalidade voluntariamente (art. 12, §4º, II). Pedro poderá renunciar a nacionalidade brasileira, desde que não configura hipótese de apatridia. Veja que Pedro não quer ter vínculo com nenhum Estado ou nacionalidade.

A alternativa B está incorreta. A renúncia à nacionalidade brasileira é um ato unilateral do indivíduo, desde que não resulte em apatridia. A exigência é adquirir outra nacionalidade.

A alternativa C está incorreta. O direito à nacionalidade pode ser renunciado conforme o disposto no Art. 12 da Constituição, desde que isso não leve à apatridia.

A alternativa D está incorreta. A Constituição permite a perda da nacionalidade, mas a readquirição só é possível em caráter originário (art. 12, §5º, CRFB/88).

A alternativa E está incorreta. Ao se readquirir a nacionalidade, é em caráter derivado.

QUESTÃO 11. O Secretário de Fazenda do Município Alfa figurou como autoridade coatora em mandado de segurança impetrado por um servidor ocupante de cargo de provimento em comissão em que postulava o pagamento de certa vantagem pecuniária que, ao seu ver, fora indevidamente suprimida dos seus ganhos regulares. Foi dada ciência da impetração ao órgão de representação judicial do Município Alfa. O pedido foi julgado procedente e a sentença concessiva do mandado de segurança determinou a imediata implementação da vantagem e o correlato pagamento dos valores pretéritos o tomar ciência do teor da decisão, o Secretário de Fazenda do Município Alfa interpôs recurso de apelação.

A luz da sistemática vigente, é correto afirmar, em relação à narrativa acima, que ela

a) não apresenta nenhuma irregularidade.

b) somente apresenta irregularidade em relação à interposição de recurso pela autoridade coatora.

c) somente apresenta irregularidade quanto à determinação de pagamento de vantagens anteriores à sentença.

d) somente apresenta irregularidade quanto à determinação de pagamento de vantagens anteriores ao ajuizamento da inicial.

e) somente apresenta irregularidade quanto à determinação de pagamento de vantagens anteriores ao ajuizamento da inicial sem a condicionante do prazo prescricional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Para responder a essa questão, exigiu do candidato a aplicabilidade da Súmula 271 do Supremo Tribunal Federal.

A alternativa D está correta. Concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação à período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria. Ou seja, deverá considerada a data de impetração do mandado de segurança. A demais alternativas estão incorretas, nesse sentido.

QUESTÃO 12. A Lei municipal no X, de iniciativa parlamentar, proibiu a participação de servidores públicos municipais nas licitações realizadas pelas estruturas de poder do Município Beta. Acresça-se que o projeto foi devidamente sancionado pelo Prefeito Municipal.

Logo após a publicação desse diploma normativo, a associação dos servidores públicos municipais consultou um especialista em relação à sua conformidade constitucional, sendo-lhe corretamente-informado que ele é

a) inconstitucional por invadir competência legislativa privativa da União.

b) constitucional por versa sobre típico interesse local, de competência privativa municipal.

c) inconstitucional por invadir competência legislativa concorrente da União e do Estado

d) constitucional, pois foi editada no exercício da competência legislativa suplementar Município.

e) inconstitucional, na medida em que o vício de iniciativa não foi sanado pela sanção do Prefeito Municipal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Para responder a essa questão o candidato deveria ter conhecimento acerca da jurisprudência da matéria.

A alternativa A está incorreta. A União tem competência privativa para legislar sobre determinadas matérias, mas a questão não envolve uma dessas competências exclusivas, como defesa nacional ou moeda, por exemplo.

A alternativa B está incorreta. Embora os municípios tenham competência para legislar sobre assuntos de interesse local (Art. 30, I, da Constituição Federal), a questão da licitação pública pode envolver normas gerais que são de competência da União (Art. 22, XXVII).

A alternativa C está incorreta. Licitações são regulamentadas principalmente pela União, e os municípios podem suplementar essas normas no que couber (Art. 24, CF), desde que não contrariem normas gerais.

A alternativa D está correta. É constitucional o ato normativo municipal, editado no exercício de competência legislativa suplementar, consoante o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal ao apreciar o RE 910552, firmando a seguinte tese: “É constitucional o ato normativo municipal, editado no exercício de competência legislativa suplementar, que proíba a participação em licitação ou a contratação: (a) de agentes eletivos; (b) de ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança; (c) de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer destes; e (d) dos demais servidores públicos municipais.”

A alternativa E está incorreta. Note que o caso narrado se refere à competência legislativa.

QUESTÃO 13. A Lei federal n X veiculou a obrigatoriedade de serem concedidos incentivos, pela União, no âmbito de determinado complexo geoeconômico e social, de modo a atuar como fator de estímulo ao seu desenvolvimento. Para tanto, foi estatuído, entre outras medidas, que haveria o diferimento temporário de certos tributos federais devidos por pessoas físicas e jurídicas, além de juros favorecidos para o financiamento de atividades prioritárias. Um legitimado à deflagração do controle concentrado de constitucionalidade solicitou que sua assessoria analisasse a conformidade constitucional da Lei federal n X, sendo-lhe corretamente esclarecido que ela

a) não apresenta nenhum vício.

b) apresenta vício apenas quanto à forma, pois deveria ter sido editada lei complementar.

c) apresenta vício apenas ao estabelecer o diferimento temporário de tributos devidos por pessoas físicas.

d) apresenta vício quanto ao tratamento diferenciado de um complexo geoeconômico e social em detrimento do restante do país.

e) apresenta vício apenas ao estabelecer juros favorecidos, considerando somente as atividades prioritárias realizadas em um complexo geoeconômico e social em particular.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A lei apresenta vícios quanto à sua forma, pois deveria ser uma lei complementar (art. 43, §1º, CRFB/88).

A alternativa B está correta. Para responder a essa questão, bastava a aplicabilidade do art. 43 da Constituição da República de 1988. Vejamos: “Art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais. § 2º Os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na forma da lei: II - juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias; III - isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas, ou jurídicas.” A lei em questão deve ser lei complementar.

A alternativa C está incorreta. O vício não está apenas no diferimento temporário, mas sim na necessidade de ser uma lei complementar para tratar desses incentivos (art. 43, §1º, CRFB/88).

A alternativa D está incorreta. O vício, novamente, é quanto à forma da lei.

A alternativa E está incorreta. Estabelecimento de juros favorecidos é permitido pela Constituição, ao ser regulado por uma lei complementar (art. 43, §1º, CRFB/88).

QUESTÃO 14. A Secretária Municipal competente, no âmbito do Poder Executivo do Município de Vitória/ES, realizou levantamento dos bens municipais de natureza dominical. Ao fim do levantamento, sugeriu ao Prefeito Municipal providências que se encontram em perfeita harmonia com a Lei Orgânica do Município de Vitória. Assinale, entre as opções, a única que se ajusta à narrativa.

a) Deve-se atribuir preeminência à opção de venda dos bens imóveis

b) A concessão de direito real de uso ocupa posição preferente em relação à venda ou à doação.

c) Deve-se atribuir preeminência à transformação dos bens dominicais em bens de uso especial

d) A venda de áreas urbanas, aos proprietários dos imóveis lindeiros, dispensa a autorização legislativa.

e) A concessão de direito real de uso somente pode ser realizada em se tratando de bem imóvel a ser empregado em serviço público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A Lei Orgânica prioriza a concessão de direito real de uso.

A alternativa B está correta. A resposta para essa questão encontra previsão no art. art. 24, §1º, da Lei Orgânica do Município de Vitória/ES. Vejamos: “§ 1º O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso mediante prévia autorização legislativa

e concorrência. A concorrência poderá ser dispensada por lei quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.”

A alternativa C está incorreta. Não há previsão na Lei Orgânica que atribua preeminência à transformação dos bens dominicais em bens de uso especial.

A alternativa D está incorreta. A concessão de direito real de uso é priorizada com prévia autorização legislativa e concorrência.

A alternativa E está incorreta. A concessão de direito real de uso pode ser feita para diversos fins, não se limitando apenas ao uso em serviço público.

QUESTÃO 15. No âmbito do ente federativo Alfa, é identificada a existência de duas sociedades de economia mista e de uma empresa pública que desempenham atividade econômica em sentido estrito. A sociedade de economia mista X recebia recursos do respectivo ente federativo para o pagamento de despesas com pessoal. A sociedade de economia mista Y recebia recursos dessa natureza para o pagamento das despesas de manutenção de bens imóveis. Por fim, a empresa pública Z recebia tais recursos para a aquisição de equipamentos e instalações.

Considerando a sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação à sujeição, ou não, dos empregados de X, Y e Z ao teto remuneratório constitucional, que

- a) todos estão sujeitos ao teto.**
- b) apenas os empregados de X estão sujeitos ao teto.**
- c) apenas os empregados de Z estão sujeitos ao teto.**
- d) apenas os empregados de X e Y estão sujeitos ao teto.**
- e) apenas os empregados de Y e Z estão sujeitos ao teto.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Todos os empregados de X, Y e Z estão sujeitos ao teto remuneratório, nos termos do Art. 37, § 9º, da CRFB/88. Vejamos: “9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.” Como todas as entidades (X, Y e Z) recebem recursos do ente federativo para despesas de pessoal, manutenção, ou aquisição de equipamentos, os empregados estão sujeitos ao teto remuneratório constitucional. Isso está em conformidade com o Art. 37, § 9º, da CRFB/88.

A alternativa B está incorreta. Todos estão sujeitos ao teto, não apenas os empregados de X.

A alternativa C está incorreta. Todos estão sujeitos ao teto, não apenas os empregados de Z.

A alternativa D está incorreta. Todos estão sujeitos ao teto, não apenas os empregados de X e Y.

A alternativa E está incorreta. Todos estão sujeitos ao teto, não apenas os empregados de Y e Z.

QUESTÃO 16. Pedro, Prefeito do Município Sigma, teve uma dura discussão com João, seu vizinho, em razão de uma árvore situada na linha limítrofe das propriedades de ambos. Por tal razão, Pedro desferiu disparos de arma de fogo que foram a causa eficiente de sua morte

A luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

a) a competência do Tribunal do Júri, por consubstanciar direito fundamental da pessoa humana, deve sempre preponderar sobre a competência do Tribunal de Justiça, logo, Pedro deve ser julgado por aquele órgão.

b) na situação descrita na narrativa, a competência do Tribunal do Júri prepondera sobre a competência do Tribunal de Justiça, logo, Pedro deve ser julgado por aquele órgão.

c) na situação descrita na narrativa, a competência do Tribunal de Justiça prepondera sobre a competência do Tribunal do Júri, logo, Pedro deve ser julgado por aquele órgão.

d) cabe ao Tribunal de Justiça, órgão de maior hierarquia, decidir se Pedro deve ser processado e julgado perante o Tribunal de Justiça ou perante o Tribunal do Júri

e) como a competência do Tribunal de Justiça sempre prepondera sobre a do Tribunal do Júri, Pedro deve ser processado e julgado perante aquele órgão

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta. Houve a prática do crime de homicídio que não se relaciona com o exercício das funções. E nesse caso, não prevalecerá o foro por prerrogativa de função, sendo ele levado a júri popular.

Em maio de 2018, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em questão de ordem na Ação Penal 937, restringiu o foro por prerrogativa de função às hipóteses de crimes praticados no exercício da função ou em razão dela. Com base nesse entendimento, em junho de 2018, a Corte Especial do STJ decidiu, na questão de ordem na APn 857, que o foro no caso de governadores e conselheiros de tribunais de contas ficaria restrito a fatos ocorridos durante o exercício do cargo e em razão deste. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 17. Maria, vereadora no âmbito do Município Sigma, logo após deixar uma sessão da Câmara Municipal, estando fora de suas dependências, foi abordada por veículos de comunicação social de alcance nacional e questionada em relação às suspeitas de que ilícitos vinham sendo praticados no âmbito de Sigma. Nesse momento, afirmou que agentes do Poder Executivo vinham sistematicamente desviando recursos públicos, constatação que decorria da inexistência de cumprimento, pelos contratados, das obrigações assumidas junto ao Poder Público, embora fosse promovida a devida liquidação da despesa pública. Nesse caso, à luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- a) a afirmação de Maria não tem correlação com o exercício do mandato, o que pode acarretar a sua responsabilização.
- b) não é possível a responsabilização de Maria, considerando a natureza e o local em que foi realizada a afirmação.
- c) na medida em que os veículos de comunicação têm caráter nacional, Maria pode ser responsabilizada.
- d) a responsabilização de Maria este condicionada à prévia autorização da Câmara Municipal
- e) como a afirmação foi feita fora das dependências da Câmara, Maria pode ser responsabilizada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta. A decisão do STF, em maio de 2018, ao restringir o foro por prerrogativa de função, implica que o foro especial é aplicável somente aos crimes cometidos no exercício da função ou em razão dela. Ao apreciar o RE 600063 firmou a seguinte tese: “Nos limites da circunscrição do município e havendo pertinência com o exercício do mandato, garante-se a imunidade ao vereador.” Portanto, os vereadores gozam de imunidade material por suas opiniões, palavras e votos, dentro dos limites do município e havendo pertinência com o exercício do mandato. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 18. O Prefeito do Município Alfa encaminhou projeto de lei à Câmara Municipal, alterando o regime jurídico dos servidores públicos municipais. O projeto disciplinou os requisitos a serem observados para a progressão funcional, fixou em 5% da remuneração básica o valor de determinada gratificação estipendial; e dispôs sobre o processo administrativo disciplinar ao qual os servidores poderiam responder.

No curso do processo legislativo, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu corretamente, na perspectiva da Constituição da República, que

- a) como o poder de emendar está ínsito no poder de legislar, poderiam ser livremente apresentadas emendas no âmbito da Câmara Municipal, não havendo limitadores a esse respeito

b) por se tratar de projeto de lei afeto ao regime jurídico dos servidores públicos, somente podem ser aceitas emendas de comissão, nas emendas individuais.

c) a disciplina da progressão funcional é manifestamente inconstitucional por afrontar a exigência de aprovação em concurso público para o acesso aos cargos públicos.

d) por se tratar de matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, o poderiam ser aprovadas emendas no âmbito da Câmara Municipal.

e) o valor da gratificação estipendial não pode ser aumentado por meio de emenda parlamentar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Mesmo que o poder de emendar esteja implícito no poder de legislar, há restrições quando a matéria é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

A alternativa B está incorreta. A restrição não se aplica da forma indicada.

A alternativa C está incorreta. A progressão funcional não afronta o princípio do concurso público.

A alternativa D está incorreta. Podem emendas ser apresentadas e aprovadas, desde que não alterem a essência do projeto de iniciativa privativa do Chefe do Executivo

A alternativa E está correta. As emendas parlamentares que aumentem despesas em projetos de lei de iniciativa privativa do Chefe do Executivo são inconstitucionais: “Não será admitido aumento da despesa prevista: I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;”

QUESTÃO 19. Em razão da não realização, para o Município Alfa, das transferências obrigatórias contempladas na Constituição da República, & Prefeito desse Município impetrou mandado de segurança contra ato do Governador do Estado Delta, o qual foi apontado como autoridade coatora. Tribunal de Justiça, órgão competente para apreciar a causa em caráter originário, proferiu decisão denegatória que, ao ver do impetrante, era teratológica, sendo tida como manifestamente contrária a diversos comandos da Constituição da República.

Exauridos os recursos cabíveis no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado Delta, o procurador-geral de Alfa concluiu corretamente que

a) não é cabível nenhum recurso

b) cabe recurso de fundamentação livre a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal

c) cabe recurso de fundamentação vinculada a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal

d) cabe recurso de fundamentação livre a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

e) cabe recurso de fundamentação vinculada a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Existem recursos cabíveis após a decisão denegatória de um mandado de segurança, especialmente quando se esgotam os recursos no tribunal de origem.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o recurso extraordinário ao STF deve ter fundamentação vinculada a questões constitucionais relevantes.

A alternativa C está incorreta. A instância correta neste caso é o Superior Tribunal de Justiça.

A alternativa D está incorreta. O recurso especial ao STJ também deve ter fundamentação vinculada a questões legais e infraconstitucionais. Não há o que se falar em fundamentação livre.

A alternativa E está correta. É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada, nos termos da Súmula 281 do Supremo Tribunal Federal. Logo, sendo cabível o recurso ordinário.

QUESTÃO 20. O Município Delta celebrou um ajuste, com a Organização internacional Alfa, no qual havia convergência de interesses e era previsto o repasse de recursos, por esta última, com o objetivo de auxiliar o aprimoramento de determinada política pública desenvolvida em prol de jovens carentes. Em razão da não comprovação de parte das despesas realizadas pelo Município Delta, a questão terminou por ser judicializada perante o juízo competente, pois Alfa almejava que parte dos recursos fosse

devolvida.

Nesse caso, é correto afirmar que, em relação à referida decisão, Alfa

a) pode interpor recurso a ser julgado pelo Tribunal de Justiça

b) pode interpor recurso a ser julgado pelo Superior Tribunal de internacional Justiça

c) pode interpor recurso a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal

d) pode interpor recurso a ser julgado pelo Tribunal Regional Federal da respectiva Região.

e) não pode interpor para um penal superior, considerando a natureza do órgão que a proferiu.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O Tribunal de Justiça não é competente para julgar este tipo de recurso.

A alternativa B está correta. Conforme o Art. 105, II, c, compete ao STJ julgar, em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no país.

A alternativa C está incorreta. STF não é o tribunal competente para este tipo de recurso (Art. 105, II, c, CRFB/88).

A alternativa D está incorreta. O Tribunal Regional Federal não é competente para julgar este tipo de recurso, que deve ser encaminhado ao STJ (Art. 105, II, c, CRFB/88).

A alternativa E está incorreta. É possível interpor recurso para um tribunal superior, no caso, o STJ, nos termos do Art. 105, II, c, CRFB/88.

QUESTÃO 21. Ao estudar a moderna jurisprudência dos Tribunais Superiores acerca dos princípios constitucionais do direito administrativo sancionador, notadamente no que diz respeito às garantias constantes do Art. 5 XXVI ("a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada") e do Art. 5, XL ("a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu"), com relação ao poder de polícia e as disposições da lei de improbidade administrativa, Walkyria concluiu corretamente que

a) todas as normas que possam beneficiar o apenado devem retroagir no âmbito do direito administrativo sancionador.

b) apenas as normas mais benéficas que versam sobre prescrição no âmbito do direito administrativo sancionador devem retroagir.

c) a penalidade administrativa deve se basear pelo princípio do tempus *regit actum*, salvo se houver previsão expressa de retroatividade da lei mais benéfica.

d) a retroatividade das normas do direito administrativo sancionador restringe-se à aplicação das penalidades previstas na Lei de Improbidade Administrativa, de natureza penal, que possui determinação expressa em tal sentido.

e) não é possível que se determine a retroatividade de normas no âmbito do direito administrativo sancionador, ainda que elas sejam benéficas para o apenado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. Trata-se de questão relativa ao tema princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.

A alternativa A está incorreta, uma vez que, conforme será melhor demonstrado nos comentários à letra C, a regra geral consiste na impossibilidade de retroatividade de norma mais benéfica, no âmbito do direito administrativo sancionador, a não ser que haja disposição legal expressa em contrário.

A alternativa B está incorreta, considerando que outras espécies de normas, para além daquelas referentes ao tema prescrição, até podem vir a receber tratamento retroativo, contanto que exista previsão expressa nesse sentido, à luz do entendimento fixado pelo STJ, conforme se verá no comentário do próximo item.

A alternativa C está correta, porquanto alinhada ao que restou decidido pelo STJ, como se extrai do seguinte trecho de julgado: “a penalidade administrativa deve se basear pelo princípio do *tempus regit actum*, salvo se houver previsão autorizativa de aplicação do normativo mais benéfico posterior às condutas pretéritas.” (REsp n. 2.103.140/ES, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 4/6/2024, DJe de 18/6/2024.)

A alternativa D está incorreta, pois: i) inexistente a alegada restrição de retroatividade de normas do direito administrativo sancionador apenas no que concerne à Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa – LIA); ii) as sanções constantes da LIA não têm natureza penal, mas sim cível, ao contrário do que foi aqui colocado pela Banca; e iii) não há a alegada determinação expressa na LIA quanto a uma suposta retroatividade de disposições contidas na Lei 14.230/2021.

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que se mostra em rota de colisão com o entendimento fixado pelo STJ, indicado nos comentários à letra C.

QUESTÃO 22. Caso o Município venha a ser condenado em ação indenizatória, com base na caracterização de responsabilidade civil em decorrência de danos causados por seus agentes no exercício de suas atribuições, o ente federativo deverá ajuizar ação de regresso para fins de obter o ressarcimento ao erário. Considerando o ordenamento vigente e a orientação dos Tribunais Superiores acerca do tema, é correto afirmar que a pretensão a ser veiculada na mencionada ação de regresso

a) é imprescritível.

b) decai no prazo de 10 (dez) anos.

c) prescreve no prazo de 5 (cinco) anos.

d) decai no prazo de 3 (três) anos.

e) prescreve no prazo de 20 (vinte) anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão sob exame versa acerca do tema prazo para ajuizamento de ação de regresso para fins de ressarcimento ao erário.

De acordo com o entendimento de nossos Tribunais Superiores, a Administração dispõe do prazo de 5 anos para o ajuizamento de ação de regresso contra o agente público causador dos danos, em interpretação analógica com o disposto no art. 1º do Decreto 20.910/32, segundo o qual “As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.” A compreensão, em suma, é na linha de que, sendo de 5 anos o prazo para o ajuizamento de demanda contra a Fazenda Pública, esse também deve ser o prazo de que dispõe o ente público para mover ação em face de seu servidor, regressivamente. Portanto:

A alternativa A está incorreta, ao sustentar se tratar de pretensão imprescritível.

A alternativa B está incorreta, seja porque afirmou se tratar de prazo decadencial, quando, na verdade, é prescricional, seja porque aduzir ser de 10 anos, quando em verdade o é de apenas 5 anos.

A alternativa C está correta, porquanto ajustada aos fundamentos acima esposados.

A alternativa D está incorreta, eis que reincidiu no erro de afirmar que se trata de decadência, assim como porque sustentou que o prazo seria de 3 anos, e não de 5 anos, como assentado pela jurisprudência.

A alternativa E está incorreta, na medida em que aduziu que o prazo prescricional seria de 20 anos, quando na realidade é de apenas 5 anos.

QUESTÃO 23. Sociedade Violeta praticou a conduta de, mediante combinação com agente público, frustrar o caráter competitivo de procedimento licitatório público, fato que caracteriza ato lesivo à Administração Pública, na forma da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), infração administrativa no âmbito da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos), bem como ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, consoante Lei n 8.429/92, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, sendo certo que seus dirigentes atuaram com dolo específico de atingir tal finalidade.

Nesse cenário, considerando o disposto nos aludidos diplomas legais, é correto afirmar que

a) diante da independência das esferas de responsabilização, não há possibilidade de resultar do mesmo processo administrativo penalidade administrativa que esteja prevista em mais de uma das mencionadas normas.

b) o acordo de leniência que venha a ser formalizado com fulcro na Lei Anticorrupção não poderá abarcar as penalidades previstas na Lei de Licitações e Contratações.

c) com relação às sanções aplicadas com base na lei de improbidade administrativa e na lei anticorrupção, existe previsão expressa na primeira das referidas normas no sentido de vedar a aplicação do princípio do *non bis in idem*.

d) as infrações relacionadas à lei de licitações e contratos e à lei anticorrupção serão apuradas e julgadas conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos nessa última lei.

e) dentre as penalidades aplicáveis com base na lei de Improbidade administrativa, que se submete à reserva de Jurisdição, está a sanção de dissolução compulsória da sociedade prevista para os atos de improbidade que causam.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Trata-se de questão em que a Banca cobrou domínio sobre a Lei 12.846/2013, Lei 8.429/92 e Lei 14.133/2021.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que seu conteúdo não se compatibiliza com o teor do art. 159 da Lei 14.133/2021, *in verbis*: “Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.”

A alternativa B está incorreta, considerando que o art. 17 da Lei Anticorrupção assim estabelece: “A administração pública poderá também celebrar acordo de leniência com a pessoa jurídica responsável pela prática de ilícitos previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com vistas à isenção ou atenuação das sanções administrativas estabelecidas em seus arts. 86 a 88.” Com efeito, embora a norma refira-se à lei de licitações e contratos já revogada, é evidente que sua aplicabilidade deve ser direcionada para a atual Lei 14.133/2021, de modo que o acordo de leniência pode, sim, abranger as sanções administrativas ali arroladas.

A alternativa C está incorreta, uma vez que, na verdade, a Lei 8.429/92 possui regra expressa no sentido de reverenciar (ao invés de vedar) a aplicação do princípio do *non bis idem*. Isso porque assim preconiza seu art. 3º, §2º: “As sanções desta Lei não se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.”

A alternativa D está correta, pois seu teor encontra explícito amparo na norma do art. 159 da Lei 14.133/2021, acima transcrita nos comentários à letra A.

A alternativa E está incorreta, porquanto a sanção de dissolução compulsória da sociedade não está prevista na Lei de Improbidade Administrativa, mas sim na Lei Anticorrupção, a teor de seu art. 19, III, *litteris*: “Em razão da prática de atos previstos no art. 5º desta Lei, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio das respectivas Advocacias Públicas ou órgãos de representação judicial, ou equivalentes, e o Ministério Público, poderão ajuizar ação com vistas à aplicação das seguintes sanções às pessoas jurídicas infratoras: (...) dissolução compulsória da pessoa jurídica;”

QUESTÃO 24. Ao aprofundar os seus estudos com relação à orientação dos Tribunais Superiores acerca da função regulatória exercida pelas Agências Reguladoras, notadamente com relação à atividade normativa e seus consectários, Bruna verificou corretamente que

a) não há possibilidade de se reconhecer a existência de reserva de administração em matéria regulatória, podendo o legislador liberar a comercialização de substâncias sem a observância mínima dos padrões de controle previstos em lei e veiculados por meio de resolução de Agências Reguladoras, inclusive na área da saúde.

b) no exercício da competência regulatória definida em lei, a Agência Reguladora pode inovar no ordenamento jurídico no âmbito de sua esfera de atuação, atendidos os parâmetros estabelecidos na respectiva norma.

c) as resoluções das Agências Reguladoras são exemplos de regulamentos autônomos, pois retiram o seu fundamento de validade diretamente da constituição, independentemente da atuação do legislador ordinário.

d) o legislador municipal pode dispor acerca da isenção das tarifas de serviços públicos em prol da coletividade, inclusive de energia elétrica e telecomunicações, ainda que haja resolução de Agência Reguladora delimitando a respectiva cobrança, considerando a hierarquia entre as normas.

e) a deslegalização promovida para o exercício da competência regulatória inviabiliza que o legislador edite uma norma que revogue a competência normativa atribuída à Agência Reguladora.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A presente questão abordou o tema função regulatória exercidas por agências reguladoras.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que seu teor não se coaduna com a compreensão firmada pelo STF, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, de acordo com o seguinte trecho de ementa: “A atuação do Estado por meio do poder legislativo não poderia, sem elevadíssimo ônus de inércia indevida ou dano por omissão à proteção da saúde por parte da agência reguladora, autorizar a liberação de substâncias sem a observância mínima dos padrões de controle previstos em lei e veiculados por meio das resoluções da Anvisa, decorrentes de cláusula constitucional expressa.” (ADI 5779, Relator(a): NUNES MARQUES, Relator(a) p/ Acórdão: EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 14-10-2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-036 DIVULG 22-02-2022 PUBLIC 23-02-2022)

A alternativa B está correta. Embora não haja consenso doutrinário acerca do tema, a jurisprudência, inclusive do STF, possui compreensão estabelecida na linha da possibilidade de que as agências reguladoras, no exercício de seu poder normativo, criem direitos e obrigações, desde que observados os parâmetros gerais (*standards*) previstos em lei. Dessa forma, como há, de fato, a possibilidade de instituição originária de direitos e obrigações, opera-se a inovação do ordenamento jurídico.

A alternativa C está incorreta. Não se trata de regulamentos autônomos, mas sim de regulamentos autorizados. Afinal, a lei deve ao menos fixar diretrizes básicas (os chamados *standards*), cabendo aos atos normativos das agências complementar o conteúdo das leis. Cuida-se de opção do próprio legislador, que retira a matéria do domínio da lei e a transfere para o domínio do regulamento.

A alternativa D está incorreta, visto que o próprio STF já considerou inconstitucional lei estadual que pretendia conceder isenção de tarifas de energia elétrica. No ponto, confira-se: “Lei estadual que atribui ao Poder Executivo estadual a faculdade de isentar o pagamento de tarifas de energia elétrica não se compatibiliza com o modelo de repartição de competência previsto na Constituição Federal para a matéria. Precedentes.” (ADI 7337, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 27-03-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 03-04-2023 PUBLIC 04-04-2023). É de se concluir que o mesmo entendimento se aplica, por óbvio, na hipótese de lei municipal com semelhante objeto, o que evidencia o desacerto deste item.

A alternativa E está incorreta. A deslegalização consiste na retirada de certas matérias do domínio da lei, passando-as ao domínio do regulamento. É a própria lei - é válido frisar - que realiza a aludida degradação da hierarquia normativa da matéria. Portanto, a mesma lei que assim o faz, detém a possibilidade de, se for o caso, retomar, posteriormente, sua competência para o tratamento da respectiva matéria no plano legislativo, retirando-a do domínio dos regulamentos.

QUESTÃO 25. Considerando o disposto na atual redação do Decreto-Lei 3.365/41 no que concerne à desapropriação de bens públicos por necessidade ou utilidade pública, é correto afirmar que

a) não é possível a desapropriação de bens públicos por quaisquer dos entes federativos, diante da expressa vedação constante do mencionado Diploma Legal, que abarca bens móveis e imóveis.

b) o único ente legitimado para desapropriar bens públicos de outros entes federativos, mediante a devida autorização legislativa do respectivo proprietário, é a União.

c) a desapropriação de bens públicos pode ocorrer do ente federativo maior, para o ente menor, mas só é viável nas situações que envolvem necessidade pública, na medida em que vedada para as hipóteses de utilidade pública.

d) todos os entes federativos têm competência para desapropriar bens públicos dos demais entes federativos, desde que mediante a devida autorização legislativa para tal finalidade.

e) será dispensada a autorização legislativa para desapropriação de bens públicos na forma prevista em lei, quando ela for realizada mediante acordo entre os entes federativos, no qual serão fixadas as respectivas responsabilidades financeiras quanto ao pagamento das indenizações correspondentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. Trata-se de questão referente ao tema desapropriação.

A alternativa A está incorreta, visto que o art. 2º, §2º, do Decreto-lei 3.365/41 é explícito ao autorizar a desapropriação de bens públicos, observadas as condições ali estabelecidas. Confira-se: “Será exigida autorização legislativa para a desapropriação dos bens de domínio dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal pela União e dos bens de domínio dos Municípios pelos Estados.”

A alternativa B está incorreta. Consoante a parte final do preceito legal acima indicado, é admitida a desapropriação de bens municipais pelos estados-membros, de modo que não é verdadeiro sustentar que apenas a União detenha tal competência.

A alternativa C está incorreta. Inexiste a alegada restrição à desapropriação de bens públicos apenas aos casos de necessidade pública. Pelo contrário, o Decreto-lei 3.365/41 é explícito ao se referir à utilidade pública, admitindo, expressamente, a expropriação de bens públicos.

A alternativa D está incorreta, pois o Distrito Federal e os municípios não dispõem de competências para a desapropriação de bens públicos, à luz da citada norma do art. 2º, §2º, do referido Decreto-lei.

A alternativa E está correta, na medida em que seu conteúdo tem apoio no que enuncia o art. 2º, §2º-A, do Decreto-lei 3.365/41, ora transcrito: “Será dispensada a autorização legislativa a que se refere o § 2º quando a desapropriação for realizada mediante acordo entre os entes federativos, no qual serão fixadas as respectivas responsabilidades financeiras quanto ao pagamento das indenizações correspondentes.”

QUESTÃO 26. No delineamento da Administração Pública em sentido subjetivo e em sentido objetivo, observa-se que existem situações que não se enquadram na primeira perspectiva, mas se adequam à segunda, na medida em que correspondem ao exercício da função administrativa por pessoas que não integram a Administração Pública contexto em que é correto indicar

- a) a formalização de contratos por sociedades de economia mista.**
- b) o exercício da atividade de polícia por Agência Reguladora.**
- c) a prestação de serviços públicos por concessionárias e permissionárias.**
- d) a autorização para o uso de bem público deferida por Secretaria Municipal.**
- e) a realização de concursos públicos por empresas públicas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. Trata-se de questão em que foram explorados conhecimentos atinentes ao tema administração pública em sentidos objetivo e subjetivo.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que as sociedades de economia mista integram a administração indireta, razão pela qual a formalização de contratos por tal espécie de entidade não atende ao disposto no enunciado.

A alternativa B está incorreta. Agências reguladoras constituem entidades autárquicas, sob regime especial, de maneira que também compõem a administração indireta. Logo, estão abraçadas pelo conceito de administração em sentido subjetivo, de modo que o presente item não satisfaz ao enunciado.

A alternativa C está correta. Concessionárias e permissionárias podem ser tidas como pessoas privadas, não integrantes da Administração Pública, mas que, ao vencerem licitações, recebem do Poder Público delegação para a prestação de serviços. Assim sendo, não integram a administração em sentido subjetivo, mas, ao desempenharem função administrativa (serviços públicos), encontram-se abraçadas pelo conceito de administração em sentido objetivo, tal como desejado pelo enunciado da questão. Portanto, acertado o item sob exame.

A alternativa D está incorreta. Secretarias Municipais constituem órgãos públicos integrantes da administração direta, de sorte que compõem o conceito de administração em sentido subjetivo. Desta maneira, equivocada a presente opção.

A alternativa E está incorreta, visto que as empresas públicas são entidades administrativas integrantes da administração indireta. Portanto, compõem a definição de administração em sentido subjetivo, o que não atende às diretrizes do enunciado.

QUESTÃO 27. Em decorrência da necessidade de analisar a viabilidade de instituição de uma região metropolitana, à luz dos ditames constitucionais, do disposto na Lei nº 13.089/2015 (estatuto da metrópole) e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, Cláudio concluiu corretamente que

a) a criação de regiões metropolitanas depende da edição de lei ordinária do respectivo Estado da Federação e da ratificação legislativa de cada um dos Municípios que venham a integrá-la.

b) não se pode admitir que a percepção dos frutos da empreitada metropolitana comum, regularmente instituída para tal finalidade, aproveite a apenas um dos entes-federados.

c) a inexistência de conurbação entre os Municípios, por si só, é suficiente para inquinar de inconstitucionalidade a norma editada pelo Estado para fins de instituir uma região metropolitana.

d) ao instituir regiões metropolitanas os Estados podem concentrar o poder decisório em um único ente federativo, para conferir maior eficiência na respectiva estrutura colegiada plurifederativa, necessária para a sua implementação.

e) a realização de funções de interesse público comum por meio de regiões metropolitanas depende da formalização de um protocolo de intenções pelos entes federativos interessados e resultará na criação de uma pessoa jurídica, que pode ser de direito público ou privado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão sob exame abordou o tema instituição de região metropolitana.

A alternativa A está incorreta. A rigor, de acordo com o art. 3º, caput, da Lei 13.089/2015, exige-se lei complementar (e não ordinária) para fins de criação de região metropolitana. É ler: “Os Estados, mediante lei complementar, poderão instituir regiões metropolitanas e aglomerações urbanas,

constituídas por agrupamento de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.”

A alternativa B está correta, porquanto exhibe entendimento adotado pelo STF, em sede de ADPF, nos seguintes termos: “O princípio da proibição de concentração de poder acarreta um outro, seu consectário lógico-normativo: não se pode admitir que a percepção dos frutos da empreitada metropolitana comum aproveite a apenas um dos entes-federados. Se a autonomia municipal significa autonomia política, autonomia financeira e autonomia administrativa, só se pode afirmar a proibição à concentração de poder afirmando, também, o compartilhamento da gestão e da percepção dos frutos da empreitada comum.” (ADPF 863, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 16-05-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-122 DIVULG 23-06-2022 PUBLIC 24-06-2022)

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que, no mesmo precedente acima indicado, o Supremo registrou que “O argumento de que as cidades da Região Metropolitana de Maceió não possuem sistema de saneamento básico integrado, ou que não se verifica, naquelas localidades, o fenômeno da conurbação é insuficiente para inquirar a constitucionalidade da Lei Complementar nº 50/2019, do Estado de Alagoas.”

A alternativa D está incorreta, uma vez que a ideia de concentração de poder decisório vai em rota de colisão com o entendimento sufragado pelo STF, consoante acima demonstrado nos comentários à letra B.

A alternativa E está incorreta. Ao contrário do que foi aqui sustentado pela Banca, a Lei 13.089/2015, ao dispor sobre a criação de regiões metropolitanas, não exigiu a formalização de protocolo de intenções, tampouco a criação de uma pessoa jurídica, nos moldes do que se verifica em se tratando de consórcios públicos.

QUESTÃO 28. Júlia e Maria são servidoras estáveis do município de Vitória que praticaram infrações funcionais no exercício de suas atribuições. Júlia aliciou subordinados com objetivos de natureza político-partidária, enquanto Maria deixou de comunicar ao chefe imediato entrada no Poder Judiciário de ação contra a administração Municipal. Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Vitória, (Lei 2.994/1982) é correto afirmar que, após o devido processo, será aplicado às aludidas servidoras, respectivamente, as penalidades de

a) Demissão e repreensão.

b) Suspensão e demissão.

c) Multa e suspensão.

d) Repreensão e multa.

e) Demissão em ambos os casos.

Comentários

A resposta correta é a **letra A**. A questão dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Vitória.

A alternativa A está correta, pois a Lei nº 2.994/82, em seu artigo 177, traz as penas disciplinares aplicáveis e as infrações correspondentes a tais penas, vejamos: "São infrações disciplinares: I - Puníveis com repreensão: (...) d) deixar de comunicar ao chefe imediato entrada no Poder Judiciário de ação contra a Administração Municipal; e) outras faltas de pequena gravidade que não justifiquem penalidade maior. (...) III - Punível com demissão: (...) h) coagir ou aliciar subordinados com objetivos de natureza político-partidária;". Assim sendo, as condutas cometidas por Júlia e Maria encaixam-se, respectivamente, nas penas de demissão e repreensão.

A alternativa B está incorreta, pois contraria a Lei nº 2.994/82, que em seu artigo 177, traz as penas disciplinares aplicáveis e as infrações correspondentes a tais penas, vejamos: "São infrações disciplinares: I - Puníveis com repreensão: (...) d) deixar de comunicar ao chefe imediato entrada no Poder Judiciário de ação contra a Administração Municipal; e) outras faltas de pequena gravidade que não justifiquem penalidade maior. (...) III - Punível com demissão: h) coagir ou aliciar subordinados com objetivos de natureza político-partidária;". Assim sendo, as condutas cometidas encaixam-se, respectivamente, nas penas de demissão e repreensão.

A alternativa C está incorreta, pois contraria a Lei nº 2.994/82, que em seu artigo 177, traz as penas disciplinares aplicáveis e as infrações correspondentes a tais penas, vejamos: "São infrações disciplinares: I - Puníveis com repreensão: (...) d) deixar de comunicar ao chefe imediato entrada no Poder Judiciário de ação contra a Administração Municipal; e) outras faltas de pequena gravidade que não justifiquem penalidade maior. (...) III - Punível com demissão: h) coagir ou aliciar subordinados com objetivos de natureza político-partidária;". Assim sendo, as condutas cometidas encaixam-se, respectivamente, nas penas de demissão e repreensão.

A alternativa D está incorreta, pois contraria a Lei nº 2.994/82, que em seu artigo 177, traz as penas disciplinares aplicáveis e as infrações correspondentes a tais penas, vejamos: "São infrações disciplinares: I - Puníveis com repreensão: (...) d) deixar de comunicar ao chefe imediato entrada no Poder Judiciário de ação contra a Administração Municipal; e) outras faltas de pequena gravidade que não justifiquem penalidade maior. (...) III - Punível com demissão: h) coagir ou aliciar subordinados com objetivos de natureza político-partidária;". Assim sendo, as condutas cometidas encaixam-se, respectivamente, nas penas de demissão e repreensão.

A alternativa E está incorreta, pois contraria a Lei nº 2.994/82, que em seu artigo 177, traz as penas disciplinares aplicáveis e as infrações correspondentes a tais penas, vejamos: "São infrações disciplinares: I - Puníveis com repreensão: (...) d) deixar de comunicar ao chefe imediato entrada no Poder Judiciário de ação contra a Administração Municipal; e) outras faltas de pequena gravidade que não justifiquem penalidade maior. (...) III - Punível com demissão: h) coagir ou aliciar subordinados com objetivos de natureza político-partidária;". Assim sendo, as condutas cometidas encaixam-se, respectivamente, nas penas de demissão e repreensão.

QUESTÃO 29. Considerando a orientação consolidada pelo Supremo Tribunal Federal acerca da legitimidade dos Municípios para o ajuizamento da ação de improbidade administrativa e para formalização de acordo de não persecução civil nas hipóteses em que há o interesse da Fazenda

local, bem como quanto à obrigatoriedade da assessoria jurídica que emitiu parecer atestando a legalidade prévia de ato administrativo de defender o administrador público que venha a por ele responder, diante das alterações promovidas na Lei nº 14.230/2021 na Lei nº 8.429/92, é correto afirmar que

a) os Municípios não têm legitimidade autônoma para ajuizar ação de improbidade ou para celebrar acordo de não persecução civil, sendo constitucional a previsão na norma em questão que obriga a advocacia pública a atuar na defesa do administrador público nas ações de improbidade em tais circunstâncias.

b) os Municípios têm legitimidade concorrente somente para ajuizar a ação de improbidade, na medida em que é constitucional a legitimação exclusiva do Ministério Público para fins de celebrar acordo de não persecução civil, bem como a previsão na norma em questão que obriga a advocacia pública a atuar na defesa do administrador público nas ações de improbidade em tais circunstâncias.

c) os Municípios têm legitimidade apenas para celebrar o acordo de não persecução civil, considerando que somente o Ministério Público pode ajuizar a ação de improbidade, sendo inconstitucional a previsão na norma em questão que obriga a advocacia pública a atuar na defesa do administrador público nas ações de improbidade nas circunstâncias descritas, ou em quaisquer outras.

d) os Municípios têm legitimidade concorrente e disjuntiva para ajuizar a ação de improbidade e para firmar acordo de não persecução civil, sendo inconstitucional a previsão na norma em questão que obriga genericamente a advocacia pública a atuar na defesa do administrador público na situação descrita, sendo possível, contudo, a autorização para tal representação judicial por parte dos órgãos de assessoria jurídica, mediante lei específica.

e) os Municípios apenas podem celebrar o acordo de não persecução civil em momento anterior ao ajuizamento da ação de improbidade, pois a sua formalização importa na renúncia ao ajuizamento da ação de improbidade, para o qual o ente federativo também é legitimado, sendo constitucional a previsão na norma em questão que obriga a advocacia pública a atuar na defesa do administrador público nas ações de improbidade em tais circunstâncias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Trata-se de questão referente ao tema improbidade administrativa.

A alternativa A está incorreta, uma vez que o STF considerou inconstitucional a exclusiva legitimidade atribuída ao Ministério Público para ajuizamento de ação de improbidade administrativa, de modo que as pessoas jurídicas interessadas, dentre as quais inserem-se os municípios, também ostentam tal legitimidade. No ponto, confira-se o seguinte trecho de ementa do STF: “3. A legitimidade da Fazenda Pública para o ajuizamento de ações por improbidade administrativa é ordinária, já que ela atua na defesa de seu próprio patrimônio público, que abarca a reserva moral e ética da Administração Pública brasileira. 4. A supressão da legitimidade ativa das pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por ato de improbidade representa uma inconstitucional limitação ao amplo acesso à jurisdição (CF, art. 5º, XXXV) e a defesa do patrimônio público, com ferimento ao princípio da eficiência (CF, art. 37, caput) e significativo retrocesso quanto ao imperativo constitucional de combate à improbidade

administrativa.” (ADI 7042, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 31-08-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 27-02-2023 PUBLIC 28-02-2023)

A alternativa B está incorreta, porquanto volta a agredir compreensão fixada pelo Supremo, como se vê do seguinte trecho do mesmo precedente acima indicado: “A legitimidade para firmar acordo de não persecução civil no contexto do combate à improbidade administrativa exsurge como decorrência lógica da própria legitimidade para a ação, razão pela qual estende-se às pessoas jurídicas interessadas.”

A alternativa C está incorreta, pois, como visto acima, os municípios detêm, sim, legitimidade para a propositura de ação de improbidade administrativa, na condição de pessoas jurídicas interessadas.

A alternativa D está correta, uma vez que seu conteúdo espelha perfeitamente o entendimento adotado pelo STF, na linha do seguinte trecho da citada ementa: “Ação julgada parcialmente procedente para (a) declarar a inconstitucionalidade parcial, com interpretação conforme sem redução de texto, do caput e dos §§ 6º-A e 10-C do art. 17, assim como do caput e dos §§ 5º e 7º do art. 17-B, da Lei 8.429/1992, na redação dada pela Lei 14.230/2021, de modo a restabelecer a existência de legitimidade ativa concorrente e disjuntiva entre o Ministério Público e as pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por ato de improbidade administrativa e para a celebração de acordos de não persecução civil; (b) declarar a inconstitucionalidade parcial, com interpretação conforme sem redução de texto, do § 20 do art. 17 da Lei 8.429/1992, incluído pela Lei 14.230/2021, no sentido de que não inexistente “obrigatoriedade de defesa judicial”; havendo, porém, a possibilidade de os órgãos da Advocacia Pública autorizarem a realização dessa representação judicial, por parte da assessoria jurídica que emitiu o parecer atestando a legalidade prévia dos atos administrativos praticados pelo administrador público, nos termos autorizados por lei específica;”

A alternativa E está incorreta, considerando que: i) o acordo de não persecução civil não fica restrito a momento anterior ao ajuizamento da demanda de improbidade, conforme explicita o art. 17-B, §4º, da Lei 8.429/92: “O acordo a que se refere o caput deste artigo poderá ser celebrado no curso da investigação de apuração do ilícito, no curso da ação de improbidade ou no momento da execução da sentença condenatória.”; e ii) conforme acima demonstrado, o STF entendeu pela inconstitucionalidade da previsão legal genérica que obrigava a advocacia pública a atuar na defesa do administrador público na situação descrita, sendo possível, contudo, a autorização para tal representação judicial por parte dos órgãos de assessoria jurídica, mediante lei específica.

QUESTÃO 30. Josiane teve que verificar em quais situações caberia à Administração Pública dispensar a realização de chamamento público para a formalização de parcerias no âmbito da Lei n 13.019/2014, vindo a concluir corretamente que isso poderia acontecer

a) caso a Administração venha a realizar um termo de fomento, que depende da proposta das organizações da sociedade civil.

b) quando se tratar da formalização de instrumento de parceria para a realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança.

c) nas hipóteses em que devidamente realizado procedimento de manifestação de interesse para fins de formalização dos respectivos Instrumentos de parceria.

d) nas situações em que, para a formalização dos respectivos instrumentos, for verificada a inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto.

e) no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, objeto de parceria devidamente formalizada, pelo prazo de até trezentos e sessenta dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. Trata-se de questão relativa ao tema Lei 13.019/2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

A alternativa A está incorreta, uma vez que o caso aqui descrito não está contemplado dentre aqueles que dispensam o chamamento público. Pelo contrário, o próprio conceito legal de chamamento público evidencia que a celebração de termo de fomento deve ser precedida de tal procedimento, como se extrai da leitura do art. 2º, XII, da referida Lei Federal “Para os fins desta Lei, considera-se: (...) chamamento público: procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;”

A alternativa B está correta, na medida em que devidamente apoiado no teor do art. 30, III, da Lei 13.019/2014: “A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público: (...)quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança;”

A alternativa C está incorreta. Na verdade, o procedimento de manifestação de interesse social constitui instrumento por via do qual a Administração avalia a possibilidade de realizar chamamento público, e não de dispensá-lo, consoante se verifica do teor do art. 18 da Lei 13.019/2014: “É instituído o Procedimento de Manifestação de Interesse Social como instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas ao poder público para que este avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.”

A alternativa D está incorreta, visto que seu conteúdo exhibe hipótese de inexigibilidade do chamamento público, e não de dispensa, como se extrai do teor do art. 31, caput, da referida Lei Federal: “Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:”

A alternativa E está incorreta, considerando que o caso aqui versado, embora legitime a dispensa, não se dá pelo prazo indicado pela Banca, vale dizer, por 360 dias, mas sim por apenas 180 dias, na forma do inciso I do citado art. 30, *in verbis*: “no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até cento e oitenta dias;”

QUESTÃO 31. Acerca do controle judicial relativo à omissão das autoridades competentes para a definição e a implementação de políticas públicas voltadas para a realização de direitos fundamentais, à luz da moderna jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) não é cabível o controle judicial nas hipóteses de omissão das autoridades competentes na definição e implementação de tais políticas públicas, sob pena de violação do princípio da separação de Poderes.

b) caracterizada alguma omissão na definição e implementação de tais políticas públicas, o Judiciário deve substituir as autoridades competentes no exercício da aludida atribuição, preferencialmente mediante a imposição de determinações pontuais, privilegiando, assim, o princípio da separação de Poderes.

c) qualquer conduta das autoridades competentes no sentido de definir tais políticas públicas, independentemente da caracterização de deficiência grave na sua implementação, impede a atuação do Judiciário, à luz do princípio da separação do Poderes.

d) toda conduta do Judiciário no sentido de promover e implementar tais políticas públicas, a despeito da existência de projetos e implementação pelas autoridades competentes, não viola o princípio da separação de Poderes.

e) considerando que as respectivas demandas se caracterizam como processos estruturantes, que tem lógica distinta do processo clássico, o poder Judiciário deve priorizar os diálogos institucionais e intersetoriais, em prol do princípio da separação de poderes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. Cuida-se de questão pertinente ao tema controle judicial de políticas públicas.

A alternativa A está incorreta, porquanto em franco desacordo ao que restou decidido pelo STF, em repercussão geral, conforme tese de seguinte teor: “A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes.” (RE 684612, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Relator(a) p/ Acórdão: ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03-07-2023, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 04-08-2023 PUBLIC 07-08-2023)

A alternativa B está incorreta, uma vez que, outra vez, não se afina com o entendimento assentado pelo Supremo, à luz da seguinte tese fixada no mesmo julgado: “A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado;”

A alternativa C está incorreta. Conforme visto nos comentários à opção A, a tese firmada pelo STF condiciona, para que não haja violação à separação de poderes, a intervenção jurisdicional a que esteja configurada ausência ou deficiência grave do serviço.

A alternativa D está incorreta. Outra vez, se a condição para que a atuação judicial seja legítima consiste na constatação de ausência ou deficiência grave do serviço, é claro que, havendo projetos e implementação pelas autoridades competentes, a intervenção do Judiciário resultará em ofensa à separação de poderes.

A alternativa E está correta. De fato, o conteúdo deste item reflete fundamentação lançada no voto vencedor do aludido precedente, da lavra do Ministro Luís Roberto Barroso, em especial no trecho a seguir colacionado: “o órgão julgador deve privilegiar medidas estruturais de resolução do conflito. Para atingir o ‘estado de coisas ideal’ – o resultado a ser alcançado –, o Judiciário deverá identificar o problema estrutural. Caberá à Administração Pública apresentar um plano adequado que estabeleça o programa ou projeto de reestruturação a ser seguido, com o respectivo cronograma. A avaliação e fiscalização das providências a serem adotadas podem ser realizadas diretamente pelo Judiciário ou por órgão delegado. Deve-se prestigiar a resolução consensual da demanda e o diálogo institucional com as autoridades públicas responsáveis.”

QUESTÃO 32. Dentre os agentes públicos em relação aos quais não é aplicada a aposentadoria compulsória em razão da idade no âmbito do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal, é correto apontar

a) os magistrados.

b) os procuradores municipais

c) os tabeliães e notários.

d) os conselheiros dos Tribunais de Contas

e) os servidores de carreira quando estão lotados em cargos em comissão, com relação ao cargo efetivo.

Comentários

A questão trata sobre a aposentadoria compulsória de agentes públicos, exigindo o conhecimento da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

A alternativa é a **letra C**.

A alternativa C está correta. Primeiramente, cabe esclarecer que os tabeliães e notários não são considerados servidores públicos efetivos, em que pese exercerem atividade estatal.

Dessa forma, consoante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STF, ADI 2.602), tabeliães e notários não fazem jus a aposentadoria compulsória. Vejamos: “o artigo 40, §1º, inciso II, da Constituição do Brasil, na redação que lhe foi conferida pela EC 20/98, está restrito aos cargos efetivos da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios – incluídas as autarquias e fundações. [...] Os notários e os registradores exercem atividade estatal, entretanto não são titulares de

cargo público efetivo, tampouco ocupam cargo público. Não são servidores públicos, não lhes alcançando a compulsoriedade imposta pelo mencionado artigo 40 da CF/88 (STF, ADI 2.602).”

As demais alternativas estão incorretas, pois os demais agentes são servidores públicos.

QUESTÃO 33. Com vistas a regular o transporte individual de passageiros na localidade, o Município Alfa fez editar uma lei que regulamentou a atividade de táxi, sem que seja necessária a realização de licitação para a respectiva autorização. Demais disso, tal norma vedou expressamente a realização do mencionado serviço por meio de aplicativos, bem como proibiu textualmente o transporte por mototaxi.

Diante dessa situação hipotética, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que tal norma é inconstitucional

a) em nenhum dos aspectos pela referidos, pois o Município está no regular exercício de sua competência, respeitando os princípios da ordem econômica.

b) apenas em relação às vedações dela constantes, que extrapolam a competência municipal, considerando, ainda, a violação de princípios da ordem econômica.

c) apenas em relação à autorização para os táxis, na medida em que ela deve ser obrigatoriamente precedida de licitação, apesar de não violar princípios da ordem econômica.

d) apenas em relação ao transporte individual por aplicativo, diante da autorização para atividade constante da lei federal, tendo em vista os princípios da ordem econômica.

e) em todos os referidos aspectos, pois a regulamentação do serviço em apreço é de competência da União, bem como diante da violação de princípios da ordem econômica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A presente questão explorou domínio acerca do tema competência legislativa sobre transporte individual de passageiros.

A alternativa A está incorreta. A hipotética lei descrita no enunciado seria inconstitucional, no que tange às vedações ali referidas, à luz da jurisprudência do STF, em controle concentrado de constitucionalidade, via ADPF, como se extrai do trecho ora transcrito: “A proibição legal do livre exercício da profissão de transporte individual remunerado afronta o princípio da busca pelo pleno emprego, insculpido no art. 170, VIII, da Constituição, pois impede a abertura do mercado a novos entrantes, eventualmente interessados em migrar para a atividade como conseqüência da crise econômica, para promover indevidamente a manutenção do valor de permissões de táxi.” (ADPF 449, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 08-05-2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-190 DIVULG 30-08-2019 PUBLIC 02-09-2019)

A alternativa B está correta, porquanto seu teor afina-se com o que restou decidido no citado precedente. Com efeito, o Supremo realmente pronunciou a inconstitucionalidade de lei municipal que

pretendeu proibir o transporte de passageiros por meio de aplicativos. Quanto à invasão de competências legislativa da União, eis o trecho pertinente do julgado: “A União possui competência privativa para legislar sobre ‘diretrizes da política nacional de transportes’, ‘trânsito e transporte’ e ‘condições para o exercício de profissões’ (art. 22, IX, XI e XVI, da CRFB), sendo vedado tanto a Municípios dispor sobre esses temas quanto à lei ordinária federal promover a sua delegação legislativa para entes federativos menores, considerando que o art. 22, parágrafo único, da Constituição faculta à Lei complementar autorizar apenas os Estados a legislar sobre questões específicas das referidas matérias.

A alternativa C está incorreta. Não haveria inconstitucionalidade quanto ao tema da autorização destinada aos serviços de táxis, sob o alegado fundamento da obrigatoriedade de licitação. A propósito, confira-se trecho de outro precedente específico do STF: “A exploração da atividade de transporte individual de passageiros não se caracteriza como serviço público, mas tão somente como serviço de utilidade pública, sendo desnecessário o procedimento de licitação previsto no art. 175 da Constituição Federal.” (RE 1178950 AgR, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 06-12-2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-282 DIVULG 17-12-2019 PUBLIC 18-12-2019)

A alternativa D está incorreta. Haveria inconstitucionalidade, ainda, no que concerne à vedação da atividade de mototáxi, dada a indevida interferência municipal na esfera legislativa federal, consoante também restou decidido pelo STF, *litteris*: “A disciplina do serviço de mototáxi compete à legislação federal, considerada a necessidade de estabelecimento de normas uniformes sobre segurança e saúde pública. Precedentes: ADI 2.606, Rel. Min. Maurício Corrêa, Plenário, DJ de 7/2/2003; ADI 3.135, Rel. Min. Gilmar Mendes, Plenário, DJ de 8/9/2006; ADI 3.136, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Plenário, DJ de 1º/11/2006; ADI 3.679, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Plenário, DJ de 3/8/2007; ADI 3.610, Rel. Min. Cezar Peluso, Plenário, DJe de 22/9/2011; ADI 4.981, Plenário, Rel. Min. Edson Fachin, DJe de 14/3/2019.” (ADPF 539, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26-10-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-032 DIVULG 19-02-2021 PUBLIC 22-02-2021)

A alternativa E está incorreta. Como já pontuado acima, a lei municipal não seria inconstitucional no ponto em que teria regulamentado a atividade de táxi, sem que seja necessária a realização de licitação para a respectiva autorização.

QUESTÃO 34. Diana estava caminhando quando caiu em um gigantesco buraco na calçada, sendo certo que a queda importou em diversas fraturas em seu corpo, em relação às quais foram necessárias diversas cirurgias, longo tempo de internação e um tratamento que perdurou por mais de seis meses. Em decorrência de tais fatos, Diana ajuizou ação indenizatória em face do Município, por meio da qual demonstrou que o buraco existia há mais de um ano antes da queda e foi aumentando de tamanho, a despeito das inúmeras reclamações dos munícipes para que fossem adotadas providências a fim de evitar acidentes e danos, tais como aqueles que por ela foram experimentados, sem que qualquer conduta fosse realizada pelo ente federativo, sequer para sinalizar a existência da cratera.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar com relação a demanda ajuizada por Diana que

a) o Município não pode ser responsabilizado por omissão, na medida em que a configuração do dever de indenizar exige uma conduta comissiva de agente público, nessa qualidade.

b) é indispensável a demonstração do elemento subjetivo, considerando que a responsabilidade civil do Município tanto por condutas comissivas quanto omissivas é subjetiva.

c) caso demonstrado nexos causal entre o dano e a omissão administrativa, ou seja, a violação do dever legal específico do Município de agir para impedir o evento danoso, a responsabilização do Município é objetiva.

d) diante da adoção da teoria do risco integral, o Município se torna segurador universal de quaisquer danos ocorridos com os munícipes em relação à manutenção de ruas e calçadas.

e) se resultar comprovada a culpa concorrente da vítima, no sentido de que ela caiu no buraco por descuido, resultará rompido o nexos de causalidade e afastada a responsabilização do Município.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. Trata-se de questão acerca do tema responsabilidade civil do Estado.

A alternativa A está incorreta. Na realidade, a responsabilidade civil do Estado pode derivar de condutas comissivas ou omissivas, sendo certo que o art. 37, §6º, da CRFB, ao dispor sobre o tema, não estabelece qualquer restrição atinente a comportamentos omissivos. No ponto, confira-se: “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.”

A alternativa B está incorreta. Pelo contrário, o STF possui compreensão estabelecida no sentido da incidência da teoria do risco administrativo, de índole objetiva, seja para condutas comissivas ou omissivas, como se extrai do seguinte trecho de julgado: “A responsabilidade civil estatal, segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, § 6º, subsume-se à teoria do risco administrativo, tanto para as condutas estatais comissivas quanto para as omissivas, posto rejeitada a teoria do risco integral.” (RE 841526, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 30-03-2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-159 DIVULG 29-07-2016 PUBLIC 01-08-2016)

A alternativa C está correta, pois exhibe perfeitamente entendimento abraçado pelo STF. Com efeito, no mesmo precedente antes referido, consta que, havendo violação do dever específico de agir, aplica-se a responsabilidade objetiva, ainda que fundada em conduta omissiva. No ponto, confira-se: “A omissão do Estado reclama nexos de causalidade em relação ao dano sofrido pela vítima nos casos em que o Poder Público ostenta o dever legal e a efetiva possibilidade de agir para impedir o resultado danoso.”

A alternativa D está incorreta. A rigor, a teoria adotada em nosso ordenamento, extraída do art. 37, §6º, da CRFB, é a do risco administrativo, e não a teoria do risco integral, que sequer admite causas excludentes de responsabilidade. Registre-se que a rejeição da citada teoria constou explicitamente da citada ementa de julgado.

A alternativa E está incorreta. A configuração de culpa concorrente da vítima não acarreta a ruptura do nexo de causalidade, mas sim, tão somente, o abatimento proporcional do *quantum* indenizatório, de acordo com a intensidade de colaboração da vítima para a eclosão dos prejuízos por ela sofridos.

QUESTÃO 35. No exercício de suas atribuições como procurador do Município de Vitória, Clemente teve que se pronunciar acerca da existência de vícios em uma série de atos administrativos que beneficiavam terceiros, submetidos à atividade de controle interno, no âmbito da autotutela, alguns editados há mais de cinco anos, vindo ele a pontuar corretamente que

a) a verificação de qualquer vício no ato administrativo deve ensejar a sua anulação, de ofício e de imediato, pela Administração Pública, independentemente de manifestação do beneficiário do ato e de sua boa-fé.

b) caso o ato tenha sido praticado há mais de cinco anos, sem que qualquer conduta tenha sido tomada pela Administração no sentido de impugnar a sua validade, operou-se a decadência com relação ao direito de anulá-los, quando o beneficiário estiver de boa-fé.

c) o exercício da autotutela deve resultar na revogação dos atos eivados de vícios insanáveis, com efeitos prospectivos, resguardando aqueles que o ato já tenha produzido para os beneficiários de boa-fé.

d) apenas os vícios insanáveis devem ensejar a anulação dos atos submetidos ao controle, não sendo viável a manutenção de quaisquer de seus efeitos, ainda que o beneficiário esteja de boa-fé, pois dos atos nulos não se originam direitos.

e) a ponderação nas situações envolvendo vícios sanáveis, deve resultar na invalidação dos atos administrativos, pois o princípio da legalidade deve prevalecer sobre o interesse do particular, ainda que ele esteja de boa-fé.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. Cuida-se de questão relativa ao tema autotutela e revisão de atos administrativos.

A alternativa A está incorreta, uma vez que: i) em se tratando de vícios sanáveis, surge para a Administração a possibilidade teórica de convalidação dos atos, desde que não haja prejuízos a terceiros ou lesão ao interesse público; e ii) mesmo que seja caso de anulação, havendo beneficiários do ato, é necessário franquear acesso ao contraditório e à ampla defesa, não sendo devida a invalidação imediata do ato. Nesse sentido, do Informativo STF n.º 641, constou: "(...)a partir da CF/88, foi erigido à condição de garantia constitucional do cidadão, quer se encontre na posição de litigante, em processo judicial, quer seja mero interessado, o direito ao contraditório e à ampla defesa. Asseverou-se que, a partir de então, qualquer ato da Administração Pública capaz de repercutir sobre a esfera de interesses do cidadão deveria ser precedido de procedimento em que se assegurasse, ao interessado, o efetivo exercício dessas garantias." (RE 594.296/MG, rel. Ministro DIAS TOFFOLI, 21.9.2011)

A alternativa B está correta, uma vez que devidamente embasada na regra do art. 54 da Lei 9.784/99, *in verbis*: “O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.”

A alternativa C está incorreta, considerando que, se o ato apresenta vícios, a providência administrativa adequada jamais poderá consistir em sua revogação. Afinal, a revogação, por constituir controle de mérito, somente pode recair sobre atos válidos, sem máculas. Ademais, a anulação, que seria em tese aplicável, produz efeitos retroativos (*ex tunc*), e não meramente prospectivos (*ex nunc*), tal como constou da assertiva em análise.

A alternativa D está incorreta. A uma, pois atos portadores de vícios sanáveis também podem ser objeto de anulação, como, por exemplo, acaso deles tenham sido gerados prejuízos a terceiros ou lesão ao interesse público. A duas, tendo em conta que, mesmo em se tratando de atos inválidos, doutrina e jurisprudência são firmes quanto à possibilidade de preservação de efeitos em relação a terceiros de boa-fé, à luz dos princípios da segurança jurídica e da proteção à confiança.

A alternativa E está incorreta. Conforme já registrado linhas acima, tratando-se de vícios sanáveis, é viável a convalidação do ato, em especial se dele houverem sido gerados efeitos em relação a terceiros de boa-fé. No ponto, aplica-se o teor do art. 55 da Lei 9.784/99, que assim enuncia: “Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.”

QUESTÃO 36. Marcos e Mateus foram investidos nos cargos de procuradores do Município Delta após aprovação em concurso público, o primeiro como procurador de uma autarquia municipal e o segundo como procurador do ente federativo, no âmbito da administração direta, sendo certo que há na localidade lei que determina o rateio dos honorários sucumbenciais entre os advogados públicos.

Acerca da remuneração por eles percebida, à luz das disposições constitucionais, e da orientação do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) o limite remuneratório no caso de Marcos é o subsídio do Prefeito, enquanto no de Mateus é o de Desembargador de Tribunal de Justiça.

b) a verba atinente aos honorários sucumbenciais tem caráter indenizatório, de modo que não se sujeita ao teto remuneratório.

c) é vedada a distinção de remuneração entre os cargos em questão, a qual deve ser equiparada, considerando que ambos são procuradores do Município.

d) a iniciativa legislativa para a remuneração de ambos é do Prefeito, que não é obrigado a fixá-las em patamar superior ao seu subsídio.

e) a norma atinente ao rateio dos honorários sucumbenciais é inconstitucional, diante da vedação ao pagamento de outras verbas remuneratórias para além do subsídio em ambos os casos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Trata-se de questão pertinente ao tema sistema remuneratório de procuradores municipais.

A alternativa A está incorreta. Ambos os indivíduos citados no enunciado seriam procuradores municipais, de modo que submeter-se-iam ao limite remuneratório consistente no subsídio de desembargador de Tribunal de Justiça, consoante compreensão firmada pelo STF, em repercussão geral (Tema 510), como se extrai do trecho ora colacionado: “Os Procuradores do Município, conseqüentemente, devem se submeter, no que concerne ao teto remuneratório, ao subsídio dos desembargadores dos Tribunais de Justiça estaduais, como impõe a parte final do art. 37, XI, da Constituição da República.” (RE 663696, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 28-02-2019, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-183 DIVULG 21-08-2019 PUBLIC 22-08-2019)

A alternativa B está incorreta, visto que o STF tem jurisprudência consolidada na linha de que os honorários percebidos por advogados públicos ostentam caráter remuneratório, e não indenizatório. No ponto, é ler: “Consoante firme linha decisória desta Suprema Corte, os honorários de sucumbência constituem vantagem de natureza remuneratória por serviços prestados com eficiência no desempenho da função pública.” (ADPF 596, Relator(a): ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 04-07-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-156 DIVULG 05-08-2022 PUBLIC 08-08-2022)

A alternativa C está incorreta. A expressão “remuneração” é dotada de maior amplitude, se comparada ao termo “subsídio”, porquanto aquela primeira abrange outras verbas, tais como, justamente, os honorários sucumbenciais devidos aos advogados públicos. Dessa maneira, embora os subsídios devam ser idênticos, por se tratar do mesmo cargo público, é possível que a remuneração global de cada procurador não o seja, a depender da percepção pontual de outras verbas, inclusive dos citados honorários.

A alternativa D está correta, porquanto em sintonia com entendimento exarado pelo Supremo, consoante trecho ora transcrito: “O texto constitucional não compele os Prefeitos a assegurarem aos Procuradores municipais vencimentos que superem o seu subsídio, porquanto a lei de subsídio dos procuradores é de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo municipal, *ex vi* do art. 61, §1º, II, “c”, da Carta Magna.” (RE 663696, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 28-02-2019, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-183 DIVULG 21-08-2019 PUBLIC 22-08-2019)

A alternativa E está incorreta. A alegada inconstitucionalidade da percepção de honorários advocatícios por advogados públicos foi rechaçada pelo Supremo, como se extrai da seguinte passagem do segundo precedente acima indicado: “O art. 135 da Constituição Federal, ao estabelecer que a remuneração dos procuradores estaduais se dá mediante subsídio, harmoniza-se com o regramento constitucional referente à Advocacia Pública, uma vez que a Constituição Federal não institui incompatibilidade relevante que justifique vedação ao recebimento de honorários por advogados públicos.” (ADPF 596, Relator(a): ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 04-07-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-156 DIVULG 05-08-2022 PUBLIC 08-08-2022).

QUESTÃO 37. Com relação à utilização de bens públicos por particulares, à luz do entendimento doutrinário e jurisprudencial, é correto afirmar que

a) a utilização pelo particular de um bem público de uso comum do povo não é passível de qualquer cobrança.

b) a permissão de uso de bem público deve ser precedida de licitação, razão pela qual tem natureza de contrato administrativo.

c) por estarem afetados, os bens dominicais não são passíveis de uso privativo por particular.

d) o uso privativo de bens públicos por particulares, em regra, deve ser remunerado, salvo situações excepcionais de uso gratuito.

e) por se tratar de ato administrativo vinculado a autorização de uso de bem público confere direito subjetivo ao particular que atenda às respectivas disposições legais, não podendo ser revogado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Trata-se de questão referente ao tema utilização de bens públicos por particulares.

A alternativa A está incorreta. Embora, de regra, os bens de uso comum sejam utilizados gratuitamente pela população, é possível que haja cobrança, como se dá, por exemplo, no caso do estacionamento rotativo de vias públicas. Em reforço, nesse sentido, o art. 103 do Código Civil: “O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.”

A alternativa B está incorreta. A rigor, a permissão de uso de bem público possui natureza de ato administrativo discricionário e precário, de modo que, em princípio, não exige prévia licitação.

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que, na realidade, bens dominicais constituem bens desafetados, isto é, não atrelados a uma finalidade pública, sendo passíveis de uso privativos por particulares.

A alternativa D está correta. De fato, a doutrina ensina que o princípio da indisponibilidade do interesse público milita em favor do caráter remunerado da utilização privativa de bens públicos, em ordem, ademais, a que sejam afastados eventuais favorecimentos a indivíduos determinados. Considerando que o particular extrai benefícios da utilização do respectivo bem público, é natural e desejável que, ao menos regra, haja contrapartida pecuniária a ser percebida pelo Estado.

A alternativa E está incorreta. Na realidade, a autorização de uso de bem público apresenta natureza de ato discricionário e precário, revogável a qualquer tempo, razão pela qual é descabido sustentar a existência de um pretense direito subjetivo em favor de um dado particular.

QUESTÃO 38. No exercício de suas atribuições como Procurador do Município Beta, Dante foi instado a se manifestar sobre a elaboração de um contrato de concessão administrativa, notadamente com relação às cláusulas que devem constar do respectivo instrumento, à luz do disposto na Lei 11.079/2004.

Nesse contexto, Dante afirmou corretamente que o aludido contrato deve prever

a) a delegação das funções de regulação do respectivo serviço bem como do exercício do poder de polícia, para que fiquem a cargo do parceiro privado.

b) a realização de vistoria dos bens reversíveis, sendo vedada a previsão de que o parceiro público possa reter os pagamentos ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas.

c) as formas de remuneração e de atualização dos valores contratuais, notadamente com relação às tarifas a serem cobradas dos usuários em tal modalidade de contratação.

d) prazo de vigência, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 10 (dez) anos, nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação.

e) o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. Trata-se de questão referente ao tema parcerias público-privadas, com disciplina prevista na Lei 11.079/2004.

A alternativa A está incorreta, uma vez que ofende diretamente a norma do art. 4º, III, do citado diploma legal, *litteris*: “Na contratação de parceria público-privada serão observadas as seguintes diretrizes: (...) indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Estado;”

A alternativa B está incorreta, pois seu conteúdo agride a literalidade do art. 5º, X, da Lei 11.079/2004, que assim enuncia: “As cláusulas dos contratos de parceria público-privada atenderão ao disposto no art. 23 da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no que couber, devendo também prever: (...) a realização de vistoria dos bens reversíveis, podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas.”

A alternativa C está incorreta. Tendo em vista que o enunciado da questão informou se tratar de uma concessão administrativa, e não de concessão patrocinada, não seria devida a cobrança de tarifas dos usuários do serviço, porquanto se cuida de forma de remuneração destinada às concessões patrocinadas.

A alternativa D está incorreta, uma vez que seu conteúdo se mostra em desacordo da regra do art. 5º, I, da citada Lei Federal, que assim dispõe quanto ao prazo do contrato: “o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco), nem superior a 35

(trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação;” Logo, equivocado aduzir que o referido prazo não possa ser inferior a 10 anos, tal como colocado pela Banca.

A alternativa E está correta, na medida em que exhibe com fidelidade a norma do inciso IX do aludido art. 5º: “o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado;”

QUESTÃO 39. Ao tomar conhecimento de que certo estado da federação fez editar uma Lei que criou uma entidade do serviço social autônomo para atuar na gestão da previdência dos respectivos servidores como serviço social autônomo, o prefeito do Município Delta questionou a assessoria jurídica de tal ente federativo quanto ao entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca do tema. Nesse contexto, a assessoria jurídica informou corretamente que, de acordo com a orientação do Pretório Excelso, tal norma é

a) inconstitucional, pois apenas a União pode criar entidades do serviço social autônomo.

b) inconstitucional, tendo em vista que a gestão do sistema de previdência dos servidores públicos é indelegável, ainda que a titularidade da atividade seja mantida com o ente federativo.

c) constitucional, considerando que a aludida norma criou uma espécie de entidade autárquica.

e) constitucional, na medida em que não há educação para que s entes federativos criem entidades dou serviço social autônomo.

e) constitucional, desde que a entidade não seja subvencionada por verbas públicas.

Comentários

A questão trata sobre a criação de serviço social autônomo, questionando a constitucionalidade do ato. Exigindo, para tanto, o conhecimento acerca da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

A alternativa D está correta. De acordo com o entendimento assentado em ADI nº 1.956, se entendeu compatível com a ordem constitucional a prestação de serviço educacional do Estado com cooperação de ente de natureza jurídica de direito privado, de modo que, não fere os princípios do art. 37 da CRFB/88. Vejamos: “Lei nº 12.398/98 do Estado do Paraná, que criou o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná e transformou o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná (IPE) em serviço social autônomo, denominado PARANAPREVIDÊNCIA. [...] Serviço social autônomo criado para gestão do sistema previdenciário dos servidores públicos. Preservação da política previdenciária e da titularidade do serviço público com o Estado do Paraná. Entidade privada de cooperação como delegatária da execução. Sujeição a controle e fiscalização. Contrato de gestão. Debate semelhante ao ocorrido na ADI nº 1.864, ocasião em que se entendeu compatível com a ordem constitucional a prestação de serviço educacional do Estado com cooperação de ente de natureza jurídica de direito privado. Ofensa aos princípios do art. 37 da Constituição inexistente. 4. O cerne da discussão travada nos autos reside em saber se a transferência da gestão do regime próprio de

previdência estadual à PARANAPREVIDÊNCIA importa na outorga de atividade tipicamente estatal a uma pessoa jurídica de direito privado, de forma a burlar a observância dos princípios da Administração Pública presentes no caput do art. 37 da Constituição Federal. A resposta a essa questão só pode ser negativa, haja vista dois argumentos principais: (i) a delegação da gestão do regime próprio de previdência à PARANA PREVIDÊNCIA não importa na transferência da titularidade do serviço público, que é (e sempre será) de responsabilidade do ente federativo, a quem cabe garantir sua execução; e (ii) a entidade gestora atua em cooperação com o Estado do Paraná para a consecução dos objetivos estipulados por esse ente federativo e sob seu controle e fiscalização, visto que não goza a PARANA PREVIDÊNCIA de autonomia absoluta em face do poder público e não se sujeita a regime de direito privado em sentido estrito.” As demais alternativas estão incorretas. Pois como vimos no comentário da alternativa D, é constitucional a criação de serviço social autônomo pelo referido município.

QUESTÃO 40. Para atender a uma demanda profissional, Felipa teve que analisar a exigência, estímulo ou eventuais reflexos da implementação ou do aperfeiçoamento do programa de integridade (*compliance*) no âmbito da Lei nº 14.133/2021, contexto em que ela concluiu corretamente que

a) a implementação de programa de integridade está prevista como um dos requisitos para a habilitação técnica dos licitantes na norma em apreço.

b) para fins de reabilitação de contratado que tenha sido sancionado com base na norma em análise por ato lesivo à Administração Pública, é vedada a exigência de implementação ou de aperfeiçoamento de programa de integridade.

c) o desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, não pode ser utilizado como critério de desempate.

d) nas contratações de grande vulto o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo especificado na norma em análise, contado da celebração do contrato.

e) a implementação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, não podem ser considerados na aplicação de sanções previstas na norma em comento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Cuida-se de questão pertinente ao tema licitações e contratos administrativos, com disciplina normativa contida na Lei 14.133/2021.

A alternativa A está incorreta, uma vez que a implementação de programa de integridade não consta do rol do art. 67 da citada Lei Federal, do qual se extrai o rol de documentos que podem ser exigidos a título de qualificação técnico-profissional dos licitantes. Confira-se: “A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: I - A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de

responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação; II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do §3º do art. 88 desta Lei; III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso; V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso; VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.”

A alternativa B está incorreta. A prática de ato lesivo à administração encontra-se prevista no art. 155, XII, da Lei 14.133/2021, nos seguintes termos: “O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações: (...)XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Assim sendo, para fins de reabilitação, exige-se, sim, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável, por força do art. 163, parágrafo único, do mesmo diploma legal, ora transcrito: “A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.”

A alternativa C está incorreta, visto em manifesto desacordo à regra do art. 60, IV, da referida Lei Federal: “Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem: (...)desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.”

A alternativa D está correta, tendo em vista que apenas reproduz a literalidade do art. 25, §4º, da Lei 14.133/2021: “Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento.” Logo, sem reparos ao teor da assertiva.

A alternativa E está incorreta, porquanto destoa do que estabelece o art. 156, §1º, V, da Lei 14.133/2021, a seguir transcrito: “§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados: (...) V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

QUESTÃO 41. O Centro Cultural Jorge Cavalcante é um Imóvel pertencente à União, mas que foi tombado, em 2007, como patrimônio histórico e cultural pelo Município de Vitória, no Espírito Santo, que detém a cessão de uso do bem. O prédio tem uma indiscutível importância histórico-cultural e arquitetônica para o Município. Foi instaurado, na Procuradoria da República, um Inquérito Civil objetivando a adoção de medidas cabíveis para a proteção e restauração do Centro Cultural. Isso porque havia notícias de que o imóvel corria risco de desabamento. Decorridos alguns meses, como não houve avanços na proteção do imóvel, bem como não foram informadas diligências empreendidas, notadamente no exercício de poder de polícia municipal, o MPF ajuizou ação civil pública contra a União e o Município de Vitória. No que diz respeito ao

instituto de Tombamento e de Responsabilidade Civil do Poder Público quanto à tutela do patrimônio cultural, assinale a assertiva correta.

a) O fato de a União ter celebrado termo de cessão de uso com o Município de Vitória a eximiu da responsabilidade de fiscalizar e zelar pela integridade física do seu patrimônio.

b) Tendo em vista que o imóvel é de propriedade do Poder Público, deveria ter sido utilizado outro instrumento de proteção de bens integrantes do patrimônio cultural brasileiro, tendo em vista que o tombamento somente se aplica aos bens pertencentes as pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado.

c) Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o regime de obrigação solidária de execução subsidiária em casos de responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, estende-se à tutela do patrimônio cultural.

d) Responde civilmente a União, independentemente de a sua omissão ter sido determinante para a concretização ou agravamento do dano, por ser a proprietária do bem.

e) O tombamento do Centro Cultural Jorge Cavalcante implica transferência de propriedade da União para o Município, atribuindo responsabilidade civil exclusivamente ao Município, desde que a sua omissão seja determinante para concretização ou agravamento do dano.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema tombamento.

A alternativa A está incorreta. O termo de cessão não exime a União do dever de fiscalização, pois trata-se de competência comum a todos os entes. De acordo com julgamento do REsp 1.991.456 pelo STJ: "(...) Quanto à União, deve ser reconhecida sua responsabilidade solidária. O fato de ela celebrar convênios com demais entes não a exime da responsabilidade de cuidado com os seus bens - que, ao fim e ao cabo, são bens públicos. Uma vez realizada a cessão de uso, como ocorrido no caso em tela, permanece a União, proprietária do bem, com a incumbência de fiscalizar e zelar pela integridade física do seu patrimônio." (STJ. 2ª Turma. REsp 1.991.456-SC, Rel. Min. Assusete Magalhães, julgado em 8/8/2023).

A alternativa B está incorreta. Bens públicos também podem ser tombados, conforme art. 2º do DL 25/37: "Art. 2º A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno."

A alternativa C está correta. De acordo com julgamento do REsp 1.991.456 pelo STJ: "(...) XIII. As razões subjacentes à Súmula 652/STJ recomendam a extensão do regime da obrigação solidária de execução subsidiária à tutela do patrimônio cultural. Isso por configurar um modelo que, além de assegurar mais de uma via para a reparação do direito difuso, chama à responsabilidade primária aquele que deu causa direta ao dano, evitando que a maior capacidade reparatória do ente fiscalizador acabe por isentar ou até mesmo estimular a conduta lesiva." (STJ. 2ª Turma. REsp 1.991.456-SC, Rel. Min. Assusete Magalhães, julgado em 8/8/2023).

A alternativa D está incorreta. A omissão deve ser determinante, pois há necessidade de configuração donexo causal. De acordo com a Súmula 652 do STJ: “A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.”

A alternativa E está incorreta. O tombamento não implica transferência de propriedade, pois é apenas um instrumento de proteção. De acordo com a doutrina: “A admissão do tombamento traduz a maior efetividade das duas normas em conflito (princípio da unidade constitucional), pois, nesse caso, o tombamento não afasta o princípio federativo, pois o bem permanece na propriedade do Ente federado, e efetiva a proteção do bem de valor cultural.” (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 1119).

QUESTÃO 42. A Câmara Municipal de Vitória pretende editar a lei X que aprovara novo instrumento de planejamento territorial, de modo a definir e regulamentar a largura das faixas marginais de cursos d'água naturais em área urbana consolidada. Com base no seu conhecimento acerca do Código Florestal e da Lei de Parcelamento do Solo Urbano, assinale a assertiva correta.

a) A área de preservação permanente referente às faixas marginais com 30 metros de largura de determinado curso d'água natural, perene e intermitente, com 8 (oito) metros de largura, ao ingressar na zona urbana do Município de Vitória, sofrerá uma redução de 50%, passando a ter 15 (quinze) metros de largura.

b) A obrigatoriedade de reserva de uma faixa não edificável para cada trecho de margem de determinado curso d'água natural, perene e intermitente prescinde de diagnóstico socioambiental elaborado pelo Município.

c) Conforme entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, há prevalência da Lei de Parcelamento de Solo Urbano em relação ao Código Florestal, para estabelecer a extensão não edificável nas Áreas de Preservação Permanente (APPs) de qualquer curso d'água, perene ou intermitente, em trechos caracterizados como área urbana consolidada.

d) Em áreas urbanas consolidadas, é prescindível que seja ouvido o Conselho Municipal de Meio Ambiente, desde que a lei municipal ao definir as faixas marginais de qualquer curso d'água natural, perene e intermitente, garanta a observância das diretrizes do plano de recursos hídricos, do plano de bacia, do plano de drenagem ou do plano de saneamento básico.

e) A alteração promovida pela Lei Federal 14.285 de 2021 no Código Florestal e na Lei de Uso e Parcelamento prevê a possibilidade de o Município exercer sua competência legislativa para estabelecer extensões de faixas marginais de Área de Preservação Permanente (APP) de forma distinta daquelas previstas no Código Florestal, levando em consideração características locais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Código Florestal, mais precisamente sobre a Área de Preservação Permanente (APP).

De acordo com art. 4º, § 10, da Lei 12.651/2012: “§ 10. Em áreas urbanas consolidadas, ouvidos os conselhos estaduais, municipais ou distrital de meio ambiente, lei municipal ou distrital poderá definir faixas marginais distintas daquelas estabelecidas no inciso I do caput deste artigo, com regras que estabeleçam: I – a não ocupação de áreas com risco de desastres; II – a observância das diretrizes do plano de recursos hídricos, do plano de bacia, do plano de drenagem ou do plano de saneamento básico, se houver; e III – a previsão de que as atividades ou os empreendimentos a serem instalados nas áreas de preservação permanente urbanas devem observar os casos de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental fixados nesta Lei.”.

Portanto, a alternativa E está correta: É, sim, possível o Município estabelecer extensões de faixas marginais de APP de forma distinta daquelas previstas no Código Florestal. Tomando por base o mesmo dispositivo legal, a alternativa D fica incorreta, pois conforme visto acima, no texto do § 10 do art. 4º da Lei 12.651/2012, é necessário ouvir o Conselho Municipal.

Ademais, as alternativas A e C também estão incorretas. Conforme tese firmada no Tema Repetitivo 1010 do STJ: “Na vigência do novo Código Florestal (Lei n. 12.651/2012), a extensão não edificável nas Áreas de Preservação Permanente de qualquer curso d’água, perene ou intermitente, em trechos caracterizados como área urbana consolidada, deve respeitar o que disciplinado pelo seu art. 4º, caput, inciso I, alíneas a, b, c, d e e, a fim de assegurar a mais ampla garantia ambiental a esses espaços territoriais especialmente protegidos e, por conseguinte, à coletividade.”. Dessa forma, a prevalência não é da Lei de Parcelamento Urbano, mas sim do Código Florestal, não havendo de se falar em “redução para 15 metros”, pois deve ser seguido o art. 4º, I, “a”, da Lei 12.651/2012, o qual indica que a largura mínima é de 30 metros: “Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei: I - as faixas marginais de qualquer curso d’água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: (a) 30 (trinta) metros, para os cursos d’água de menos de 10 (dez) metros de largura;”

Por fim, a alternativa B está incorreta. É imprescindível o relatório ambiental elaborado pelo Município. Conforme art. 4º, III-B, da Lei 6.766/79: “Art. 4º Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos: III-B - ao longo das águas correntes e dormentes, as áreas de faixas não edificáveis deverão respeitar a lei municipal ou distrital que aprovar o instrumento de planejamento territorial e que definir e regulamentar a largura das faixas marginais de cursos d’água naturais em área urbana consolidada, nos termos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, com obrigatoriedade de reserva de uma faixa não edificável para cada trecho de margem, indicada em diagnóstico socioambiental elaborado pelo Município;”

QUESTÃO 43. A empresa Gama presta há anos no mercado o serviço de transporte de insumos médicos e hospitalares em todo Brasil. A empresa é renomada por efetuar com excelência o planejamento do serviço baseado no alinhamento de todos os pontos envolvidos no transporte. No entanto, a transportadora Gama teve um dos seus caminhões tombados às margens do Rio Vitória. Com o acidente, tanto a carga do caminhão (produtos hospitalares), quanto o combustível do veículo, foram espalhados pelo curso do rio e levados pelas águas. Constatada a degradação ambiental, em sua defesa, a empresa arguiu que foi um acidente e que, diante da

imensidão do rio, os danos foram de pequena monta, alegando que deveria ser aplicado, ao caso, o princípio da insignificância. Com base no seu conhecimento acerca da responsabilidade ambiental nas esferas cível, penal e administrativa, assinale a alternativa correta.

a) A teoria do risco integral se aplica as atividades causadoras de substancial degradação ambiental e, da mesma forma, representativas de extrema potencialidade de risco, o que não é o caso da empresa Beta, sendo assim, e considerando que o acidente ecológico não foi provocado por falha humana ou técnica, a empresa agiu corretamente ao alegar excludente de responsabilidade em sua defesa.

b) A existência de licenciamento ambiental válido ou o desempenho de uma atividade legítima e com excelência pode eximir, a depender das peculiaridades do caso, o causador de degradação ambiental do dever de reparação, tendo em vista que a antijuridicidade leva em consideração a verificação do grau de reprovabilidade do comportamento.

c) Segundo o entendimento dos Tribunais Superiores, conquanto seja possível a aplicação do princípio da insignificância aos crimes ambientais, devendo ser analisadas as circunstâncias específicas do caso concreto para se verificar a atipicidade da conduta em exame, a aplicação deste princípio não se aplica nas demandas de responsabilidade civil ambiental.

d) A fungibilidade do uso comum do equilíbrio ecológico admite a possibilidade de que ele [o equilíbrio ecológico] possa ser substituído por outro bem jurídico, de qualquer outra estirpe, razão pela qual a sanção civil ambiental, assim como a sanção administrativa, não deve ter sempre um papel pedagógico, para o futuro, mas sim um papel inexorável de reparar o que ficou no passado.

e) Em se tratando de lesão de pequena monta, ainda que permaneça a necessidade de responsabilização, esta será temperada na dimensão quantitativa da indenização, baseada nos princípios de prevenção e precaução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema responsabilidade ambiental.

A alternativa A está incorreta. A responsabilidade civil ambiental é objetiva e solidária, pois as obrigações ambientais possuem natureza de direito real (propter rem). De acordo com entendimento do STJ: “A responsabilidade civil por danos ambientais é propter rem, além de objetiva e solidária entre todos os causadores diretos e indiretos do dano”. (Agint no AREsp 2.115.021/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 16/03/2023).

Observação: ressaltamos que há possibilidade, embora pequena, de anulação desta questão, em razão dos fatos hipotéticos trazidos tratarem da empresa "Gama", mas a alternativa A trazer disposição sobre a empresa "Beta", a qual sequer foi mencionada pelo enunciado.

A alternativa B está incorreta. A existência de licenciamento ambiental válido ou o desempenho de uma atividade legítima não exime o causador de degradação ambiental do dever de reparação. A antijuridicidade é satisfeita com a verificação do risco. Conforme Tese 1, firmada no Jurisprudência em Teses do STJ, ed. 119: “1) A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do

risco integral, sendo o nexo de causalidade o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato, sendo descabida a invocação, pela empresa responsável pelo dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil para afastar sua obrigação de indenizar.”

A alternativa C está correta. De fato, o princípio da insignificância é aplicável em relação a crimes ambientais, conforme jurisprudência do STJ: “É possível a aplicação do princípio da insignificância aos crimes ambientais, devendo ser analisadas as circunstâncias específicas do caso concreto para se verificar a atipicidade da conduta em exame.” (STJ. 5º Turma. AgRg no AREsp 654.321/SC, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 09/06/2015).

No entanto, tal aplicação não é possível na seara civil. De acordo com a doutrina: “(...) Indubitavelmente, é incabível a aplicação do princípio da insignificância na responsabilidade civil do dano ambiental. Do contrário, o amparo à integridade do patrimônio ambiental restaria ineficaz. É preciso querer reprimir com firmeza as ações danosas ambientais de pequena repercussão, pois elas permitem danos maiores do que os visivelmente constatados, já que os efeitos das condutas não podem ser atribuídos a um único indivíduo, nem percebidos a curto prazo.” (THEMIS - Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará. V.7, n.2, ago/dez 2009).

A alternativa D está incorreta. O equilíbrio não pode ser substituído por outro bem jurídico “de qualquer outra estirpe”, pois é direito fundamental. Tem caráter pedagógico e visa reparar o passado, e eventuais danos que se perpetuem no tempo. De acordo com art. 225 da CF: “Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

A alternativa E está incorreta. Os princípios da prevenção e precaução são voltados para evitar o dano, e não para mensurar o valor de indenização. De acordo com a doutrina: “Segundo Édis Milaré, o princípio da prevenção busca evitar que o dano possa se concretizar, tendo por base uma certeza científica dos impactos ambientais produzidos por determinada atividade. (...) O princípio da precaução busca também evitar que o dano possa se concretizar, mas diferentemente do princípio da prevenção, há ausência de certeza científica sobre a atividade analisada. Tem-se um risco incerto.” (LEITE, Thiago. Direito Ambiental/ PGM Vitória/ES – Livro Digital Interativo, Cap. 2.11.5: Princípio da Precaução - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024).

QUESTÃO 44. Assinale a assertiva que descreve corretamente a classificação dos resíduos sólidos quanto à sua origem, para efeitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

a) Resíduos sólidos urbanos: englobam resíduos domiciliares e de limpeza urbana; resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os resíduos sólidos urbanos.

b) Resíduos industriais: originários de processos produtivos e instalações industriais; resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os resíduos de limpeza urbana, somente.

c) Resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica; **resíduos agrossilvopastoris:** gerados em atividades agrícolas, pecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades.

d) Resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários, exceto de passagens de fronteira; **resíduos de mineração:** gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios.

e) Resíduos sólidos urbanos: englobam os originários de serviços de limpeza urbana e os gerados de serviços públicos de saneamento básico; **resíduos domésticos:** os originários de atividades domésticas em residências urbanas e aqueles gerados por estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, quando forem caracterizados como não perigosos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

A alternativa A está correta. Conforme art. 13, inciso I, alíneas “c” e “e”, da Lei nº 12.305/2010: “Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação: I - quanto à origem: c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas “a” e “b”; e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea “c”;

A alternativa B está incorreta. Há outras exceções além dos resíduos de limpeza urbana. Conforme art. 13, inciso I, alíneas “d” e “f”, da Lei nº 12.305/2010: “Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação: I - quanto à origem: d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas “b”, “e”, “g”, “h” e “j”; f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;”.

A alternativa C está incorreta. Os resíduos são classificados como perigosos em relação à periculosidade, e não à origem. Conforme art. 13, inciso I, alínea “i” e inciso II, alínea “a”, da Lei nº 12.305/2010: “Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação: I - quanto à origem: i) resíduos agrossilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades; II - quanto à periculosidade: a) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;”.

A alternativa D está incorreta. Também inclui as passagens de fronteira. Conforme art. 13, inciso I, alíneas “j” e “k”, da Lei nº 12.305/2010: “Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação: I - quanto à origem: j) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira; k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;”.

A alternativa E está incorreta. Conforme art. 13, inciso I, alíneas “a”, “b” e “c”, da Lei nº 12.305/2010: “Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação: I - quanto à origem: a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas; b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana; c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas “a” e “b”,”.

QUESTÃO 45. Com base no seu conhecimento acerca das responsabilidades dos geradores e do poder público dispostas na Política Nacional de Resíduos Sólidos, assinale a assertiva correta.

a) No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos adotar procedimentos para reaproveitamento dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos desses serviços, devendo priorizar, para cumprimento das ações, o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores.

b) Ainda que esteja estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, os consumidores não são obrigados a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados e a disponibilizá-los adequadamente para coleta ou devolução, contudo, se assim o fizerem, poderão receber incentivos econômicos instituídos pelo poder público, na forma da lei municipal.

c) Compete ao poder público a implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

d) Todos os participantes dos sistemas de logística reversa, inclusive os consumidores, deverão manter atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

e) É cabível que os Municípios assumam o ônus financeiro e a execução de ações previstas no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, notadamente nas etapas sob responsabilidade do gerador, independentemente de remuneração correspondente, devido à responsabilidade compartilhada do poder público estabelecida na Política Nacional de Recursos Hídricos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

A alternativa A está correta. Conforme art. 36, I, e § 1º, da Lei nº 12.305/2010: “Art. 36. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos: I - adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos; § 1º Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do caput, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de

cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.”

A alternativa B está incorreta. Há, sim, a obrigatoriedade de acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados. Conforme art. 35 da Lei nº 12.305/2010: “Art. 35. Sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e na aplicação do art. 33, os consumidores são obrigados a: I - acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados; II - disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.”

A alternativa C está incorreta. São vários os responsáveis, conforme art. 27 da Lei nº 12.305/2010: “Art. 27. As pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 são responsáveis pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente na forma do art. 24”.

A alternativa D está incorreta. Excetua-se os consumidores, conforme art. 33, § 8º, da Lei nº 12.305/2010: “§ 8º Com exceção dos consumidores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.”

A alternativa E está incorreta. As etapas sob responsabilidade do gerador que forem realizadas pelo poder público serão devidamente remuneradas pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis, na forma do art. 27, § 2º da Lei nº 12.305/2010: “§ 2º Nos casos abrangidos pelo art. 20, as etapas sob responsabilidade do gerador que forem realizadas pelo poder público serão devidamente remuneradas pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis, observado o disposto no § 5º do art. 19.”

QUESTÃO 46. A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e à defesa civil. No que concerne à PNPDEC, analise as assertivas.

I. Na iminência ou ocorrência de acidente ou desastre relacionado a seu empreendimento ou atividade, é dever do empreendedor custear assessoria técnica de caráter multidisciplinar de sua escolha, ouvidas as comunidades atingidas, com o objetivo de orientá-las e de promover a sua participação informada em todo o processo de reparação integral dos danos sofridos.

II. Considerando o dever assistencial constitucionalmente previsto, compete exclusivamente ao Poder Público prover residência provisória aos atingidos e promover a reconstrução de residências destruídas ou danificadas pelo desastre.

III. A emissão de licença ambiental de instalação para empreendimentos que envolvam risco de desastre fica condicionada à elaboração de plano de contingência ou de documento correlato pelo empreendedor.

IV. A União está autorizada a conceder incentivo compreendido na transferência de recursos desde que o Município adote medidas voltadas ao aumento da oferta de terra urbanizada para

utilização em habitação de interesse social, por meio dos institutos previstos na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

V. De acordo com a Política Nacional de Defesa Civil, desalojado é a pessoa que foi obrigada a abandonar sua habitação de forma temporária ou definitiva em razão de evacuações preventivas, de destruição ou de avaria grave decorrentes de acidente ou desastre e que necessita de abrigo provido pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) ou pelo empreendedor cuja atividade deu causa ao acidente ou desastre; desastre é o resultado de evento adverso, de origem natural ou induzido pela ação humana, sobre ecossistemas e populações vulneráveis que causa significativos danos humanos, materiais ou ambientais e prejuízos econômicos e sociais.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e III.
- b) Somente os itens I e IV.
- c) Somente os itens I e II.
- d) Somente os itens III e IV.
- e) Somente os itens III e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC).

O Item I está incorreto. A escolha da assessoria técnica independente é feita pelas comunidades atingidas e sem interferência do empreendedor. Conforme art. 12-C, VII, da PNPDEC: “Art. 12-C. Na iminência ou ocorrência de acidente ou desastre relacionado a seu empreendimento ou atividade, é dever do empreendedor: VII - custear assessoria técnica independente, de caráter multidisciplinar, escolhida pelas comunidades atingidas e sem interferência do empreendedor, com o objetivo de orientá-las e de promover a sua participação informada em todo o processo de reparação integral dos danos sofridos.”

O Item II está incorreto. É dever do empreendedor, conforme art. 12-C, III, da PNPDEC: “Art. 12-C. Na iminência ou ocorrência de acidente ou desastre relacionado a seu empreendimento ou atividade, é dever do empreendedor: III - prover residência provisória aos atingidos e promover a reconstrução de residências destruídas ou danificadas pelo desastre ou, conforme o caso, custear as ações do poder público para promover o reassentamento e assegurar moradia definitiva em local adequado aos cidadãos que foram forçados a abandonar definitivamente suas habitações em razão do desastre;”

O Item III está correto. Na forma do art. 12-B da PNPDEC: “Art. 12-B. A emissão de licença ambiental de instalação, prevista na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para empreendimentos que envolvam risco de desastre, fica condicionada à elaboração de plano de contingência ou de documento correlato pelo empreendedor.”

O Item IV está correto. Conforme art. 16 da PNPDEC: “Art. 16. Fica a União autorizada a conceder incentivo ao Município que adotar medidas voltadas ao aumento da oferta de terra urbanizada para utilização em habitação de interesse social, por meio dos institutos previstos na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, na forma do regulamento.”

O Item V está incorreto. A definição de “desastre” está correta, mas a definição de “desalojado” não, pois o desalojado não necessariamente necessita de abrigo provido pelo SINCDEC. Conforme art. 1º, parágrafo único, incisos IV e V, da PNPDEC: “Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se: IV - desalojado: pessoa que foi obrigada a abandonar sua habitação de forma temporária ou definitiva em razão de evacuações preventivas, de destruição ou de avaria grave decorrentes de acidente ou desastre e que não necessariamente carece de abrigo provido pelo SINCDEC ou pelo empreendedor cuja atividade deu causa ao acidente ou desastre; V - desastre: resultado de evento adverso, de origem natural ou induzido pela ação humana, sobre ecossistemas e populações vulneráveis que causa significativos danos humanos, materiais ou ambientais e prejuízos econômicos e sociais;”.

QUESTÃO 47. Em uma região montanhosa com variabilidade climática e com histórico de eventos extremos, o agricultor Antônio deseja utilizar o fogo para limpeza de uma área de sua propriedade rural antes do período de plantio de culturas tradicionais da região. Ele foi alertado por sua vizinha, uma bióloga especializada em conservação ambiental, sobre os riscos ambientais associados ao uso indiscriminado do fogo, especialmente em áreas vulneráveis a deslizamentos de terra e inundações repentinas, comuns na região. Considerando as disposições do Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), assinale a assertiva que melhor reflete a possibilidade de Antônio utilizar o fogo de forma legal e responsável.

a) Antônio pode excepcionalmente fazer uso do fogo, desde que obtenha prévia licença ambiental a ser expedida pelo Ibama, que estabelecerá medidas mitigatórias, compensatórias e reparatórias proporcionais ao dano ambiental a ser causado.

b) Antônio pode fazer uso do fogo, desde que obtenha uma autorização prévia do órgão ambiental estadual, que avaliará os riscos específicos da região e estabelecerá medidas de monitoramento e controle.

c) Antônio deve buscar a aprovação da comunidade local antes de utilizar o fogo, considerando o potencial impacto nas propriedades vizinhas e a necessidade de consenso comunitário para práticas agrícolas sustentáveis.

d) Antônio está dispensado de qualquer restrição legal, pois a aplicação do fogo em áreas rurais é uma prática culturalmente aceita e essencial para a manutenção da fertilidade do solo.

e) Antônio pode utilizar o fogo, contanto que comunique formalmente aos órgãos municipais responsáveis, que monitorarão o impacto ambiental da queimada e garantirão a segurança das áreas adjacentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), mais precisamente sobre o uso do fogo.

De acordo com art. 38 da Lei nº 12.651/2012: “Art. 38. É proibido o uso de fogo na vegetação, exceto nas seguintes situações: I - em locais ou regiões cujas peculiaridades justifiquem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais, mediante prévia aprovação do órgão estadual ambiental competente do Sisnama, para cada imóvel rural ou de forma regionalizada, que estabelecerá os critérios de monitoramento e controle.”

Assim, a alternativa B está correta: Antônio pode fazer uso do fogo, desde que obtenha uma autorização prévia do órgão ambiental estadual, que avaliará os riscos específicos da região e estabelecerá medidas de monitoramento e controle.

As alternativas A, C e E ficam automaticamente incorretas, pois conforme visto acima, a autorização prévia para uso do fogo deve ser concedida pelo órgão ambiental estadual, e não pelo Ibama, ou pela comunidade local, nem pelos órgãos municipais.

A alternativa D também fica incorreta, pois conforme visto acima, o próprio Código Florestal, em seu artigo 38, traz as restrições.

QUESTÃO 48. O Estado ALFA, com arrimo em seu Plano Estadual de Mudanças Climáticas, pretende definir medidas reais, mensuráveis e verificáveis para reduzir suas emissões antrópicas de gases de efeito estufa, adotando metas de eficiência setoriais, tendo por base as emissões de gases de efeito estufa inventariadas para cada setor e parâmetros de eficiência que identifiquem, dentro de cada setor, padrões positivos de referência. Tendo em vista que ainda não foi elaborado o plano setorial, não sendo definidos ainda os parâmetros de eficiência para o setor da empresa GAMA, cujos processos produtivos da indústria química resultam na emissão significativa de gases de efeito estufa, a empresa procurou o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA), para entender quais medidas pode adotar para minimizar seus impactos ambientais. Com base nos objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), Lei nº 12.187/2009, assinale a assertiva correta.

a) A empresa GAMA pode obter linhas de crédito e financiamento específicas de agentes financeiros público ou privado para instalações de removedores por sumidouros de gases de efeito estufa.

b) A empresa GAMA está dispensada de qualquer obrigação, pois as normativas da PNMC não se aplicam até o momento em que seja editado Decreto do Poder Executivo Estadual estabelecendo, em consonância com a Política Nacional sobre Mudança do Clima, os Planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas visando à consolidação de uma economia de baixo consumo de carbono, com vistas a atender metas gradativas de redução de emissões antrópicas quantificáveis e verificáveis, considerando as especificidades de cada setor.

c) A empresa GAMA deve realizar um inventário de suas emissões de gases de efeito estufa a cada cinco anos, demonstrando suas ações de redução e compensação das emissões.

d) A empresa GAMA deve adotar medidas voluntárias para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa, o que acarretará o recebimento de incentivos fiscais caso atinja metas estabelecidas pelo governo estadual.

e) A empresa GAMA está sujeita à aplicação de multas e sanções, caso não reduza suas emissões de gases de efeito estufa a níveis determinados pela PNMC.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), conforme a Lei nº 12.187/2009.

A alternativa A está correta. Conforme art. 6º, VII, e 8º da PNMC: “Art. 6º São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima: VII - as linhas de crédito e financiamento específicas de agentes financeiros públicos e privados;” e “Art. 8º As instituições financeiras oficiais disponibilizarão linhas de crédito e financiamento específicas para desenvolver ações e atividades que atendam aos objetivos desta Lei e voltadas para induzir a conduta dos agentes privados à observância e execução da PNMC, no âmbito de suas ações e responsabilidades sociais.”

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 11, parágrafo único, da PNMC: “Art. 11. (...) Parágrafo único. Decreto do Poder Executivo estabelecerá, em consonância com a Política Nacional sobre Mudança do Clima, os Planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas visando à consolidação de uma economia de baixo consumo de carbono, na geração e distribuição de energia elétrica, no transporte público urbano e nos sistemas modais de transporte interestadual de cargas e passageiros, na indústria de transformação e na de bens de consumo duráveis, nas indústrias químicas fina e de base, na indústria de papel e celulose, na mineração, na indústria da construção civil, nos serviços de saúde e na agropecuária, com vistas em atender metas gradativas de redução de emissões antrópicas quantificáveis e verificáveis, considerando as especificidades de cada setor, inclusive por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL e das Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas - NAMAs.”

A alternativa C está incorreta. A PNMC não fala na periodicidade de 5 anos. Conforme seu art. 6º, XIII: “Art. 6º São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima: XIII - os registros, inventários, estimativas, avaliações e quaisquer outros estudos de emissões de gases de efeito estufa e de suas fontes, elaborados com base em informações e dados fornecidos por entidades públicas e privadas;”

A alternativa D está incorreta. É o Brasil quem adotará compromisso voluntário de redução, conforme art. 12 da PNMC: “Art. 12. Para alcançar os objetivos da PNMC, o País adotará, como compromisso nacional voluntário, ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vistas em reduzir entre 36,1% (trinta e seis inteiros e um décimo por cento) e 38,9% (trinta e oito inteiros e nove décimos por cento) suas emissões projetadas até 2020.”

A alternativa E está incorreta. A PNMC não prevê aplicação de multas ou sanções.

QUESTÃO 49. De acordo com o artigo 45 da Lei 11.445/07, com a nova redação dada pela Lei nº 14.026/2020 (Novo Marco Legal do Saneamento), que trata das regras para conexão das

edificações permanentes urbanas às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, é correto afirmar que:

a) A conexão às redes públicas de abastecimento de água é facultativa para as edificações permanentes urbanas, podendo os proprietários se utilizarem de fontes e métodos alternativos de abastecimento de água, incluindo águas subterrâneas, de reuso ou pluviais, desde que autorizados pelo órgão gestor competente e que promovam o pagamento pelo uso de recursos hídricos, quando devido.

b) O proprietário de edificação permanente urbana é obrigado a se conectar às redes públicas de esgotamento sanitário, exceto se a edificação estiver localizada em área de preservação ambiental.

c) Para conectarem suas edificações às redes públicas de esgotamento sanitário, onde disponível, os usuários têm o prazo não superior a 1 (um) ano, a partir da disponibilidade do serviço, sob pena de o prestador do serviço realizar a conexão mediante cobrança do usuário.

d) As concessionárias responsáveis pelas redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário devem promover campanhas educativas para conscientização dos proprietários sobre a importância da conexão as redes e podem aplicar penalidades em caso de descumprimento.

e) A conexão às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário deve ocorrer de forma gratuita para os proprietários de edificações permanentes urbanas, sem ônus adicional além das tarifas de uso dos serviços.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Saneamento Básico, de acordo com a Lei 11.445/07.

Conforme art. 45, § 6º, da Lei 11.445/07: “§ 6º A entidade reguladora ou o titular dos serviços públicos de saneamento básico deverão estabelecer prazo não superior a 1 (um) ano para que os usuários conectem suas edificações à rede de esgotos, onde disponível, sob pena de o prestador do serviço realizar a conexão mediante cobrança do usuário.”. Portanto, correta a letra C.

As alternativas B e D estão incorretas, pois não existem tais exceções/previsões na Lei 11.445/07 ou na Lei 14.026/2020.

As alternativas A e E estão incorretas, pois conforme se extrai da leitura do art. 45 da Lei 11.445/07, a conexão às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário não é facultativa e não é gratuita, ficando, sim, sujeita ao pagamento de taxas, tarifas e outros preços públicos.

QUESTÃO 50. Com base no seu conhecimento acerca da Lei 11.445/07, com a nova redação dada pela Lei 14.026/2020 (Novo Marco Legal do Saneamento Básico), notadamente no que tange às

regras atinentes à titularidade, ao planejamento, à contratualização, à regulação e à operação dos serviços de saneamento básico, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

I. Titularidade: Exercem a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico os Municípios e o Distrito Federal, no caso de interesse local; exerce a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico o Estado, quando os Municípios compartilham instalações operacionais integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, instituídas por lei complementar estadual, no caso de interesse comum.

II. Planejamento: No caso de prestação regionalizada de serviços de saneamento, o respectivo plano regional dispensa a elaboração e publicação de planos municipais de saneamento básico e prevalece sobre os mesmos, caso existentes.

III. Contratualização: Permite-se a prestação dos serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular mediante celebração de contrato de concessão, através de prévia licitação, nos termos do art. 175 da Constituição Federal e mediante contrato de programa, convênio e termo de parceria.

IV. Regulação: Cabe a Agência Nacional de Águas (ANA) estabelecer normas de referência e metas de substituição do sistema unitário pelo sistema separador absoluto de tratamento de efluentes; A agência reguladora competente estabeleceu metas progressivas para a substituição do sistema unitário pelo sistema separador absoluto, sendo obrigatório o tratamento dos esgotos coletados em períodos de estiagem, enquanto durar a transição.

V. Operação: Considera-se Sistema unitário (“sistema de captação em tempo seco”), o conjunto de condutos, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar conjuntamente esgoto sanitário e águas pluviais.

Estão CORRETOS:

a) Todas as alternativas estão corretas.

b) Somente os itens II, IV e V.

c) Somente os itens I, II e IV.

d) Somente os itens II, III e IV.

e) Somente os itens I, III e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Saneamento Básico, de acordo com a Lei 11.445/07.

O item I está incorreto. Conforme art. 8º da Lei 11.445/07, o Estado atua em conjunto com os Municípios: “Art. 8º Exercem a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico: I - os Municípios e o Distrito Federal, no caso de interesse local; II - o Estado, em conjunto com os Municípios

que compartilham efetivamente instalações operacionais integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, instituídas por lei complementar estadual, no caso de interesse comum.”

O item II está correto. Conforme art. 17, §§ 2º e 3º, da Lei 11.445/07: “Art. 17. O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer a plano regional de saneamento básico elaborado para o conjunto de Municípios atendidos. § 2º As disposições constantes do plano regional de saneamento básico prevalecerão sobre aquelas constantes dos planos municipais, quando existirem. § 3º O plano regional de saneamento básico dispensará a necessidade de elaboração e publicação de planos municipais de saneamento básico.”

O item III está incorreto. É vedada a celebração mediante contrato de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária, conforme art. 10 da Lei 11.445/07: “Art. 10. A prestação dos serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato de concessão, mediante prévia licitação, nos termos do art. 175 da Constituição Federal, vedada a sua disciplina mediante contrato de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.”

O item IV está correto. Conforme art. 22, I, c/c art. 44, § 3º, ambos da Lei 11.445/07: “Art. 22. São objetivos da regulação: I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação e a expansão da qualidade dos serviços e para a satisfação dos usuários, com observação das normas de referência editadas pela ANA”; “Art. 44. (...) § 3º A agência reguladora competente estabelecerá metas progressivas para a substituição do sistema unitário pelo sistema separador absoluto, sendo obrigatório o tratamento dos esgotos coletados em períodos de estiagem, enquanto durar a transição.”

O item V está correto. Conforme art. 3º, XIX, da Lei 11.445/07: “Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se: XIX - sistema unitário: conjunto de condutos, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar conjuntamente esgoto sanitário e águas pluviais.”

QUESTÃO 51. No dia 25/07/2013, após uma denúncia anônima, agentes ambientais foram fiscalizar uma propriedade rural denominada Fazenda Vista Feliz, ocasião em que constataram que proprietário, Roberto, desmatou extensa área de floresta nativa do Bioma Amazônico sem autorização ou licença do órgão ambiental competente. Assim, foi lavrado auto de infração e aplicada medida cautelar de embargo na área. O Ministério Público foi informado e ingressou com ação civil pública contra Roberto pedindo que ele fosse condenado em obrigação de não fazer, consistente em não mais desmatar as áreas de floresta nativa do seu imóvel, em obrigação de fazer, consistente em restaurar o meio ambiente de todos os danos causados e a pagar danos morais em favor da coletividade. O juiz e o Tribunal de Justiça não concordaram com a condenação do réu em danos morais coletivos, fundamentando no sentido de que seria necessário que a lesão ambiental tivesse ultrapassado os limites da tolerabilidade. Fundamentaram, ainda, no sentido de que não havia nos autos elementos suficientes para confirmar que o desmatamento realizado causou intranquilidade social ou alterações relevantes à coletividade local. Insatisfeito, o Ministério Público interpôs recurso especial, alegando que, no caso concreto, trata-se de dano moral coletivo in re ipsa. Com base em seu conhecimento sobre a Lei da Ação Civil Pública e sobre o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria subjacente ao caso concreto, assinale a assertiva correta:

a) O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento consolidado segundo o qual não é possível a cumulação de obrigações de fazer, de não fazer e de indenizar nos casos de lesão ao meio ambiente, tendo em vista a redação do artigo 3º da Lei nº 7.347/85 que afirma que a Ação Civil Pública “poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer”.

b) O fundamento adotado pelo Juízo a quo e pelo Tribunal, no caso concreto, no sentido de que não seria possível reconhecer o dano moral, porque, para isso, seria necessário que a lesão ambiental “desborde os limites da tolerabilidade” está correto, porquanto amparado no princípio do limite de tolerabilidade que, compreendido na sua exata significação e longe de consagrar um direito de degradar, emerge um mecanismo tendente a estabelecer um certo equilíbrio entre as atividades interventivas do homem e o respeito às leis naturais e aos valores culturais que regem os fatores ambientais condicionantes da vida.

c) Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, não é possível a condenação por dano moral coletivo ambiental em Ação Civil Pública motivada por desmatamento de floresta nativa do Bioma Amazônico, que impôs a obrigação de indenizar os danos materiais decorrentes do impedimento da recomposição natural da área, sob pena de se configurar “bis in idem”.

d) O entendimento adotado pelo juiz a quo e o Tribunal ao não concordarem com a condenação do réu em danos morais está em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que entende que os danos morais coletivos, em matéria ambiental, não são presumidos, sendo viável a exigência de elementos materiais específicos e pontuais para sua configuração.

e) É possível que Roberto seja condenado, cumulativamente, a obrigação de não fazer, consistente em não mais desmatar as áreas de floresta nativa do seu imóvel; a obrigação de fazer consubstanciada em recompor o meio ambiente e a pagar indenização pelos danos morais, tendo em vista que vigora, no sistema jurídico brasileiro, o princípio da reparação integral do dano ambiental, de modo que o infrator deverá ser responsabilizado por todos os efeitos decorrentes da conduta lesiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema dano ambiental, conforme jurisprudência dos tribunais superiores.

Conforme Súmula 629 do STJ, é possível a cumulação de todas estas obrigações: “Súmula 629/STJ: Quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar.”. Portanto, correta a letra E.

Tomando por base o mesmo dispositivo, a alternativa A fica automaticamente incorreta.

A alternativa B está incorreta. O Juiz e o Tribunal erraram, pois o desmatamento de extensa área de floresta gera um dano ambiental relevante. É este o entendimento do STJ, fixado no julgamento do REsp 1.989.778/MT: “(...) V. Não se sustenta o fundamento adotado pelo Juízo a quo de que, no caso, não seria possível reconhecer o dano moral, porque, para isso, seria necessário que a lesão ambiental “desborde os limites da tolerabilidade”. Isso porque, na situação sob exame, também se consignou, no acórdão recorrido, que houve “desmatamento e exploração madeireira sem a indispensável licença ou

autorização do órgão ambiental competente", conduta que "tem ocasionado danos ambientais no local, comprometendo a qualidade do meio ambiente ecologicamente equilibrado". (REsp 1.989.778/MT, Rel. Ministra Assusete Magalhães, DJe: 22/09/2023).

A alternativa C está incorreta. Conforme entendimento do STJ, fixado no julgamento do REsp 1.989.778/MT: "I. Trata-se, na origem, de Ação Civil Pública, proposta pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, em decorrência do desmatamento de floresta nativa do Bioma Amazônico, objetivando impor, ao requerido, as obrigações de recompor o meio ambiente degradado e de não mais desmatar as áreas de floresta do seu imóvel, bem como a sua condenação ao pagamento de indenização por danos materiais e por dano moral coletivo. (...) IX. Segundo essa orientação, a finalidade do instituto é viabilizar a tutela de direitos insuscetíveis de apreciação econômica, cuja violação não se pode deixar sem resposta do Judiciário, ainda quando não produzam desdobramentos de ordem material. Por isso, quanto aos danos morais ambientais, a jurisprudência adota posição semelhante: "No caso, o dano moral coletivo surge diretamente da ofensa ao direito ao meio ambiente equilibrado. Em determinadas hipóteses, reconhece-se que o dano moral decorre da simples violação do bem jurídico tutelado, sendo configurado pela ofensa aos valores da pessoa humana. Prescinde-se, no caso, da dor ou padecimento (que são consequência ou resultado da violação)" (STJ, REsp 1.410.698/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2015). (...)". (REsp 1.989.778/MT, Rel. Ministra Assusete Magalhães, DJe: 22/09/2023).

A alternativa D está incorreta. Conforme entendimento do STJ, fixado no julgamento do REsp 1.989.778/MT: "(...) X. No que se refere à inexistência de "situação fática excepcional" – expressão também usada no acórdão recorrido –, trata-se de requisito que, de igual forma, contraria precedente do STJ, também formado em matéria ambiental: "Os danos morais coletivos são presumidos. É inviável a exigência de elementos materiais específicos e pontuais para sua configuração. A configuração dessa espécie de dano depende da verificação de aspectos objetivos da causa" (REsp 1.940.030/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 06/09/2022). (...) Dessa forma, a jurisprudência dominante no STJ tem reiterado que, para a verificação do dano moral coletivo ambiental, é "desnecessária a demonstração de que a coletividade sinta a dor, a repulsa, a indignação, tal qual fosse um indivíduo isolado", pois "o dano ao meio ambiente, por ser bem público, gera repercussão geral, impondo conscientização coletiva à sua reparação, a fim de resguardar o direito das futuras gerações a um meio ambiente ecologicamente equilibrado" (REsp 1.269.494/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/10/2013)."

QUESTÃO 52. A empresa BETA construiu um shopping center em Vitória, Espírito Santo. O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MP/ES) entendeu que a construção desse shopping acarretou danos coletivos à comunidade vizinha, conhecida como Cruzada dos Palmares. O MP/ES, então, propôs, ação civil pública pleiteando a reparação desses danos. No curso do processo, o MP/ES e a empresa BETA celebraram um termo de ajustamento de conduta (TAC) no qual, entre outras obrigações, a construtora comprometeu-se a reparar os danos causados aos moradores vizinhos em decorrência da construção. Passados seis anos do termo final do acordo, o MP/ES constatou que a empresa não teria cumprido satisfatoriamente as obrigações assumidas e, em razão disso, ingressou com uma execução do TAC para cumprimento de cláusulas alusivas às obrigações de pavimentação, pintura e instalação de telhas, assumidas pela empresa construtora como contrapartida à comunidade Cruzada dos Palmares, pela instalação do empreendimento imobiliário. O Parquet argumentou que as obras não foram

realizadas com o devido padrão de qualidade esperado. A construtora BETA pleiteou fossem reconhecidas causas de julgamento sem resolução de mérito relacionadas à legitimidade, prescrição e inadequação da via eleita. O MP contra argumentou afirmando que é um legitimado para propor ação civil pública e que não há de se falar em prescrição, no caso, porque se trata de recomposição da danos ambientais, sendo, portanto, imprescritível. Com base em seu conhecimento das matérias de direito ambiental subjacentes ao caso concreto, assinale a assertiva correta:

a) Argumentou corretamente o MP/ES, no caso concreto, pois toda e qualquer pretensão de reparação civil de dano ambiental é imprescritível, consoante entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça.

b) Conquanto o MP/ES tenha legitimidade para ajuizar ação civil pública e celebrar termos de ajustamento de conduta, conforme Lei nº 7.347/85, não é cabível ação civil pública para veicular pretensão de reparação de danos meramente patrimoniais de um grupo de pessoas, como ocorreu no caso da comunidade Cruzada dos Palmares.

c) O Termo de Ajustamento de Conduta não constitui título executivo extrajudicial, de forma que o seu descumprimento dá ensejo à ação de conhecimento.

d) Não merece ser acolhido o argumento do MP/ES, tendo em vista que a pretensão executória de obrigações de fazer previstas no Termo de ajustamento de conduta (TAC) firmado para reparação de danos ambientais decorrentes de empreendimento imobiliário, por serem relacionadas a questões meramente patrimoniais, sujeita-se a prescrição quinquenal.

e) O Ministério Público não tem legitimidade para tutelar direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum, como é o da comunidade Cruzada dos Palmares.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema dano ambiental, conforme jurisprudência do STJ.

Conforme entendimento do STJ, fixado no julgamento do AREsp 1941907-RJ: “A pretensão executória de obrigações de fazer previstas em Termo de ajustamento de conduta (TAC) firmado para reparação de danos ambientais decorrentes de empreendimento imobiliário, quando relacionadas a questões meramente patrimoniais, não visando a restauração de bens de natureza ambiental, sujeita-se à prescrição quinquenal.” (STJ. 1ª Turma. AREsp 1941907-RJ, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 09/08/2022). Portanto, correta a alternativa D. Tomando por base o mesmo entendimento jurisprudencial, a alternativa A fica incorreta.

A alternativa B está incorreta. O Ministério Público tem, sim, legitimidade para ajuizar a ação civil pública. Conforme art. 1º, IV, c/c art. 5º, I, ambos da Lei 7.347/85: “Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: IV - a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.”; “Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: I - o Ministério Público;”

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), o TAC tem, sim, natureza de título executivo extrajudicial. Vejamos: “§ 6º Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.”

A alternativa E está incorreta. O Ministério Público tem, sim, legitimidade para tutelar direitos individuais homogêneos. Conforme entendimento do STJ: “(...) 1. O Ministério Público possui legitimidade para promover a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos, mesmo que de natureza disponível, desde que o interesse jurídico tutelado possua relevante natureza social. Precedentes. (...)”. (STJ). REsp 1.585.794 - MG, Rel. Min. Antônio Carlos Ferreira, DJe em 01/10/2021).

QUESTÃO 53. Antônio foi autuado pelo IBAMA porque capturou 4 (quatro) kg de caranguejo-uçá no período da andada. O período da andada do caranguejo se refere à época de migração reprodutiva de caranguejos, em particular de caranguejo-uçá (*Ucidescordatus*), encontrado no litoral brasileiro. Durante essa fase, esses caranguejos deixam seus buracos e andam em grandes quantidades para acasalar e liberar seus ovos nas regiões estuarinas e manguezais. A "andada" ocorre principalmente durante os meses mais chuvosos do ano e é regulada por fatores como a lua e as marés. É proibida a captura de caranguejos durante este período, a fim de proteger a espécie e permitir sua reprodução, no entanto, Antônio alegou que não tinha conhecimento acerca dessa proibição. A despeito disso, o IBAMA multou o infrator ambiental em 5 (cinco) mil reais. Antônio ajuizou ação anulatória contra o IBAMA alegando, ademais, que sequer fora advertido da irregularidade praticada. Diante das circunstâncias do caso concreto, assinale a assertiva correta.

a) Consoante a lei de crimes ambientais (Lei nº 9.605/98), o período de defeso à fauna é circunstância atenuante da pena, quando não constitui o tipo penal ou qualifica o crime.

b) As sanções decorrentes de infrações ambientais, previstas no art. 72 da Lei nº 9.605/98, estão sujeitas a uma gradação e somente é possível aplicar a pena de multa se, antes disso, o infrator tiver recebido uma pena de advertência.

c) A ação anulatória ajuizada por Antônio deve ser julgada procedente, sendo o infrator isento de pena, em razão do erro de proibição evitável.

d) A validade das multas administrativas por infração ambiental, previstas na Lei nº 9.605/98, independe da prévia aplicação da penalidade de advertência.

e) Agiu de forma incorreta o órgão ambiental ao aplicar a multa no valor de 5 (cinco) mil reais, tendo em vista que a escolha da penalidade aplicável deve observar, primeiramente, a gravidade do fato e, posteriormente, os antecedentes do infrator e a sua situação econômica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema crimes ambientais, conforme a Lei 9.605/98.

Conforme Tese firmada pelo STJ no Tema Repetitivo 1199: “A validade das multas administrativas por infração ambiental, previstas na Lei n. 9.605/1998, independe da prévia aplicação da penalidade de advertência.”. Portanto, a alternativa D está correta.

A alternativa A está incorreta. O período de defeso à fauna é circunstância agravante da pena, conforme art. 15, II, “g”, da Lei 9.605/1998: “Art. 15. São circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: II - ter o agente cometido a infração: g) em período de defeso à fauna;”.

Tomando por base a mesma tese jurisprudencial, a alternativa B fica automaticamente incorreta.

A alternativa C está incorreta. Desconhecimento da lei não é causa de não aplicação da sanção administrativa. Conforme art. 3º da LINDB: “Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.”

A alternativa E está incorreta. A lei não exige tal ordem. Conforme art. 6º da Lei 9.605/1998: “Art. 6º Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará: I - a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente; II - os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental; III - a situação econômica do infrator, no caso de multa.”

QUESTÃO 54. João mora, há 20 anos, em um imóvel desprovido de registro e situado em loteamento, no Município de Vitória, no Espírito Santo, o qual, embora consolidado há décadas, não foi autorizado nem regularizado pela Administração Pública Municipal. João não tem o título de propriedade dessa área, mas afirma ter a posse mansa, pacífica e ininterrupta. João ajuizou ação de usucapião extraordinária pedindo para se tornar proprietário do Imóvel. O juiz julgou o pedido improcedente, argumentando que:

- O imóvel em questão, embora situado em área particular, não tem matrícula individual no cartório de registro imobiliário;
- Esse imóvel pleiteado pelo autor, assim como vários outros que estão na mesma situação, é fruto de um "parcelamento de fato", ou seja, um parcelamento feito de forma irregular (sem cumprir a legislação) há mais de 50 anos e que ainda não foi regularizado pelo Poder Público;
- É impossível declarar a usucapião, porque isso representaria uma usurpação da função de planejamento e regularização urbanística da Administração;
- A constituição do registro imobiliário pretendido iria atrapalhar o andamento do processo administrativo de regularização em curso;
- O sistema jurídico não admite o fracionamento, loteamento ou desmembramento de imóvel por meio de usucapião.

Desse modo, o juiz extinguiu a ação por ausência de interesse de agir, porque eventual sentença declaratória de usucapião não poderia ser levada a registro no Cartório de Registro de Imóveis. Ademais, o magistrado sustentou que seria atribuição exclusiva do Município de Vitória

promover a regularização fundiária urbana, razão pela qual ficaria inviabilizado o reconhecimento da usucapião. A luz do instituto da regularização fundiária, assinale a assertiva correta.

a) Somente se admite a declaração de usucapião do imóvel de João; tendo em vista a anuência implícita do Poder Público Municipal, que tolerou durante 50 anos a ocupação da área, sem promover e disciplinar a ocupação do solo.

b) É cabível a aquisição de imóveis particulares, por usucapião, ainda que pendente o processo de regularização urbanística.

c) Agiu corretamente o magistrado ao negar o direito à usucapião ao João, sob o argumento de que o imóvel está inserido em loteamento irregular, porque o direito de propriedade declarado pela sentença (dimensão jurídica) está imbricado com a regularidade urbanística da ocupação levada a efeito (dimensão urbanística).

d) O fato de o imóvel de João ser utilizado de forma irregular, com desrespeito à sua função social e urbanística, é suficiente para não ser declarado o direito de propriedade.

e) Agiu corretamente o magistrado ao negar o direito à usucapião ao João, sob o argumento de que o imóvel está inserido em loteamento irregular, porque o direito de propriedade declarado pela sentença (dimensão jurídica) está imbricado com a certificação e publicidade que emerge do registro (dimensão registrária).

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Usucapião.

A alternativa A está incorreta. Todos os outros na mesma situação fazem jus à usucapião.

A alternativa B está correta. Conforme tese firmada pelo STJ no Tema Repetitivo 1025 (REsp 1.818.564/DF): “É cabível a aquisição de imóveis particulares situados no Setor Tradicional de Planaltina/DF, por usucapião, ainda que pendente o processo de regularização urbanística.”.

As alternativas C e E estão incorretas. Conforme definiu o STJ no julgamento do REsp 1.818.564/DF: “(...) 4. Não se deve confundir o direito de propriedade declarado pela sentença proferida na ação de usucapião (dimensão jurídica) com a certificação e publicidade que emerge do registro (dimensão registrária) ou com a regularidade urbanística da ocupação levada a efeito (dimensão urbanística). (...)” (REsp 1818564-DF, Rel. Min. Moura Ribeiro, julgado em 09/06/2021 (Recurso Repetitivo – Tema 1025)).

A alternativa D está incorreta. No julgamento do REsp 1.818.564/DF, o Ministro Relator Moura Ribeiro esclarece o seguinte: “A forma como determinado imóvel se apresenta no contexto urbano não se confunde, pois, com o direito de propriedade, reconhecida desde o Código de Hamurabi. Se o imóvel é assistido por vias públicas, se conta com sistemas de água e esgoto, se foi edificado com respeito aos recuos e gabarito previsto nas posturas municipais, nada disso é capaz de criar ou suprimir o direito de propriedade ou os reflexos desse direito no registro imobiliário. Da mesma maneira se o imóvel é

utilizado de forma irregular, com desrespeito à sua função social e urbanística, isso tampouco é suficiente para interferir com o direito de propriedade.”.

QUESTÃO 55. Com base no seu conhecimento acerca da Lei nº 13.009, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto de MetrÓpole, assinale a assertiva correta.

a) É inadmissível que a gestão e a percepção dos frutos da empreitada metropolitana comum, incluídos os valores referentes a eventual concessão à iniciativa privada, aproveitem a apenas um dos entes federados.

b) A instituição de região metropolitana ou de aglomeração urbana que envolva Municípios pertencentes a mais de um Estado será formalizada mediante a aprovação de lei federal editada pela União, ouvidas as Assembleias Legislativas de cada um dos Estados envolvidos.

c) A governança interfederativa das regiões metropolitanas deve observância aos princípios da prevalência do interesse comum sobre o local; do compartilhamento de responsabilidades e de gestão para promoção do desenvolvimento urbano integrado, no entanto, não deve necessária observância ao princípio da autonomia dos entes da Federação.

d) A governança interfederativa das aglomerações urbanas deverá compreender, no mínimo, em sua estrutura básica uma instância executiva composta pelos representantes do Poder Executivo dos entes federativos integrantes das unidades territoriais urbanas, uma organização pública com funções técnico-consultivas e um sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas.

e) Configura-se aglomeração urbana o espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Estatuto da MetrÓpole (Lei nº 13.009/2015).

A alternativa A está incorreta. Conforme decidiu o STF no julgamento da ADI 6573/AL: “É inconstitucional norma que prevê a concentração excessiva do poder decisório nas mãos de só um dos entes públicos integrantes de região metropolitana. Nesse mesmo contexto, é inadmissível que a gestão e a percepção dos frutos da empreitada metropolitana comum, incluídos os valores referentes a eventual concessão à iniciativa privada, aproveitem a apenas um dos entes federados.” (STF. Plenário. ADI 6573/AL, ADI 6911/AL e ADPF 863/AL, Rel. Min. Edson Fachin, julgados em 13/5/2022).

A alternativa B está incorreta. A formalização se dará mediante a aprovação de leis complementares pelas assembleias legislativas de cada um dos Estados envolvidos. Conforme art. 4º do Estatuto da MetrÓpole: “Art. 4º A instituição de região metropolitana ou de aglomeração urbana que envolva Municípios pertencentes a mais de um Estado será formalizada mediante a aprovação de leis complementares pelas assembleias legislativas de cada um dos Estados envolvidos.”

A alternativa C está incorreta. É necessária a observância do princípio da autonomia dos entes da Federação. Conforme art. 6º, incisos I, II e III do Estatuto da MetrÓpole: “Art. 6º A governança interfederativa das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas respeitará os seguintes princípios: I – prevalência do interesse comum sobre o local; II - compartilhamento de responsabilidades e de gestão para a promoção do desenvolvimento urbano integrado; III – autonomia dos entes da Federação;”

A alternativa D está incorreta. Além do disposto na alternativa, também é necessário conter, em sua estrutura básica, uma instância colegiada deliberativa com representação da sociedade civil. Conforme art. 8º do Estatuto da MetrÓpole: “Art. 8º A governança interfederativa das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas compreenderá em sua estrutura básica: I – instância executiva composta pelos representantes do Poder Executivo dos entes federativos integrantes das unidades territoriais urbanas; II – instância colegiada deliberativa com representação da sociedade civil; III – organização pública com funções técnico-consultivas; e IV – sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas.”

A alternativa E está incorreta. A alternativa traz, na verdade, a definição de MetrÓpole, conforme art. 2º, V, do Estatuto da MetrÓpole: “Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se: V – metrÓpole: espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;”

QUESTÃO 56. No Município Alfa, a despesa com pessoal da Câmara de Vereadores, em certo período de apuração, foi apurada em 6,5% da receita corrente líquida municipal, enquanto a do Executivo ficou em 53,5%. Passado o prazo previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal para redução dos gastos com pessoal, isto não foi realizado.

Diante desse cenário e à luz do atual texto da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.

a) O Legislativo do Município Alfa poderá receber transferências voluntárias para melhoria da infraestrutura da Casa Legislativa.

b) O Legislativo do Município Alfa poderá contratar operações de crédito destinadas à redução das despesas com pessoal.

c) O Executivo do Município Alfa não poderá obter garantia, direta ou indireta, de outro ente.

d) O Executivo do Município Alfa não poderá contratar operações de crédito destinadas ao pagamento da dívida mobiliária.

e) O Executivo do Município Alfa poderá apenas receber transferências voluntárias relativas a ações de educação, saúde e assistência social.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema limite de despesas com pessoal.

A alternativa A está incorreta pois o Poder Legislativo Municipal extrapolou o limite de gastos com pessoal e não procedeu à redução no prazo legal, o que veda o recebimento de transferências voluntárias, conforme art. 23, § 3º, da LRF: “Não alcançada a redução no prazo estabelecido e enquanto perdurar o excesso, o Poder ou órgão referido no art. 20 não poderá: I - receber transferências voluntárias”.

A alternativa B está correta pois, a despeito de o Poder Legislativo Municipal ter extrapolado o limite de gastos com pessoal e não procedido à redução no prazo legal, a contratação de operação de crédito destinada à redução de despesas com pessoal é uma operação permitida, conforme art. 23, § 3º, da LRF: “Não alcançada a redução no prazo estabelecido e enquanto perdurar o excesso, o Poder ou órgão referido no art. 20 não poderá: (...) III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal”.

A alternativa C está incorreta pois o STF tem entendimento pacificado no sentido da intranscendência subjetiva das sanções, ou seja, como o descumprimento dos limites se deu pelo Poder Legislativo, o Poder Executivo não poderá ser penalizado: “II. O Poder Executivo não pode ser impedido de contratar operações de crédito em razão do descumprimento dos limites setoriais de despesa com pessoal por outros poderes e órgãos autônomos (art. 20, II, e 23, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal). (STF - ACO: 3072 AC 0014082-54.2017.1.00.0000, Relator: RICARDO LEWANDOWSKI, Data de Julgamento: 24/08/2020, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 17/09/2020)

A alternativa D está incorreta conforme comentários à alternativa C.

A alternativa E está incorreta conforme comentários à alternativa C.

QUESTÃO 57. Lei ordinária do Município X, publicada em 26/12/2023, tratou de revogar isenção de IPTU que existia em favor das entidades sindicais de empregadores com imóveis localizados no território municipal, estabelecendo que produziria seus efeitos a partir de 01/01/2024, Esta isenção que foi revogada havia sido instituída no texto original do Código Tributário Municipal (CTM), originalmente publicado como lei ordinária municipal em 15/03/1988. Considere que o fato gerador do IPTU, neste Município, ocorre em 1º de janeiro de cada ano.

Diante desse cenário e à luz da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

a) A revogação desta isenção por lei ordinária ofende a garantia da imunidade constitucional tributária prevista em favor das entidades sindicais.

b) A revogação poderia ser prevista em tal lei ordinária, mas, em virtude da anterioridade tributária, não poderia ainda produzir seus efeitos em 01/01/2024.

c) A revogação de tal isenção é possível por mera lei ordinária e mesmo por ato normativo infralegal, por afetar a base de cálculo do IPTU, hipótese constitucional de exceção ao princípio da legalidade tributária.

d) Lei ordinária municipal não poderia revogar isenção prevista no Código Tributário Municipal, por se tratar da lei geral tributária municipal.

e) O CTM foi recepcionado com status de lei complementar pela Constituição Federal de 1988, razão pela qual não poderia a isenção nele inserida ser revogada por mera lei ordinária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda os temas imunidade tributária, isenção tributária e princípio da anterioridade.

A alternativa A está incorreta pois sindicatos de empregadores não são imunes à incidência tributária, apenas os sindicatos de empregados o são, conforme art. 150 da CF: “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei”.

A alternativa B está correta pois revela o entendimento do STF acerca da aplicabilidade do princípio da anterioridade à revogação de benefício fiscal: “(...) Promovido aumento indireto do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS por meio da revogação de benefício fiscal, surge o dever de observância ao princípio da anterioridade, geral e nonagesimal, constante das alíneas “b” e “c” do inciso III do artigo 150, da Carta. (RE 564225 AgR, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 02-09-2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-226 DIVULG 17-11-2014 PUBLIC 18-11-2014)”.

A alternativa C está incorreta pois a isenção deve ser revogada por meio de lei ordinária, conforme art. 178 do CTN: “A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, observado o disposto no inciso III do art. 104”.

A alternativa D está incorreta pois, tanto a concessão de isenção, quanto a sua revogação, podem ser feitas por lei específica, conforme art. 150, § 6º, da CF: “Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g”.

A alternativa E está incorreta pois a Constituição Federal não exige que Código Tributário Municipal seja editado como lei complementar, o que redundaria na conclusão de que o CTM foi recepcionado como Lei Ordinária, conforme entendimento do STF: “(...) O legislador constituinte não reservou a matéria - instituição de Código Tributário Municipal - à lei complementar. Desse modo, do ponto de vista formal, o aludido Código Tributário não violou qualquer dispositivo da Magna Carta. Só se faz necessária a edição de lei complementar quando o próprio texto constitucional assim exige expressamente. (...) (ARE 662401 AgR, Relator (a): ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 30/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-228 DIVULG 25-10-2016 PUBLIC 26-10-2016).

QUESTÃO 58. O Estado Alfa, à luz da Emenda Constitucional no 132/2023, já criou regularmente por lei ordinária hipótese de incidência de IPVA sobre aeronaves e embarcações movidas a motor, passando a cobrá-lo, obedecidos todos os princípios e regras constitucionais para a adequada cobrança. João é domiciliado no Município Bravo, e é proprietário de lancha que fica ancorada no Município Charlie, bem como proprietário de aeronave que fica guardada em hangar situado no Município Delta. Os três municípios localizam-se no Estado Alfa. Não incide imunidade constitucional nem sobre a lancha nem sobre a aeronave.

Diante desse cenário, à luz da Constituição de 1988 alterada pela Emenda Constitucional nº 132/2023, assinale a alternativa correta acerca da repartição de receita tributária de IPVA com os municípios.

a) 50% da arrecadação de IPVA incidente sobre a lancha e 50% da arrecadação de IPVA incidente sobre a aeronave pertencem ao Município Bravo.

b) 50% da arrecadação de IPVA incidente sobre a lancha pertence ao Município Charlie; e 50% da arrecadação de IPVA incidente sobre a aeronave pertence ao Município Delta.

c) 25% da arrecadação de IPVA incidente sobre a lancha e 25% da arrecadação de IPVA incidente sobre a aeronave pertencem ao Município Bravo; 25% da arrecadação de IPVA incidente sobre a lancha pertence ao Município Charlie; e 25% da arrecadação de IPVA incidente sobre a aeronave pertence ao Município Delta.

d) 25% da arrecadação de IPVA incidente sobre a lancha e 25% da arrecadação de IPVA incidente sobre a aeronave pertencem ao Município Bravo; 50% da arrecadação de IPVA incidente sobre a lancha pertence ao Município Charlie; e 50% da arrecadação de IPVA incidente sobre a aeronave pertence ao Município Delta.

e) 50% da arrecadação de IPVA incidente sobre a lancha e 50% da arrecadação de IPVA incidente sobre a aeronave pertencem ao Município Bravo; 50% da arrecadação de IPVA incidente sobre a lancha pertence ao Município Charlie; e 50% da arrecadação de IPVA incidente sobre a aeronave pertence ao Município Delta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema repartição da receita tributária.

A alternativa A está correta, conforme art. 158 da CF: “Pertencem aos Municípios: III - 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios e, em relação a veículos aquáticos e aéreos, cujos proprietários sejam domiciliados em seus territórios”.

As alternativas B, C, D e E contrariam o art. 158, III, da CF, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 59. À luz da recente jurisprudência da 1ª Seção do STJ pacificando divergência entre ambas as Turmas de Direito Público acerca do exercício da capacidade ativa tributária por

entidades integrantes do sistema “S” quanto às contribuições tributárias instituídas em seu favor, assinale a alternativa correta.

a) O STJ admite que entidades integrantes do sistema “S” exerçam tanto as funções de fiscalizar como de arrecadar contribuições tributárias instituídas em seu favor.

b) O STJ admite que entidades integrantes do sistema “S” exerçam apenas a função de fiscalizar, mas não de arrecadar contribuições tributárias instituídas em seu favor.

c) O STJ admite que entidades integrantes do sistema “S” exerçam apenas a função de arrecadar, mas não de fiscalizar contribuições tributárias instituídas em seu favor.

d) O STJ não admite que entidades integrantes do sistema “S” exerçam nem a função de fiscalizar, nem a de arrecadar contribuições tributárias instituídas em seu favor.

e) O STJ não admite que entidades integrantes do sistema “S” exerçam nem a função de fiscalizar, nem a de arrecadar contribuições tributárias instituídas em seu favor, mas sim que Resoluções destas entidades fixem o valor a ser cobrado dos contribuintes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda os temas contribuições e administração tributária.

Conforme recente entendimento do STJ: “(...) 3. Com a entrada em vigor da Lei n. 11.457/2007, por força das disposições contidas especialmente em seus arts. 2º e 3º e por ostentarem os serviços sociais autônomos integrantes do denominado Sistema “S” natureza de pessoa jurídica de direito privado e não integrarem a administração pública, cabe tão somente à Secretaria de Receita Federal do Brasil, em regra, proceder às atividades de tributação, fiscalização, arrecadação e cobrança das contribuições de terceiros. (EREsp n. 1.571.933/SC, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Seção, julgado em 13/12/2023, DJe de 8/3/2024.)”.

As alternativas A, C, D e E não revelam o entendimento do STJ, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 60. XYZ Ltda, sociedade empresária prestadora de serviços, ostenta dívida de ISS perante o Município ABC, referente a fatos geradores ocorridos de janeiro a junho de 2014, que não foram declarados nem pagos. Em 10/12/2018 o Fisco municipal procede ao lançamento de ofício de todos esses créditos tributários. A contribuinte, notificada para pagar, queda-se inerte, sendo inscrita em dívida ativa municipal em 01/12/2023. Em março de 2024, a Procuradoria do Município ABC ajuíza execução fiscal contra a sociedade empresária. Citada ainda em março de 2024, a sociedade imediatamente adere a um programa de parcelamento de tais débitos, o qual continua pagando pontualmente até o presente momento.

Diante desse cenário e à luz da jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta.

a) A inscrição em dívida ativa de tal débito suspende o prazo prescricional por 180 dias.

b) As adesões a parcelamento, quando já pendente a execução fiscal, não suspendem a exigibilidade do crédito tributário.

c) Os pagamentos feitos no parcelamento desde março de 2024, na pendência desta execução fiscal, são indevidos.

d) A possibilidade de constituição do crédito tributário já havia sido alcançada pela decadência.

e) A ausência de declaração e pagamento do ISS faz com que tal prazo decadencial para constituição do crédito tributário inicie sua contagem da data do fato gerador, de modo que a decadência ainda não havia sido alcançada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema prescrição e decadência.

A alternativa A está incorreta, pois a suspensão da prescrição prevista no art. 2º, § 3º, da Lei nº 6.830/1980 somente se aplica aos créditos não tributários, conforme entendimento do STJ: "(...) 1. A suspensão do lapso prescricional de 180 (cento e oitenta) dias prevista no art. 2º, § 3º, da Lei 6.830 somente é aplicável às dívidas de natureza não-tributária. Em hipóteses como a dos autos, em que se trata de execução de crédito relativo a Imposto de Renda, a matéria é regulada pelo art. 174 do Código Tributário Nacional. (...) (AgRg no Ag n. 1.054.859/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 14/10/2008, DJe de 19/12/2008.).

A alternativa B está incorreta pois a adesão a parcelamento, ainda que já ajuizada a execução fiscal, é causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, conforme entendimento do STJ: "TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ADESÃO A PROGRAMA DE PARCELAMENTO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INTERRUPTÃO. I. A adesão a programa de parcelamento tributário é causa de suspensão da exigibilidade do crédito e interrompe o prazo prescricional, por constituir reconhecimento inequívoco do débito, nos termos do art. 174, IV, do CTN, voltando a correr o prazo, por inteiro, a partir do inadimplemento da última parcela pelo contribuinte (REsp n. 1.742.611/RJ, relator Ministro Herman Benjamin). II. Recurso especial conhecido e provido. (STJ - REsp: 1922063 PR 2021/0040162-4, Data de Julgamento: 18/10/2022, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 21/10/2022)"

A alternativa C está correta, pois o crédito tributário já havia sido extinto pela prescrição. Nesse sentido, o enunciado informa que os créditos tributários foram constituídos em 10/12/2018, com notificação do contribuinte para pagamento. Conforme art. 160 do CTN, "Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento", de onde se deduz que o prazo para pagamento encerrou-se em 10/01/2019, iniciando-se o prazo prescricional para ajuizamento da execução fiscal, conforme parte final da súmula 622 do STJ: "A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial". Nesse diapasão, o art. 174 do CTN informa que "A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva", a retornar a data limite de 10/01/2014 como termo *ad quem* para ajuizamento do executivo, o que não fora observado, uma vez que o feito fora

ajuizado apenas em março de 2024. Assim, conforme o art. 156, V, do CTN, o crédito estava extinto pela prescrição, o que inviabiliza o parcelamento e, portanto, os pagamentos realizados são indevidos.

A alternativa D está incorreta, pois não houve decadência no caso. Nesse sentido, a súmula 555 do STJ estabelece que “Quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente na forma do art. 173, I, do CTN, nos casos em que a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa” e, por sua vez, o art. 173, I, do CTN determina que “O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado”. Assim, o início do prazo decadencial para constituição do crédito se deu em 1º de janeiro de 2015 e terminaria em 1º de janeiro de 2020 e, como o crédito foi lançado em 10/12/2018, verifica-se não ter ocorrido a decadência.

A alternativa E está incorreta, conforme comentários à alternativa D.

QUESTÃO 61. Servidor público do Município X, lotado no Setor da Secretaria Municipal da Fazenda responsável pelo ITBI, enquanto está atendendo um contribuinte no guichê, começa a sofrer desacato por parte deste último. À luz do previsto no Código Tributário Nacional e levando-se em consideração sua condição de servidor municipal no exercício de suas funções na administração tributária municipal, ele poderá requisitar o auxílio da força pública

- a) municipal, apenas.
- b) estadual, apenas.
- c) municipal e estadual, apenas.
- d) municipal e federal, apenas.
- e) municipal, estadual e federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o tema fiscalização.

Conforme art. 200 do CTN: “As autoridades administrativas federais poderão requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção”.

As alternativas A, B, C e D são contrárias ao texto do art. 200 do CTN, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 62. Um Conselho Regional de Fiscalização de Profissão Regulamentada (excluída a OAB), autarquia federal, foi notificado pelo Município Y para pagar valores atrasados de taxa de

coleta de lixo proveniente de seu imóvel-sede localizado no território municipal. Não tendo havido pagamento espontâneo, a Procuradoria do Município ajuíza ação para cobrar a dívida tributária.

Diante desse cenário e à luz da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

a) Caso o Município se sagra vencedor na ação, o Conselho poderá pagar sua dívida tributária por meio do regime de precatórios.

b) Tal cobrança de taxa por parte do Município é indevida, em razão da imunidade tributária recíproca que se estende também às autarquias federais.

c) Por se tratar de dívida tributária cobrada judicialmente, admite-se a penhora de bens afetados às atividades finalísticas desse Conselho.

d) Por se tratar de autarquia federal, a inscrição em dívida ativa municipal é prescindível, mas a ação a ser proposta deverá ser a de cobrança regida pelo Código de Processo Civil.

e) Por se tratar de dívida de autarquia federal, a inscrição em dívida ativa municipal é prescindível, mas a ação a ser proposta deverá ser a de execução fiscal regida pela Lei 6.830/1980.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o tema execução fiscal.

A alternativa A está incorreta pois Conselho de Fiscalização não goza da prerrogativa do regime constitucional dos precatórios, conforme tese fixada pelo STF no Tema de Repercussão Geral nº 877: “A execução de débito de Conselho de Fiscalização não se submete ao sistema de precatório. (RE 938837, Relator(a): EDSON FACHIN, Relator(a) p/ Acórdão: MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 19-04-2017, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-216 DIVULG 22-09-2017 PUBLIC 25-09-2017)”.

A alternativa B está incorreta pois, a imunidade se refere apenas a impostos, não alcançando as taxas, conforme art. 150 da CF: “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; (...) § 2º A vedação do inciso VI, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público e à empresa pública prestadora de serviço postal, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes”.

A alternativa C está incorreta, pois os bens afetados à atividade finalística não podem ser penhorados, conforme entendimento análogo do STJ: “(...) 2. Por isso, esta Corte Superior vem admitindo a penhora de bens de empresas públicas (em sentido lato) prestadoras de serviço público apenas se estes não estiverem afetados à consecução da atividade-fim (serviço público) ou se, ainda que afetados, a penhora não comprometer o desempenho da atividade. Essa lógica se aplica às empresas privadas que sejam concessionárias ou permissionárias de serviços públicos (como ocorre no caso). Precedentes. (AgRg no

REsp n. 1.070.735/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 18/11/2008, DJe de 15/12/2008.)”.

A alternativa D está incorreta, pois deve ser ajuizada execução fiscal, conforme comentários à alternativa E.

A alternativa E está correta, pois a execução fiscal é o instrumento adequado à cobrança dos créditos tributários e não tributários constituídos pelo Município, conforme art. 1º da Lei nº 6.830/1980: “A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil”.

QUESTÃO 63. Conserta Tudo Ltda., sociedade empresária prestadora de serviços de manutenção de máquinas industriais, tem sua sede no Município A, onde a alíquota de ISS incidente sobre tais serviços é de 3%. Contudo, presta serviços com frequência também no Município B, onde a alíquota de ISS incidente sobre tais serviços é de 4%. Conserta Tudo Ltda. mantém um simples posto de atendimento também no Município B.

Diante desse cenário e à luz da jurisprudência do STJ sobre o tema, havendo prestação de tais serviços no Município B.

a) o ISS deverá ser recolhido ao Município A, onde está a sede da empresa, aplicando-se a alíquota de 3%.

b) o ISS deverá ser recolhido ao Município A, onde está a sede da empresa, aplicando-se a alíquota de 4%.

c) o ISS deverá ser recolhido ao Município B, onde está o posto de atendimento, aplicando-se a alíquota de 4%.

d) o ISS deverá ser recolhido ao Município B, onde está o posto de atendimento, aplicando-se a alíquota de 3%.

e) o ISS deverá ser recolhido à razão de 50% ao Município A e 50% ao Município B, aplicando-se a alíquota de 4%.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.

A alternativa C está correta. Conforme art. 3º da LC 113/2003, “O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador”, sendo que o art. 4º afirma que posto de atendimento caracteriza estabelecimento prestador, veja-se: “Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que

configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas”.

As alternativas A, B, D e E são contrárias ao texto do art. 3º da LC 113/2003, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 64. O Município X constituiu crédito tributário de IPTU referente a terrenos de propriedade da União contra duas pessoas jurídicas privadas. O primeiro lançamento se deu contra a Petrobras, cobrando IPTU de área por ela arrendada em terreno de porto. O segundo se deu contra uma associação que mantém lar de idosos e portadora de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, que detém o domínio útil, por aforamento, de um terreno onde instalou um cemitério privado para sepultar gratuitamente os idosos carentes por ela assistidos.

Diante desse cenário e à luz da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

a) Ambos os lançamentos são incorretos, visto que incidem sobre terrenos de propriedade da União, entidade federada imune.

b) Ambos os lançamentos são incorretos, pois a Petrobras é mera arrendatária (possuidora sem *animus domini*); e a titular do domínio útil do terreno onde se encontra o cemitério é uma entidade beneficente imune.

c) Apenas o lançamento contra a Petrobras é incorreto, por se tratar de empresa estatal a quem se estende a imunidade tributária recíproca.

d) É possível incidir o IPTU sobre o terreno onde se encontra tal cemitério, por não se tratar de cemitério público, mas sim de cemitério privado.

e) Ainda que seja mera arrendatária (possuidora sem *animus domini*), a Petrobras pode figurar como contribuinte para fins de cobrança de tal IPTU, ainda que a proprietária do terreno seja a União, ente imune.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o tema Imunidade Tributária.

A alternativa A está incorreta pois não há que se falar em imunidade no caso da Petrobras, conforme comentários à alternativa E.

A alternativa B está incorreta pois não há que se falar em imunidade no caso da Petrobras, conforme comentários à alternativa E.

A alternativa C está incorreta pois não há que se falar em imunidade no caso da Petrobras, conforme comentários à alternativa E.

A alternativa D está incorreta pois as entidades de assistência social são imunes à incidência de impostos sobre seus bens, conforme art. 150 da CF: “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei”.

A alternativa E está correta pois tese fixada pelo STF no Tema 385: “A imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, a, da Constituição não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos. Nessa hipótese é constitucional a cobrança do IPTU pelo Município”.

QUESTÃO 65. O Município X instituiu por lei ordinária municipal, de iniciativa de alguns vereadores, aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo Prefeito, a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal, a ser cobrada dos estabelecimentos comerciais situados no território municipal.

Diante desse cenário e à luz da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

a) A sanção pelo Prefeito não sana o vício formal de origem desta lei, que é de iniciativa privativa do chefe do Executivo municipal.

b) Para que esta taxa seja constitucional, é necessário que haja proporcionalidade entre o valor cobrado e o custo da atividade estatal de fiscalização.

c) É necessário que cada estabelecimento seja efetivamente fiscalizado para que a taxa seja devida, em razão da especificidade e divisibilidade que se exige como pressuposto para cobrança de taxas.

d) Caso ainda não esteja implantado órgão administrativo específico responsável pela fiscalização a ser custeada por tal taxa, ela não pode ser cobrada.

e) Por ser a atividade de fiscalização do funcionamento de estabelecimentos comerciais uma ação do Corpo de Bombeiros Militar estadual, somente uma taxa estadual poderia ser instituída para tal fim.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema Taxa.

A alternativa A está incorreta pois não há reserva de iniciativa de leis em matéria tributária ao Chefe do Poder Executivo, conforme tese fixada no tema de repercussão geral nº 682: “Inexiste, na Constituição Federal de 1988, reserva de iniciativa para leis de natureza tributária, inclusive para as que concedem renúncia fiscal”.

A alternativa B está correta pois vai ao encontro do entendimento do STF: “2. É inconstitucional a instituição de taxa de polícia que exceda flagrante e desproporcionalmente os custos da atividade estatal de fiscalização. (ADI 7400, Relator(a): LUÍS ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 19-12-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 22-03-2024 PUBLIC 25-03-2024)”

A alternativa C está incorreta pois contraria tese fixada pelo STF no tema 217: “É constitucional taxa de renovação de funcionamento e localização municipal, desde que efetivo o exercício do poder de polícia, demonstrado pela existência de órgão e estrutura competentes para o respectivo exercício”

A alternativa D está incorreta pois contraria entendimento do STF: “(...) 6. À luz da jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, a existência do órgão administrativo não é condição para o reconhecimento da constitucionalidade da cobrança da taxa de localização e fiscalização, mas constitui um dos elementos admitidos para se inferir o efetivo exercício do poder de polícia, exigido constitucionalmente. Precedentes. (...) (RE 588322, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 16-06-2010, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-164 DIVULG 02-09-2010 PUBLIC 03-09-2010 EMENT VOL-02413-04 PP-00885 RTJ VOL-00224-01 PP-00614 RIP v. 12, n. 63, 2010, p. 243-255 RT v. 99, n. 902, 2010, p. 149-157)”

A alternativa E está incorreta pois contraria entendimento do STF, conforme comentários à alternativa C.

QUESTÃO 66. Uma organização exclusivamente religiosa sediada em Vitória (ES) pretende requerer a imunidade dos IPTUS de imóveis de sua propriedade que funcionam como seus templos no território do mesmo município. Ao se dirigir ao setor da Secretaria Municipal de Fazenda responsável pelo IPTU, foi-lhe informado que, ademais da documentação comprobatória da propriedade e uso dos imóveis, a organização religiosa deveria apresentar.

I. comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

II. cópia autenticada do instrumento de constituição atualizado.

III. cópia do Balanço Geral da matriz e Demonstração da Conta de Resultados.

IV. declaração da Receita Federal do Brasil, da agência do Banco Central do Brasil ou de órgão competente da Administração Federal, certificando a ausência de remessa de recursos para o exterior.

À luz do texto da Lei Municipal nº 7.888/2010 (Lei do processo administrativo-tributário), o Fisco poderia exigir de tal organização religiosa os documentos previstos em

a) I e II, apenas.

b) I, II e III, apenas.

c) II e IV, apenas.

d) I, III e IV, apenas

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema legislação local.

O item I está correto conforme art. 12 da Lei Municipal nº 7.888/2010: “O pedido de reconhecimento de imunidade tributária será instruído com os seguintes documentos: II - Reconhecimento de imunidade com base na alínea “b”, do inciso VI, do artigo 150 da Constituição Federal: a) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ”.

O item II está correto, conforme art. 12 da Lei Municipal nº 7.888/2010: “O pedido de reconhecimento de imunidade tributária será instruído com os seguintes documentos: II - Reconhecimento de imunidade com base na alínea “b”, do inciso VI, do artigo 150 da Constituição Federal: b) cópia autenticada do instrumento de constituição atualizado.”

O item III está incorreto pois não há tal exigência na Lei Municipal nº 7.888/2010.

O item IV está incorreto pois não há tal exigência na Lei Municipal nº 7.888/2010.

QUESTÃO 67. A Lei do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS) do Município de Vitória - ES (Lei Municipal nº 6.075/2003) prevê a possibilidade do lançamento do ISS, por determinação da autoridade competente, a partir de uma base de cálculo estimada.

Acerca dessa modalidade de lançamento por estimativa e à luz do texto da referida lei, assinale a alternativa correta.

a) O fisco pode, a qualquer tempo, cancelar a aplicação do regime de forma geral, mas não parcial.

b) Os contribuintes sujeitos ao regime da estimativa não poderão ser dispensados do cumprimento de obrigações acessórias.

c) Na fixação da estimativa levar-se-á em consideração o preço dos serviços nos dois anos anteriores ao lançamento por estimativa.

d) Quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório, o imposto deverá ser pago antecipadamente, sob pena de inscrição em Dívida Ativa e imediata execução judicial.

e) O despacho da autoridade que modificar ou cancelar de ofício o regime de estimativa produzirá efeitos a partir de 30 (trinta) dias após ser o contribuinte cientificado, relativamente às operações ocorridas após o referido despacho.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema legislação local.

A alternativa A está incorreta pois o fisco pode cancelar parcialmente a aplicação do regime, conforme art. 42 da Lei Municipal nº 6.075/2003: “O fisco pode, a qualquer tempo: II. cancelar a aplicação do regime de forma geral, parcial ou individual”.

A alternativa B está incorreta pois os contribuintes poderão ser dispensados do cumprimento de obrigações acessórias, conforme art. 43 da Lei Municipal nº 6.075/2003: “Os contribuintes sujeitos ao regime da estimativa poderão ser dispensados do cumprimento de obrigações acessórias, a critério da autoridade competente”.

A alternativa C está incorreta pois na fixação da estimativa levar-se-á em consideração, além de outros, o preço corrente dos serviços, conforme art. 38 da Lei Municipal nº 6.075/2003: “Na fixação da estimativa levar-se-á em consideração conforme o caso: I. o tempo de duração e a natureza do acontecimento ou da atividade; II. o preço corrente dos serviços; III. o volume de receitas em períodos anteriores e sua projeção para os períodos seguintes, podendo ser tomadas como base de cálculo as receitas de outros contribuintes de idêntica atividade; IV. a localização do estabelecimento”.

A alternativa D está correta pois revela a inteligência do art. 37 da Lei Municipal nº 6.075/2003: “O valor do imposto poderá ser fixado, por determinação da autoridade competente, a partir de uma base de cálculo estimada, nos seguintes casos; I. quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório; (...) § 1º. No caso do inciso I, deste artigo considera-se de caráter provisório as atividades cujo exercício seja de natureza temporária e estejam vinculadas a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais. § 2º. Na hipótese do parágrafo anterior, o imposto deverá ser pago antecipadamente sob pena de inscrição em Dívida Ativa e imediata execução judicial”.

A alternativa E está incorreta pois o despacho produzirá efeitos a partir da data em que for cientificado o contribuinte, conforme art. 42, parágrafo único, da Lei Municipal nº 6.075/2003: “O despacho da autoridade que modificar ou cancelar de ofício o regime de estimativa produzirá efeitos a partir da data em que for cientificado o contribuinte, relativamente às operações ocorridas após o referido despacho”.

QUESTÃO 68. José, de 63 anos, possui renda familiar mensal de 4 salários mínimos, sendo proprietário de único imóvel urbano, situado no Município de Vitória (ES), embora viva em outro imóvel do qual é locatário. Pretende requerer ao Fisco Municipal a redução de 75% sobre o valor do IPTU e da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS) e está disposto a pagar ambos os tributos, relativos a todo o exercício, em até três parcelas, na forma e prazos dispostos em Regulamento.

À luz do texto da Lei Municipal nº 4.476/1997, assinale a alternativa correta.

- a) José faz jus à redução, por cumprir todos os requisitos legais para a redução pretendida.**
- b) José ainda não tem a idade mínima exigida em lei para requerer tal redução.**
- c) Ao não se dispor a pagar os referidos tributos em quota única, José não terá direito a tal redução.**

d) Por se tratar tal imóvel de bem de família, a circunstância de José nele não residir não afeta o direito de pedir a redução.

e) José possui renda familiar mensal acima do máximo previsto em lei para obter tal redução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema legislação local.

A alternativa A está incorreta pois José não preenche todas as condições necessárias, uma vez que não efetuará o pagamento em quota única e nem reside no imóvel, conforme art. 20 da Lei Municipal nº 4.476/1997: “Terá direito a redução de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS), o contribuinte que efetuar o pagamento, relativo a todo o exercício, em quota única, até a data do vencimento, fixado em Ato do Poder Executivo, e se incluir na conjugação total das seguintes condições: I - ser o único imóvel que possua e nele resida”.

A alternativa B está incorreta pois José ultrapassou a idade de 60 anos necessária à obtenção da redução, conforme art. 20 da Lei Municipal nº 4.476/1997: “Terá direito a redução de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS), o contribuinte que efetuar o pagamento, relativo a todo o exercício, em quota única, até a data do vencimento, fixado em Ato do Poder Executivo, e se incluir na conjugação total das seguintes condições: II - ter idade superior a 60 (sessenta) anos ou ter sido aposentado por invalidez”.

A alternativa C está correta pois José deverá efetuar o pagamento em quota única, conforme art. 20 da Lei Municipal nº 4.476/1997: “Terá direito a redução de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS), o contribuinte que efetuar o pagamento, relativo a todo o exercício, em quota única, até a data do vencimento, fixado em Ato do Poder Executivo, e se incluir na conjugação total das seguintes condições”.

A alternativa D está incorreta pois José deveria residir no imóvel para requerer a redução, conforme art. 20 da Lei Municipal nº 4.476/1997: “Terá direito a redução de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS), o contribuinte que efetuar o pagamento, relativo a todo o exercício, em quota única, até a data do vencimento, fixado em Ato do Poder Executivo, e se incluir na conjugação total das seguintes condições: I - ser o único imóvel que possua e nele resida”.

A alternativa E está incorreta pois José possui renda inferior a cinco salários mínimos, que é a renda estabelecida no art. 20 da Lei Municipal nº 4.476/1997 como teto para tal redução: “Terá direito a redução de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS), o contribuinte que efetuar o pagamento, relativo a todo o exercício, em quota única, até a data do vencimento, fixado em Ato do Poder Executivo, e se incluir na conjugação total das seguintes condições: III - ter renda familiar mensal não superior a 5 (cinco) salários mínimos”.

QUESTÃO 69. O Município de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, possui parte considerável de seu território situada em uma ilha. Em razão disso, alguns dos terrenos do Município (terrenos de marinha) são de propriedade da União, ainda que sejam ocupados por privados a diferentes títulos, gerando a necessidade de pagamento à União de valores referentes a taxa de ocupação, foro e laudêmio.

Acerca da classificação destes institutos quanto à Dívida Ativa da União, de origem tributária e não-tributária, assinale a alternativa correta.

a) A taxa de ocupação, o foro e o laudêmio devem ser classificados na Dívida Ativa Tributária da União.

b) A taxa de ocupação deve ser classificada na Dívida Ativa Tributária da União, enquanto o foro e o laudêmio devem ser classificados na Dívida Ativa Não-Tributária da União.

c) A taxa de ocupação e o foro devem ser classificados na Dívida Ativa Tributária da União, enquanto o laudêmio deve ser classificado na Dívida Ativa Não-Tributária da União.

d) O foro e o laudêmio devem ser classificados na Dívida Ativa Tributária da União, enquanto a taxa de ocupação deve ser classificada na Dívida Ativa Não-Tributária da União.

e) A taxa de ocupação, o foro e o laudêmio devem ser classificados na Dívida Ativa Não-Tributária da União.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o tema legislação local.

Conforme art. 39, §2º, da Lei nº 4.320/1964: “Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multas de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de subrogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

As alternativas A, B, C e D contrariam o texto legal, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 70. A Lei Orgânica do Município X, em sua redação original, previa que o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO) deveria ser encaminhado pelo Executivo ao Legislativo até nove meses antes do encerramento do exercício financeiro. Em 2022, por meio de emenda à Lei Orgânica, esse prazo foi alterado para até sete meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro.

Diante desse cenário e à luz da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

a) Tanto o prazo original como o prazo alterado são inconstitucionais, pois violam o prazo previsto na Constituição Federal de 1988.

b) Apenas o prazo original é inconstitucional, pois o prazo alterado coincide com o prazo previsto na Constituição Federal de 1988.

c) Apenas o prazo alterado é inconstitucional, pois o prazo original coincide com o prazo previsto na Constituição Federal de 1988.

d) Tanto o prazo original como o prazo alterado são constitucionais, pois o Município tem autonomia para estabelecer prazos distintos do previsto na Constituição Federal de 1988.

e) Apenas o prazo original é constitucional, pois o Município tem autonomia para ampliar o prazo previsto na Constituição Federal de 1988, mas não para reduzi-lo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema processo legislativo orçamentário.

Conforme entendimento do STF: “As normas da CF/1988 sobre o processo legislativo das leis orçamentárias são de reprodução obrigatória pelo constituinte estadual. Aplicabilidade do princípio da simetria na espécie. [ADI 6.308, rel. min. Roberto Barroso, j. 6-6-2022, P, DJE de 15-6-2022.]”.

As alternativas B, C, D e E, ao afirmarem ser possível a fixação de diferentes prazos, contrariam o entendimento do STF, motivo pelo qual estão incorretas.

QUESTÃO 71. O Código de Processo Civil estabelece como intervenção de terceiro o incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

a) O incidente de desconsideração de personalidade jurídica é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, inclusive no cumprimento de sentença, exceto na execução fundada em título executivo extrajudicial.

b) A instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, em qualquer hipótese, suspenderá o processo.

c) Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias.

d) A decisão que resolve e põe fim ao incidente de desconsideração da personalidade jurídica desafia recurso de apelação.

e) O pedido de desconsideração da personalidade não pode ser realizado na petição inicial, sendo necessária a demonstração no curso do processo, do preenchimento dos pressupostos legais específicos para desconsideração da personalidade jurídica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, regulado nos arts. 133 a 137 do Código de Processo Civil.

A alternativa A está incorreta porque também será cabível o incidente de desconsideração de personalidade jurídica na execução fundada em título executivo extrajudicial, conforme art. 134, *caput*, do CPC: “O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.”

A alternativa B está incorreta porque o § 3º do art. 134 do CPC excetua a suspensão quando a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial.

A alternativa C está correta, reproduzindo fielmente o art. 135 do CPC: “Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias.”

A alternativa D está incorreta porque a decisão que resolve o incidente de desconsideração da personalidade jurídica é interlocutória, recorrível por agravo de instrumento, expressamente prevista no inciso IV do artigo 1.015 do CPC.

A alternativa E está incorreta porque expressamente prevista no §2º do art. 134 do CPC a possibilidade de pedido na petição inicial: “Dispensa-se a instauração do incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.”

QUESTÃO 72. GABRIELA ajuizou ação indenizatória em face do MUNICÍPIO DE VITÓRIA, que tramitou na 1ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital. O Juízo de primeiro grau proferiu sentença condenando a parte ré ao pagamento de R\$5.000,00 a título de indenização danos materiais. Transitada em julgado a referida decisão, foi iniciado o cumprimento de sentença, tendo GABRIELA requerido o pagamento da quantia referente à condenação, na forma do art. 534, do CPC. Devidamente intimado, na forma do artigo 535, o Município ficou-se inerte. Em seguida, o Juízo proferiu decisão determinando o pagamento da quantia, no prazo de dois meses, contado da entrega da requisição, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência da exequente, e, ainda, condenou o Município ao pagamento de honorários advocatícios em valor equivalente a 10% da integralidade do valor devido, uma vez que, por se tratar de obrigação de pequeno valor, os honorários sucumbenciais são devidos, independentemente de impugnação pelo exequente.

Diante do exposto, e considerando o recente entendimento do STJ sobre o tema, marque a alternativa correta.

a) Agiu corretamente o Juízo ao determinar o pagamento de honorários sucumbenciais pelo Município, uma vez que deve haver interpretação restritiva ao artigo 85, §7º, do CPC, que determina que "não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada."

b) Agiu corretamente o Juízo ao determinar o pagamento de honorários sucumbenciais pelo Município, uma vez que deve haver interpretação restritiva ao artigo 85, §7º, do CPC, que determina que "serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada."

c) Agiu corretamente o Juízo ao determinar o pagamento de honorários sucumbenciais pelo Município, uma vez que foi fixada tese repetitiva pelo STJ no sentido de que "os honorários advocatícios de sucumbência são devidos nas execuções contra a Fazenda sujeitas ao regime de requisição de pequeno valor - RPV, ainda que não seja apresentada impugnação."

d) Agiu equivocadamente o Juízo ao determinar o pagamento de honorários sucumbenciais pelo Município, uma vez que se trata de crédito submetido ao regime de Precatório.

e) Agiu equivocadamente o Juízo ao determinar o pagamento de honorários sucumbenciais pelo Município, uma vez que não houve impugnação à pretensão executória, mesmo se tratando de crédito submetido a pagamento por RPV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

O Superior Tribunal de Justiça, em julgamento de recurso repetitivo, fixou o entendimento de que a regra do artigo 85, § 7º, do CPC, que dispensa o pagamento de honorários advocatícios em cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública sem impugnação, aplica-se também às RPVs. Tema Repetitivo 1190 do STJ: "Na ausência de impugnação à pretensão executória, não são devidos honorários advocatícios sucumbenciais em cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, ainda que o crédito esteja submetido a pagamento por meio de Requisição de Pequeno Valor - RPV."

O enunciado deixa claro que o Município se quedou inerte, ou seja, não apresentou impugnação à pretensão executória. Como não houve impugnação por parte do Município, não são devidos honorários advocatícios no cumprimento de sentença, mesmo se tratando de crédito submetido a pagamento por RPV.

QUESTÃO 73. JOSÉ ajuizou ação indenizatória em face do Município de Vitória, que tramitou em um dos juizados da fazenda pública da comarca da capital. O Juízo julgou improcedente o pedido. Irresignada, a parte autora interpôs recurso inominado, que foi provido pela Turma Recursal Fazendária com base em entendimento que contraria em enunciado sumular de jurisprudência do STJ.

Na qualidade de Procurador do Município de Vitória, assinale a opção que indica qual instrumento jurídico seria cabível contra o acórdão proferido pela Turma Recursal.

- a) Reclamação endereçada ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.
- b) Não há instrumento jurídico cabível para impugnar o acórdão da Turma Recursal.
- c) Recurso Especial endereçado ao Superior Tribunal de Justiça.
- d) Recurso Extraordinário endereçado ao Supremo Tribunal Federal.
- e) Pedido de Uniformização de jurisprudência ao Superior Tribunal de Justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda a competência recursal quanto aos julgados das Turmas Recursais.

A alternativa A está correta, conforme previsão na Resolução STJ n. 3/2016: “Art. 1º Caberá às Câmaras Reunidas ou à Seção Especializada dos Tribunais de Justiça a competência para processar e julgar as Reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada em incidente de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso especial repetitivo e em enunciados das Súmulas do STJ, bem como para garantir a observância de precedentes.”

A alternativa B está incorreta, vez que cabível reclamação.

A alternativa C está incorreta por contrariar o enunciado n. 203 da Súmula do STJ: “Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais.”

A alternativa D está incorreta porque não há no enunciado notícia de violação à Constituição Federal, sendo específico quanto à contrariedade à jurisprudência do STJ.

A alternativa E está incorreta porque o pedido de uniformização de interpretação de lei federal previsto no artigo 14 da Lei 10.259/2001 exige a divergência entre Turmas Recursais: “Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.”

QUESTÃO 74. O Município de Vitória interpôs Recurso Especial em face de acórdão proferido pela Câmara de Direito Público do e. Tribunal de Justiça Estadual. O referido recurso foi admitido e após a remessa dos autos, o C. Superior Tribunal de Justiça entendeu que o recurso versava sobre questão constitucional.

Neste caso, o i. Ministro relator do recurso especial deverá:

- a) conceder prazo de 15 (quinze) dias para o Município demonstrar a existência de repercussão geral e se manifestar sobre a questão constitucional.

b) remeter o recurso especial imediatamente ao Supremo Tribunal Federal para julgamento como recurso extraordinário, o qual, em juízo de admissibilidade, poderá devolvê-lo ao Superior Tribunal de Justiça.

c) inadmitir o Recurso Especial.

d) Intimar o Município para realizar a adequação do recurso especial para o recurso extraordinário à luz do princípio da instrumentalidade das formas.

e) negar provimento ao Recurso Especial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda a competência recursal dos Tribunais Superiores.

A alternativa B está correta, repetindo o previsto no art. 1.032, parágrafo único, do CPC: “Cumprida a diligência de que trata o caput, o relator remeterá o recurso ao Supremo Tribunal Federal, que, em juízo de admissibilidade, poderá devolvê-lo ao Superior Tribunal de Justiça.”

QUESTÃO 75. João ajuizou ação monitória contra o Município de Vitória para satisfazer crédito de R\$ 500.000,00 decorrente de instrumento particular sem eficácia de título executivo. Ao receber a petição inicial, o Juízo (i) deferiu a expedição de mandado de pagamento e (ii) concedeu prazo para o Município cumprir a obrigação cumulado com o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor da causa.

No que se refere à ação monitória no caso em análise, é correto afirmar que

a) não é admissível ação monitória em face da Fazenda Pública.

b) é admissível que o Município de Vitória apresente reconvenção e que a parte autora, em seguida, ofereça reconvenção à reconvenção.

c) o réu poderá opor, em autos apartados, embargos à ação monitória desde que garanta previamente o juízo.

d) caso o Município não apresente embargos à ação monitória, a sentença estará sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.

e) uma vez verificado pelo Juízo que a ação monitória foi proposta indevidamente e de má-fé, poderá condenar João ao pagamento de multa, em favor do réu, de até cinco por cento sobre o valor da causa.

Comentários

Em nossa visão, a questão é ANULÁVEL em razão do valor trazido no enunciado ser inferior ao limite de remessa necessária. Contudo, a banca provavelmente estabelecerá como correta a **letra D**, pelas

explicações seguintes. A questão trata de ação monitória, abordando as prerrogativas processuais da Fazenda Pública, em especial o duplo grau de jurisdição.

A alternativa A está incorreta por contrariar o enunciado n. 339 da Súmula do STJ: “É cabível ação monitória contra a Fazenda Pública”.

A alternativa B está incorreta por contrariar o § 6º do art. 702 do CPC: “Na ação monitória admite-se a reconvenção, sendo vedado o oferecimento de reconvenção à reconvenção.”

A alternativa C está incorreta por contrariar o *caput* do art. 702 do CPC: “Independentemente de prévia segurança do juízo, o réu poderá opor, nos próprios autos, no prazo previsto no art. 701 , embargos à ação monitória.”

A alternativa D estaria correta pelo art. 701, § 4º, do CPC, que estabelece na ação monitória contra a Fazenda Pública o reexame necessário da sentença, ou seja, duplo grau de jurisdição obrigatório. Contudo, o valor do crédito trazido no enunciado (R\$ 500.000,00) é inferior ao limite de remessa necessária estabelecido no art. 496, § 3º, II: “500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados”.

A alternativa E está incorreta, vez que o art. 81 do CPC dispõe que a parte que litigar de má-fé pode ser condenada ao pagamento de multa de até 10% sobre o valor corrigido da causa (e não 5%, como menciona a alternativa).

QUESTÃO 76. O Município B do Estado A ajuizou execução fiscal em face da empresa XYZ, buscando o pagamento do crédito de R\$500,00 sem que tenha adotado qualquer medida extrajudicial ou administrativa prévia para cobrar a dívida. Considerando que o valor executado era inferior a um salário-mínimo, o juiz do caso extinguiu a execução por ausência de interesse de agir com base em lei que previa tal possibilidade.

À luz do mais recente entendimento do STF sobre o tema, marque a alternativa correta.

a) Negar ao Município a possibilidade de executar seus créditos de pequeno valor sob o fundamento da falta de Interesse econômico viola o direito de acesso à justiça.

b) O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa, e do protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, sendo legítima a extinção da execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir, à luz do princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado.

c) O Poder Judiciário só poderá extinguir ação de execução fiscal que trata de valor inferior a um salário-mínimo, sob fundamento de falta de interesse de agir, quando houver lei estadual autorizativa.

d) O trâmite de ações de execução fiscal impede os entes federados de pedirem a suspensão do processo para a tentativa de conciliação ou solução administrativa.

e) O ajuizamento da execução fiscal não dependerá da prévia tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa, e do protesto do título.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, em específico o Tema 1184 da Repercussão Geral, em que se fixou entendimento pela possibilidade de extinção de execução fiscal de baixo valor pela falta de interesse de agir.

Tese fixada no Tema 1184: “1. É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado. 2. O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia adoção das seguintes providências: a) tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa; e b) protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida. 3. O trâmite de ações de execução fiscal não impede os entes federados de pedirem a suspensão do processo para a adoção das medidas previstas no item 2, devendo, nesse caso, o juiz ser comunicado do prazo para as providências cabíveis.”

QUESTÃO 77. Maria ajuizou ação de obrigação de fazer em face do Município X. Observando que se tratava de demanda contendo controvérsia sobre questão de direito, que havia diversos processos ajuizados no mesmo mês sobre o tema, e que julgamentos distintos ocasionariam risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica, o Município X peticionou ao Presidente do tribunal, requerendo a instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas. O incidente foi admitido pelo órgão competente do tribunal, oportunidade em que foi determinada a suspensão dos processos pendentes que tramitavam no Estado, o que incluía o processo de Maria.

À luz do que dispõe o Código de Processo Civil acerca do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, assinale a alternativa incorreta.

a) Se, após a instauração do incidente, o Município X abandonar o processo, tal fato não impedirá o exame do mérito, devendo o Ministério Público intervir no feito, assumindo a sua titularidade.

b) Uma vez firmada a tese jurídica, caso ela não seja observada no bojo do processo movido por Maria em face do Município X, caberá reclamação.

c) O Município X poderá pedir ao Tribunal que julgou o incidente, a revisão da tese jurídica que for firmada.

d) Durante a suspensão, se Maria necessitar de alguma tutela de urgência em seu processo, deverá dirigir seu pedido ao juízo em que tramita o seu processo suspenso.

e) Julgado o incidente, a tese jurídica firmada será aplicada, inclusive, aos processos coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do tribunal.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**. A questão dispõe sobre o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).

A alternativa A está correta. O art. 976, § 1º e 2º, do CPC, prevê que a desistência ou o abandono do processo não impedem o exame de mérito do IRDR, e o Ministério Público deve intervir obrigatoriamente no incidente, assumindo sua titularidade em caso de desistência ou abandono.

A alternativa B está correta. O art. 988, IV, do CPC, prevê a reclamação para garantir a observância da tese firmada no IRDR: “garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência”.

A alternativa C está incorreta, já que o Município não é legitimado para pedir a revisão da tese. O art. 986 do CPC possibilita a revisão da tese jurídica firmada no incidente de ofício ou mediante requerimento dos legitimados mencionados no art. 977, inciso III: “pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública, por petição.”

A alternativa D está correta. O art. 982, § 1º, do CPC, determina que o pedido de tutela de urgência deve ser dirigido ao juízo onde tramita o processo suspenso em razão do IRDR.

A alternativa E está correta. O art. 985 do CPC estabelece que a tese jurídica firmada no IRDR deve ser aplicada a todos os processos individuais e coletivos que envolvam a mesma questão de direito dentro da área de jurisdição do tribunal que julgou o incidente.

QUESTÃO 78. A empresa X ajuizou demanda pelo procedimento comum contra o Município de Vitória visando satisfazer um crédito de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil) reais, decorrente de contrato de locação de impressoras. Embora tenha sido devidamente citado, o Município de Vitória não apresentou contestação. Ato contínuo, a empresa X apresentou petição na qual requereu a decretação dos efeitos da revelia.

À luz do disposto no Código de Processo Civil e na jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta.

a) O Juízo da Fazenda Pública Municipal de Vitória deve deferir o pedido uma vez que os efeitos materiais da revelia são aplicáveis em quaisquer litígios envolvendo a Fazenda Pública.

b) O Juízo da Fazenda Pública Municipal de Vitória não deve deferir o pedido uma vez que os efeitos processuais e materiais da revelia são inaplicáveis em quaisquer litígios envolvendo a Fazenda Pública.

c) O Juízo da Fazenda Pública Municipal de Vitória não deve deferir o pedido uma vez que os efeitos materiais da revelia não são aplicáveis em quaisquer litígios envolvendo a Fazenda Pública.

d) O Juízo da Fazenda Pública Municipal de Vitória não deve deferir o pedido uma vez que os efeitos processuais da revelia não são aplicáveis em litígios da Administração Pública.

e) O Juízo da Fazenda Pública Municipal de Vitória deve deferir o pedido uma vez que os efeitos materiais da revelia podem ser aplicáveis em litígios que envolvam obrigações de direito privado, em se discutindo interesse público secundário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A e E estão incorretas porque não se aplicam os efeitos materiais da revelia à Fazenda Pública.

A alternativa C está correta. Os efeitos materiais da revelia, que incluem a presunção de veracidade dos fatos alegados pela parte autora, não se aplicam em litígios envolvendo a Fazenda Pública. Isso ocorre porque o art. 345, II, do CPC exclui a produção de efeitos da revelia em litígios de direitos indisponíveis, como o interesse público.

As alternativas B e D estão incorretas porque são aplicáveis à Fazenda os efeitos processuais da revelia.

QUESTÃO 79. O Município de Guarapari tomou ciência de que um banco internacional ajuizou execução de título extrajudicial contra a principal empresa de turismo da cidade para satisfazer crédito milionário. Tendo em vista que a procedência da ação monitória poderia implicar na bancarrota da empresa de turismo, o Município de Guarapari decidiu intervir, com fundamento no parágrafo único da Lei 9.469/97, nos embargos à execução apresentados pela empresa de turismo, oportunidade na qual somente demonstrou seu interesse econômico na demanda. No entanto, o MM. Juízo da 2ª Vara Cível de Guarapari indeferiu o pedido sob o fundamento de que (i) o Município de Guarapari não comprovou o interesse jurídico na demanda e que (ii) a intervenção pretendida não poderia ocorrer em embargos à execução.

À luz do disposto no Código de Processo Civil e na jurisprudência, assinale a alternativa correta.

a) O Juízo da 2ª Vara Cível de Guarapari errou ao indeferir o pedido da empresa de turismo uma vez que a intervenção anômala pode ocorrer em qualquer demanda desde que o ente público comprove seu interesse econômico.

b) O Juízo da 2ª Vara Cível de Guarapari acertou ao indeferir o pedido da empresa de turismo uma vez que a intervenção anômala somente pode ocorrer em embargos à execução caso o ente público comprove seu interesse jurídico.

c) O Juízo da 2ª Vara Cível de Guarapari errou ao indeferir o pedido da empresa de turismo uma vez que a intervenção anômala pode ocorrer em embargos à execução desde que o ente público comprove seu interesse econômico.

d) O Juízo da 2ª Vara Cível de Guarapari acertou ao indeferir o pedido da empresa de turismo uma vez que a intervenção anômala somente pode ocorrer na execução de título extrajudicial quando o ente público comprovar seu interesse econômico.

e) O Juízo da 2ª Vara Cível de Guarapari acertou ao indeferir o pedido da empresa de turismo uma vez que a intervenção anômala somente pode ocorrer em demanda apresentada no juizado especial cível e desde que o ente público comprove seu interesse econômico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda as prerrogativas processuais da Fazenda Pública, em específico a intervenção anômala.

Para que ocorra a intervenção anômala, prevista no art. 5º da Lei n. 9.469/97, não é necessária a demonstração do interesse jurídico, podendo ser baseada no mero interesse econômico, conforme previsão no parágrafo único do referido artigo: “As pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica, intervir, independentemente da demonstração de interesse jurídico, para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes.”

Quanto à intervenção no processo de execução, em regra será vedada. Contudo, o STJ excepciona na jurisprudência a ação cognitiva incidental de embargos, exatamente o tratado no enunciado: “É inviável a intervenção anômala da União na fase de execução ou no processo executivo, salvo na ação cognitiva incidental de embargos.” STJ, 4ª Turma, AgInt no REsp 1.838.866-DF, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 23/08/2022 (Info 754).

QUESTÃO 80. Antônio ajuizou ação contra o Município de Vitória para obter indenização por sua indevida demissão do serviço público. Antes mesmo da citação, Antônio apresenta petição requerendo a extinção da demanda sem resolução de mérito por desistência na forma do art. 485, VIII, do CPC. Ato contínuo, o Município de Vitória ingressa espontaneamente no feito para condicionar a desistência da demanda à renúncia do autor sobre sua pretensão indenizatória. O MM. Juízo da 1ª Vara Cível de Vitória defere o pedido de desistência, com a conseqüente extinção da demanda.

À luz do que disposto na legislação pertinente, assinale a alternativa correta.

a) O Juízo acertou em extinguir a demanda uma vez que, antes da apresentação de contestação, o autor pode desistir da ação sem consentimento do réu.

b) O Juízo errou em extinguir a demanda uma vez que, em qualquer momento do processo, a desistência da ação depende do consentimento do réu.

c) O Juízo errou em extinguir a demanda uma vez que, antes da apresentação de contestação, a desistência da ação depende da renúncia do autor ao direito que funda a demanda.

d) O Juízo errou em extinguir a demanda uma vez que, em qualquer momento do processo, a desistência da ação depende do consentimento do réu e da renúncia do autor ao direito que funda a demanda.

e) O Juízo acertou em extinguir a demanda uma vez que o autor pode desistir da ação sem consentimento do réu até a prolação da sentença.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

De acordo com o art. 485, § 4º, do Código de Processo Civil: “Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.” No caso em questão, a desistência foi apresentada antes da citação e, conseqüentemente, antes da contestação. Nessa situação, o autor pode desistir da ação sem o consentimento do réu. O fato de o Município ter ingressado espontaneamente no processo não altera essa regra, pois o que importa é o momento processual em que a desistência foi requerida - antes da contestação. Conforme o art. 485, VIII, do CPC, a extinção do processo sem resolução do mérito pode ocorrer por desistência, desde que seja antes da contestação, sem a necessidade de consentimento do réu. Se a contestação já tivesse sido apresentada, o réu teria que concordar com a desistência (art. 200, parágrafo único, do CPC).

No caso apresentado, o autor requereu a desistência antes da citação e, conseqüentemente, antes da contestação, o que faz com que a desistência não dependa do consentimento do réu. Assim, o juiz agiu corretamente ao extinguir a demanda com base no pedido do autor.

QUESTÃO 81. Das situações abaixo indicadas marque aquela que, de acordo com a Lei de regência, não autoriza o saque do FGTS depositado na conta vinculada do trabalhador.

a) Se a extinção do contrato de trabalho ocorrer por culpa recíproca.

b) Quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a sessenta e cinco anos.

c) Se o dependente do trabalhador for acometido de neoplasia maligna.

d) Quando o trabalhador com deficiência, por prescrição, necessite adquirir prótese para promoção de acessibilidade e de inclusão social.

e) Se o dependente do trabalhador for portador do vírus HIV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema FGTS.

A alternativa A está incorreta. Neste caso, autoriza-se o saque do FGTS. Conforme art. 20, inciso I, da Lei nº 8.036/90: “Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações: I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior;”

A alternativa B está correta. O saque é autorizado quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a 70 anos, e não 65 anos. Conforme art. 20, inciso XV, da Lei nº 8.036/90: “Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações: XV - quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a setenta anos.”

A alternativa C está incorreta. Neste caso, autoriza-se o saque do FGTS. Conforme art. 20, inciso XI, da Lei nº 8.036/90: “Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações: XI - quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna.”

A alternativa D está incorreta. Neste caso, autoriza-se o saque do FGTS. Conforme art. 20, inciso XVIII, da Lei nº 8.036/90: “Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações: XVIII - quando o trabalhador com deficiência, por prescrição, necessite adquirir órtese ou prótese para promoção de acessibilidade e de inclusão social.”

A alternativa E está incorreta. Neste caso, autoriza-se o saque do FGTS. Conforme art. 20, inciso XIII da Lei nº 8.036/90: “Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações: XIII - quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV;”.

QUESTÃO 82. O casal Verônica e Eduardo trabalha na mesma empresa localizada em Jardim Camburi, bairro do Município de Vitória/ES. Verônica trabalha há 15 anos em local insalubre e Eduardo, há 8 anos em horário noturno. Cada qual recebe em seu contracheque o adicional de insalubridade e noturno, respectivamente. Ocorre que em 2024 houve uma reestruturação na empresa, pelo que Verônica foi transferida para um setor sem agente insalubre e Eduardo, para o turno da manhã, das 9 às 18h. Com isso, o empregador suprimiu os adicionais até então pagos. De acordo com a legislação em vigor e o entendimento consolidado do TST, marque a alternativa correta.

a) Está errada a empresa porque ambos os empregados, pelo longo tempo de recebimento, tinham direito adquirido ao respectivo adicional.

b) Está correta a empresa em relação a Eduardo, já que ele recebia adicional há menos de 10 anos, mas errada em relação a Verônica porque o adicional dela se incorporou ao salário

c) Não merece censura a atitude empresarial porque Verônica não estará mais sujeita a agente agressor à saúde e Eduardo não mais se ativará em horário noturno.

d) A postura da empresa será considerada válida contanto que haja acordo coletivo de trabalho prevendo a supressão dos adicionais respectivos.

e) Está correta a empresa em relação a Verônica, pois a saúde dela será doravante preservada, mas equivocada quanto a Eduardo, pois o TST prevê o direito ao adicional noturno mesmo havendo alteração de turno.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema salário, mais precisamente sobre os adicionais.

O adicional de insalubridade é salário condição, nos termos das Súmulas nº 80 e 248 do TST. Logo, Verônica não faz jus ao adicional de insalubridade, pois não exerce mais a atividade insalubre. Vejamos: “Súmula nº 80 do TST. A eliminação da insalubridade mediante fornecimento de aparelhos protetores aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo exclui a percepção do respectivo adicional.”; “Súmula nº 248 do TST. A reclassificação ou a descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, repercute na satisfação do respectivo adicional, sem ofensa a direito adquirido ou ao princípio da irredutibilidade salarial.”

Ademais, o adicional noturno também é salário condição, nos termos da Súmula nº 265 do TST. Logo, Eduardo também não faz jus ao adicional noturno, pois não exerce mais a atividade no período considerado noturno. Conforme Súmula nº 265 do TST: “Súmula nº 265 do TST. A transferência para o período diurno de trabalho implica a perda do direito ao adicional noturno.”

Logo, a alternativa C está correta: Está correta a empresa tanto em relação a Eduardo quanto em relação à Verônica. As alternativas A, B, D e E ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 83. Carlos, Pedro e José eram vigilantes terceirizados em uma repartição pública municipal de Vitória/ES. Foram dispensados sem nada receber, e ajuizaram reclamação trabalhista plúrima em abril de 2024. A ação foi movida contra o ex-empregador e o tomador dos serviços. Houve condenação líquida, a decisão transitou em julgado, a execução contra o ex-empregador foi inexitosa e então, direcionada contra o Município de Vitória, tomador dos serviços e responsável subsidiário. A condenação foi de R\$ 25.700,00 em favor de Carlos, R\$ 37.200,00 para Pedro e R\$ 22.180,00 para José. Considerando a norma constitucional e que não há Lei municipal regendo a matéria, marque a forma de pagamento desses débitos pelo Município de Vitória.

- a) Todos receberão por meio de requisição de pequeno valor (RPV).**
- b) Pedro receberá por meio de precatório, mas Carlos e José, por RPV.**
- c) José e Pedro receberão por meio de precatório, e Carlos por RPV.**
- d) Carlos e Pedro receberão por meio de precatório e José, por RPV.**
- e) Todos receberão por meio de precatório.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema execução contra a Fazenda Pública em matéria trabalhista.

A requisição de pequeno valor é trazida pelo § 3º do art. 100 da CF: “§ 3º O disposto no caput deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.”. Ressalte-se que os Estados e Municípios podem fixar suas margens de “pequeno valor”, conforme § 4º: “§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, poderão ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social.”. Mas, se não houver a edição de tais leis próprias, deve-se seguir a orientação do art. 97, § 12, do ADCT. Vejamos: “§ 12. Se a lei a que se refere o § 4º do art. 100 não estiver publicada em até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação desta Emenda Constitucional, será considerado, para os fins referidos, em relação a Estados, Distrito Federal e Municípios devedores, omissos na regulamentação, o valor de: I - 40 (quarenta) salários mínimos para Estados e para o Distrito Federal; II - 30 (trinta) salários mínimos para Municípios.”. Portanto, no caso do Município de Vitória, como não há lei municipal regendo a matéria, deve-se considerar como “pequeno valor” as quantias que não excedam 30 salários mínimos. No ano de 2024, o salário mínimo foi definido no valor de R\$ 1.412,00 (mil quatrocentos e doze reais). Logo, a quantia limite para definição como “pequeno valor” seria de 30 vezes essa quantia; ou seja, R\$ 42.360,00.

Portanto, na situação narrada pelo enunciado, percebe-se que tanto a condenação em favor de Carlos (R\$ 25.700,00), quanto em favor de Pedro (R\$ 37.200,00), quanto em favor de José (R\$ 22.180,00) não excedem a quantia de 42.360,00, relativa a 30 salários mínimos. Desta feita, os três receberão por meio de RPV, e não por meio de precatório. Logo, a alternativa A está correta. As alternativas B, C, D e E ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 84. Casemiro e Jocélia são terceirizados do setor de limpeza e atuam em uma escola Municipal localizada em Vila Velha. O empregador de ambos perdeu a licitação e será substituído por outro prestador de serviço. Desejosos de permanecer na escola como empregados do novo prestador, Casemiro e Jocélia acertaram com o antigo patrão a extinção dos seus contratos por acordo (art. 484-A da CLT). Casemiro recebeu aviso prévio indenizado e Jocélia, trabalhados. Diante dos fatos, marque a alternativa correta.

a) Sendo distrato, ambos receberão pela metade o valor do aviso prévio e das demais verbas devidas pela extinção, podendo ainda sacar metade do FGTS.

b) Jocélia e Casemiro receberão a integralidade do aviso prévio, metade das demais verbas pela extinção do contrato e sacarão metade do FGTS.

c) Ambos os empregados não terão direitos do ex-empregador porque a modalidade foi o distrato, mas sacarão a totalidade do FGTS.

d) Casemiro e Jocélia receberão integralmente o aviso prévio e as demais verbas pela extinção, além de indenização de 20% sobre o FGTS.

e) Casemiro receberá metade do aviso prévio, Jocélia o aviso prévio integral, e ambos terão a integralidade das demais verbas e indenização de 20% sobre o FGTS.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema extinção do contrato de trabalho.

No caso de Casemiro, como ele seu aviso prévio foi indenizado, receberá tal verba pela metade, bem como a indenização sobre o saldo do FGTS também pela metade (ou seja, 20%), conforme art. 484-A, I, da CLT: “Art. 484-A. O contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador, caso em que serão devidas as seguintes verbas trabalhistas: I - por metade: a) o aviso prévio, se indenizado; e b) a indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, prevista no § 1º do art. 18 da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990;”. Todas as demais verbas serão recebidas integralmente, conforme art. 484-A, II, da CLT: “Art. 484-A. O contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador, caso em que serão devidas as seguintes verbas trabalhistas: II - na integralidade, as demais verbas trabalhistas.”

No caso de Jocélia, como seu aviso prévio foi trabalhado, será recebido de modo integral, pois se enquadra no art. 484-A, II, da CLT, acima transcrito. Quanto a indenização sobre o saldo do FGTS, Jocélia também receberá pela metade (ou seja, 20%), conforme art. 484-A, I, “b”, da CLT, acima transcrito. E todas as demais verbas serão recebidas integralmente.

Portanto, correta a alternativa E: Casemiro receberá metade do aviso prévio, Jocélia o aviso prévio integral, e ambos terão a integralidade das demais verbas e indenização de 20% sobre o FGTS.

QUESTÃO 85. Regina e Ricardo são amigos desde os tempos da faculdade de direito. Após formados, Regina foi trabalhar como empregada numa empresa privada de Vitória/ES no setor de compliance, ao passo que Ricardo foi aprovado em concurso público para uma empresa pública municipal de Vitória, na qual atua como advogado da área trabalhista, sob o regime celetista (CLT). Após décadas de bons serviços prestados, ambos resolveram se aposentar espontaneamente, mas pretendem continuar a trabalhar em seus respectivos empregos porque ainda se consideram jovens, têm força de trabalho e intencionam acumular a aposentadoria com o salário da ativa, trazendo maior conforto material para si e seus dependentes.

Diante da situação apresentada e das normas de regência, marque a alternativa correta.

a) Somente a pretensão de Ricardo poderá se concretizar, pois a aposentadoria de Regina gerará a extinção do seu contrato.

b) Ambos poderão se aposentar e continuar trabalhando, pois a relação do segurado com o INSS não se confunde com a relação com o empregador.

c) Somente a pretensão de Regina poderá se concretiza, pois a aposentadoria de Ricardo gerará a extinção do seu contrato.

d) Aposentar significa jubilar, cessar, por de lado, razão pela qual a aposentadoria voluntária porá fim aos pactos laborais de Regina e Ricardo.

e) Ambos poderão se aposentar, continuar trabalhando e sobre o salário da ativa após a aposentadoria não haverá contribuição previdenciária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a aposentadoria de Regina não gerará a extinção do contrato de trabalho, se continuar laborando normalmente no mesmo vínculo, nos termos da jurisprudência do TST. Vejamos: “APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. UNICIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO. MULTA DE 40% DO FGTS SOBRE TODO O PERÍODO (DJ 20, 21 E 23.05.2008) A aposentadoria espontânea não é causa de extinção do contrato de trabalho se o empregado permanece prestando serviços ao empregador após a jubilação. Assim, por ocasião da sua dispensa imotivada, o empregado tem direito à multa de 40% do FGTS sobre a totalidade dos depósitos efetuados no curso do pacto laboral.”

A alternativa B está incorreta. No caso de Ricardo, como empregado público sob o regime celetista, terá o contrato de trabalho extinto com a aposentadoria (art. 37, §14, CRFB/88).

A alternativa C está correta. Sim, como vimos, por ser empregado público, a aposentadoria concedida a Ricardo acarretará o rompimento do vínculo, nos termos do art. 37, §14, CRFB/88: “Art. 37. § 14. A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.”

A alternativa D está incorreta. A aposentadoria somente acarretará ao fim do contrato de trabalho de Ricardo.

A alternativa E está incorreta. Ao contrário do que afirma, apenas no caso de Regina o contrato de trabalho poderá ser continuado, sua aposentadoria voluntária não extingue necessariamente o contrato e haverá sim a incidência de contribuição previdenciária sobre o salário dela.

QUESTÃO 86. Silvia trabalha há 3 anos numa sociedade empresária localizada em Cariacica, mas soube pelo seu gerente que a empresa “fecharia as portas muito em breve”. Silvia entende que faz jus ao adicional de periculosidade em razão das funções que exerce. Diante da urgência, ajuizou medida judicial para a produção antecipada de prova pericial, pois com o fechamento da empresa a prova se tornaria inviável. A ação foi distribuída à 120ª Vara do Trabalho de Vitória e a prova pericial, deferida e produzida, tendo o perito concluído que a atividade de Silvia era perigosa. Dias após, a sociedade empresária encerrou suas atividades. Diante da situação apresentada e dos termos da legislação em vigor, marque a alternativa correta.

a) A 120ª Vara do Trabalho de Vitória será preventa para apreciar a reclamação trabalhista que venha a ser ajuizada.

b) Houve um equívoco porque a produção antecipada de provas não está prevista na CLT e, por isso, não pode ser manejada na seara trabalhista.

c) A produção antecipada de provas serve apenas para a colheita de depoimentos, e não para a realização de uma prova técnica.

d) O Juízo da 120ª Vara do Trabalho de Vitória não ficará prevento para apreciar a reclamação trabalhista que venha a ser proposta.

e) Tendo a perícia sido positiva, caberia ao juízo da 120ª Vara do Trabalho, na mesma decisão, deferir o pagamento do adicional de periculosidade a Silvia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema provas em processo do trabalho.

A alternativa A está incorreta. A produção antecipada de prova não previne a competência do juízo, conforme art. 381, § 3º, do CPC: “§ 3º A produção antecipada da prova não previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.”

A alternativa B está incorreta. A jurisprudência trabalhista admite a produção antecipada de prova em direito processual do trabalho. Vejamos exemplo: “AÇÃO DE PRODUÇÃO DE PROVA ANTECIPADA. INTERESSE PROCESSUAL. Hipótese em que a ação proposta se trata de ação de produção de prova antecipada, amparada pelo disposto nos artigos 381 a 383 do CPC, assim como pela nova redação do art. 840, § 1º, da CLT e pela inclusão do art. 791-A, §§ 3º e 4º, da CLT, após vigência da Lei 13.467/17. Entendimento de que a ação intentada é instrumento disponível à parte para se certificar quanto à necessidade e à adequação do ajuizamento de demanda principal (arts. 17, 330, III, e 485, VII, do CPC). Cassada a decisão que extinguiu o processo sem resolução do mérito e determinado o retorno dos autos à origem para o regular processamento da ação.” (TRT-4 - RO: 00200670620185040523, Data de Julgamento: 06/09/2018, 7ª Turma).

A alternativa C está incorreta. Não há, na lei ou na jurisprudência, nenhuma indicação de tal restrição. Pelo contrário, o § 3º do art. 382 do CPC admite a produção de qualquer prova, vejamos: “§ 3º Os interessados poderão requerer a produção de qualquer prova no mesmo procedimento, desde que relacionada ao mesmo fato, salvo se a sua produção conjunta acarretar excessiva demora.”

A alternativa D está correta. A produção antecipada de prova não previne a competência do juízo, conforme art. 381, § 3º, do CPC: “§ 3º A produção antecipada da prova não previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.”

A alternativa E está incorreta. O adicional de periculosidade deve ser pleiteado em outra ação, pois a ação de produção antecipada de provas funciona apenas para tal produção de provas. Na forma do § 2º do art. 382 do CPC: “§ 2º O juiz não se pronunciará sobre a ocorrência ou a inoocorrência do fato, nem sobre as respectivas consequências jurídicas.”

QUESTÃO 87. Das situações jurídicas a seguir identificadas, aponte aquela em que, de acordo com a norma de regência, o empregador deve obrigatoriamente ajuizar inquérito judicial (inquérito para apuração de falta grave) antes de romper o contrato por justa causa em razão de alegada falta grave praticada pelo(a) empregado(a).

a) Cinthia, que se encontra grávida de 4 meses.

b) Reinaldo, que é suplente de representante dos trabalhadores no CNPS (Conselho Nacional de Previdência Social).

c) Janete, vítima de doença ocupacional é que retornou há 10 meses de benefício previdenciário na modalidade acidentária.

d) Rômulo, que foi eleito representante dos empregados na CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) da empresa.

e) Gabriela, que é delegada sindical indicada pela direção do sindicato de classe dos empregados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema estabilidade no emprego.

A alternativa A está incorreta. A garantia de emprego da gestante encontra-se prevista no art. 10, II, “b”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): “art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição: (...) II - fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa: (...) b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.”

A alternativa B está correta. Conforme art. 3º, § 7º, Lei nº 8.213/91: “§ 7º Aos membros do CNPS, enquanto representantes dos trabalhadores em atividade, titulares e suplentes, é assegurada a estabilidade no emprego, da nomeação até um ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada através de processo judicial.”. Portanto, a alternativa B está correta.

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 118 da Lei 8.213/91: “O segurado que sofreu acidente de trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.”

A alternativa D está incorreta. Tal garantia de emprego encontra-se prevista no art. 10, II, “a”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): “Art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição: (...) II - fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa: a) do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato;”. No mesmo sentido, é o art. 165 da CLT: “Os titulares da representação dos empregados nas CIPA (s) não poderão sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.” Observe que, no caso das alternativas A, C e D, não há qualquer ressalva legal

ou constitucional em relação à necessidade de ajuizar inquérito judicial (inquérito para apuração de falta grave) antes de romper o contrato por justa causa em razão de alegada falta grave.

A alternativa E está incorreta. O delegado sindical não faz jus à estabilidade, conforme OJ 369 do TST: “O delegado sindical não é beneficiário da estabilidade provisória prevista no art. 8º, VIII, da CF/1988, a qual é dirigida, exclusivamente, àqueles que exerçam ou ocupem cargos de direção nos sindicatos, submetidos a processo eletivo.”

QUESTÃO 88. Em uma reclamação trabalhista envolvendo um terceirizado da atividade de conservação, o Município de Vitória, tomador dos serviços, foi condenado de forma subsidiária ao pagamento dos créditos. Por entender que houve escorreta fiscalização do contrato, o ente municipal pretende recorrer da sentença para livrar-se da condenação, que entende injusta e dissonante das provas produzidas. Considerando os fatos e o previsto na CLT, marque a alternativa correta.

a) O ente municipal pagará metade das custas para recorrer.

b) O Município pagará custas, mas as recolherá somente ao final do processo.

c) Como nas relações trabalhistas o Município equipara-se ao particular, deverá pagar normalmente as custas em seu recurso.

d) Caberá ao Município pagar, somente ao final, metade das custas caso a condenação seja mantida em grau de recurso.

e) O Município é isento do pagamento de custas no seu recurso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema custas em processo do trabalho.

Conforme art. 790-A, I, da CLT, o ente municipal é dispensado das custas. Vejamos: “Art. 790-A. São isentos do pagamento de custas, além dos beneficiários de justiça gratuita: I – a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica;”

Portanto a alternativa E está correta: O Município é isento do pagamento de custas no seu recurso. As alternativas A, B, C e D ficam automaticamente incorretas, pois afirmam que o Município deve pagar custas.

QUESTÃO 89. Fernanda foi contratada em março de 2024 como profissional de tecnologia da informação, tendo a carteira profissional anotada. No contrato individual de trabalho de Fernanda consta que ela deverá cumprir a escala de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso (12×36 h). No mês de abril de 2024, por 2 vezes a escala de Fernanda

coincidiu com o dia de domingo e em 1 oportunidade, com dia de feriado nacional. Considerando a situação apresentada e os termos da CLT, marque a alternativa correta.

a) Fernanda não terá direito ao pagamento, com adicional de 100%, das horas trabalhadas aos domingos e feriado.

b) A escala contratada é ilegal porque deveria estar prevista em norma coletiva, daí porque será extra a fora que exceder a 8ª diária.

c) A empregada em questão terá direito ao pagamento, como extra acrescida de 100%, das horas referentes às escalas que coincidam com os domingos.

d) A escala contratada é ilegal porque deveria estar prevista em convenção coletiva, daí porque será extra a hora que exceder a 44ª semanal.

e) A empregada em questão terá direito ao pagamento, como extra acrescida de 100%, das horas referentes à escala que coincidiu com o feriado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Duração do Trabalho, mais precisamente sobre a Jornada de Trabalho.

Em seu artigo 59-A, a CLT permite a fixação da escala “12X36”, ou seja, horário de trabalho de 12 horas seguidas, com 36 horas ininterruptas de descanso. Vejamos: “Art. 59-A, CLT. Em exceção ao disposto no art. 59 desta Consolidação, é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação. Parágrafo único. A remuneração mensal pactuada pelo horário previsto no caput deste artigo abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73 desta Consolidação.”

A alternativa A está correta. A remuneração mensal pactuada na escala 12x36 já abrange o descanso semanal remunerado e o descanso em feriados, conforme art. 59-A da CLT, acima transcrito. Tomando por base a mesma justificativa, as alternativas C e E ficam automaticamente incorretas.

As alternativas B e D estão incorretas. A escala 12X36 é legal, desde que firmada mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, conforme art. 59-A da CLT, acima transcrito.

QUESTÃO 90. Pedro é soldado da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo há 10 anos e, nas suas folgas, prestava serviço de segurança privada em favor de uma rede local de supermercados. Após 3 anos, Pedro teve os serviços dispensados em abril de 2024. Pedro ajuizou reclamação trabalhista contra o supermercado postulando o reconhecimento de vínculo empregatício e direitos daí decorrentes. Na audiência, após debate e negociação, foi aceita e

homologada judicialmente a proposta de R\$ 50.000,00 à vista, sem reconhecimento de vínculo empregatício. Não houve discriminação das parcelas no acordo. Considerando os fatos narrados, a norma de regência e o entendimento consolidado do TST, marque a alternativa correta.

a) Trata-se de um contrato ilícito e, diante dos termos da conciliação, haverá recolhimento de INSS na razão de 22%.

b) Trata-se de um contrato válido, e por não haver reconhecimento de vínculo, não se cogitará de recolhimento de INSS.

c) Trata-se de contrato irregular e o INSS será recolhido na alíquota de 31%, a cargo do tomador de serviços.

d) O caso exemplifica um contrato proibido e o INSS será de 20% a cargo do tomador de serviços e de 11% por parte do prestador de serviços.

e) O contrato é proibido e o INSS será de 11% a cargo do tomador de serviços e de 11% por parte do prestador de serviços.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema contrato de trabalho e homologação de acordo.

O vínculo disposto é classificado pela jurisprudência como trabalho proibido. No entanto, uma vez prestado este serviço, o TST tem entendimento consolidado de que o vínculo deve ser reconhecido. Vejamos: “Súmula 386 do TST: Preenchidos os requisitos do art. 3º da CLT, é legítimo o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.”

Portanto, de logo, as alternativas A, B e C ficam incorretas, pois falam, respectivamente, em contrato ilícito, válido e irregular, quando, na verdade, o contrato é proibido. Quanto aos efeitos, no caso narrado, observe que não houve reconhecimento de vínculo empregatício, pois houve firmação de acordo. Neste caso, a OJ 398 disciplina o seguinte: “Nos acordos homologados em juízo em que não haja o reconhecimento de vínculo empregatício, é devido o recolhimento da contribuição previdenciária, mediante a alíquota de 20% a cargo do tomador de serviços e de 11% por parte do prestador de serviços, na qualidade de contribuinte individual, sobre o valor total do acordo, respeitado o teto de contribuição. Inteligência do § 4º do art. 30 e do inciso III do art. 22, todos da Lei n.º 8.212, de 24.07.1991.”

Portanto, a alternativa D está correta: O caso exemplifica um contrato proibido e o INSS será de 20% a cargo do tomador de serviços e de 11% por parte do prestador de serviços. Tomando por base o mesmo dispositivo, a alternativa E fica automaticamente incorreta.

QUESTÃO 91. A empresa "Confecções XYZ Ltda." sofreu dois pedidos de falência. A primeira proposta por um credor de um único título executivo e a outra do maior fornecedor. O primeiro pedido foi indeferido, já o segundo, provido. Durante o processo falimentar, o Fisco Federal

ajuizou ação de execução fiscal para cobrança de créditos tributários, além de ter habilitado o mesmo crédito no processo de falência. Paralelamente, um dos sócios da empresa manifestou o desejo de se retirar da sociedade.

a) O Direito brasileiro admite o pedido de falência como sucedâneo de cobrança de título executivo, desde que o objetivo principal seja o recebimento do crédito.

b) A conduta do fisco federal é válida, visto que, em nome da indisponibilidade do interesse público, poderá utilizar da garantia dúplice: execução e habilitação.

c) Durante o processo de falência, suspende-se o exercício do direito de retirada ou de recebimento do valor de suas quotas, ou ações, por parte dos sócios da sociedade falida.

d) Durante o processo de falência, qualquer juízo poderá ordenar medidas constritivas do patrimônio de empresa falida, com objetivo de garantir o pagamento.

e) Extingue as obrigações do falido o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado do encerramento da falência, se o falido não tiver sido condenado por prática de crime

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a decretação de falência.

A alternativa A está incorreta. Pedir falência contendo como principal objetivo o recebimento do crédito poderá caracterizar abuso de direito, ensejando dano moral, consoante o entendimento jurisprudencial pela 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.012.318).

Ao fazer a análise do caso, o relator esclareceu que o pedido abusivo de falência gera dano moral: “o comerciante que tem contra si decretada a falência fica com seu crédito prejudicado e comprometido. Mais ainda se tal pedido é acolhido, indevidamente, por abuso de direito”.

A alternativa B está incorreta. No direito brasileiro não é permitida a garantia dúplice, sendo a execução fiscal e habilitação em processo de falência ou recuperação judicial pelo fisco federal, não permitindo que não permite que o fisco busque simultaneamente duas formas de garantia para o mesmo crédito.

A alternativa C está correta. Conforme o Art. 116, II, da Lei nº 11.101/2005, durante o processo de falência, está suspenso o exercício do direito de retirada ou de recebimento do valor de suas quotas, ou ações, por parte dos sócios.

A alternativa D está incorreta. Após a decretação da falência, todas as ações e execuções contra a empresa falida são suspensas (art. 116, I, Lei nº 11.101/2005), e qualquer medida constritiva deve ser solicitada ao juízo universal da falência.

A alternativa E está incorreta. As obrigações do falido podem ser extintas após o decurso do prazo de 3 anos do encerramento da falência, conforme o Art. 158, V, da Lei nº 11.101/2005.

A alternativa E está incorreta. Durante o processo de falência, suspende-se o exercício do direito de retirada ou de recebimento do valor de suas quotas, ou ações, por parte dos sócios da sociedade falida, conforme o Art. 116, II, da Lei nº 11.101/2005.

QUESTÃO 92. Cristian e Joana, sócios majoritários da Empresa XYZ, uma sociedade limitada atuante no ramo de comércio varejista, diante de uma série de dificuldades financeiras, decidiram criar duas novas empresas com as quais a XYZ passou a realizar transações fictícias e, com isso, conseguiram transferir parte dos ativos da XYZ para as novas empresas, protegendo parte do seu patrimônio de eventuais cobranças e execuções e, também evitaram o pagamento de alguns impostos. Os sócios acreditavam que, com isso, teriam um tempo maior para resolver os problemas da XYZ. No entanto, a estratégia não foi bem-sucedida e a Empresa XYZ entrou em processo de falência, após inadimplir várias obrigações. Na sequência, alguns credores ingressaram em juízo, visando a responsabilização pessoal dos sócios.

Diante da situação hipotética narrada, analise as assertivas abaixo e indique a opção correta.

I. Na situação narrada, os sócios não deverão ser responsabilizados pessoalmente, pois não tinham a inequívoca intenção de lesar os credores.

II. Independentemente dos atos praticados, a falência da Empresa XYZ é causa suficiente para a responsabilização pessoal de Cristian e Joana.

III. Os atos praticados por Cristian e Joana configuram abuso da personalidade, o que pode ensejar a responsabilidade pessoal dos sócios pelas obrigações da Empresa XYZ.

IV. Os atos praticados por Cristian e Joana configuram mera expansão da atividade econômica, não sendo causa para a responsabilidade pessoal dos sócios pelas obrigações da Empresa XYZ

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e IV, apenas

e) I e III, apenas

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. Passaremos a analisar cada item.

O item I está incorreto. A intenção de lesar os credores não é o único fator considerado. O abuso da personalidade jurídica, como desvio de finalidade ou confusão patrimonial, pode ensejar a responsabilização pessoal, independentemente da intenção.

O item II está incorreto. A falência por si só não é suficiente para a responsabilização pessoal dos sócios. É necessário verificar se houve abuso da personalidade jurídica.

O item III está correto. Transferir ativos para proteger o patrimônio e evitar o pagamento de dívidas configura abuso da personalidade jurídica, conforme o Art. 50 do Código Civil. Isso pode justificar a responsabilização pessoal dos sócios.

O item IV está incorreto. As transações fictícias e a transferência de ativos para outras empresas não configuram mera expansão da atividade econômica. Ao contrário, esses atos demonstram desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica.

A alternativa C está correta. Portanto, apenas o item III está correto, nos termos do art. 50 do Código Civil, vejamos: “Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.”

QUESTÃO 93 Pedro, João e Caio são amigos de infância e decidem abrir um negócio juntos. Para isso, eles contraem um empréstimo no banco para investir no empreendimento. Durante a operação, os três assinam um contrato de mútuo solidário, assumindo a responsabilidade pelo pagamento da dívida de forma conjunta e indivisível. Em que pese todos os esforços e dedicação dos amigos, em razão de uma série de adversidades ao longo do tempo, especialmente em razão de grave problema de saúde de Caio, o negócio enfrenta dificuldades financeiras e acaba não sendo bem-sucedido, acarretando, inclusive o inadimplemento de algumas obrigações contratuais como o empréstimo.

Diante da situação hipotética narrada, é correto afirmar que,

a) se o banco exigir que João, individualmente, pague a dívida e aceitar pagamento parcial, não mais poderá exigir o pagamento de João e de Caio.

b) como trata-se de obrigação divisível, o banco só pode exigir de cada um dos devedores, a quota-parte equivalente que, no caso, corresponde a terça parte da dívida.

c) o banco pode remitir a dívida de Caio e exigir que Pedro e João paguem a integralidade da dívida de forma solidária, sendo cada um responsável pelo pagamento de metade do débito.

d) o banco pode exigir que João pague a dívida integral, cabendo a João, se desejar, exigir a quota-parte de Pedro e Caio.

e) considerando o estado de saúde de Caio, o banco poderá exonerá-lo da solidariedade, o que aproveitará aos demais, de sorte que João e Pedro passarão a ser devedores de apenas um terço da dívida cada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Em caso de pagamento parcial da dívida, os demais devedores continuam obrigados solidariamente, nos termos do art. 275 do Código Civil.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a assertiva, o banco tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum, consoante o art. 275 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. Subsistirá a obrigação de Pedro e João, devendo arcar com a integralidade da dívida, nos termos do art. 282 do Código Civil.

A alternativa D está correta. De fato, caso João pague a dívida de maneira integral, ele poderá requer a quota-parte de Pedro e Caio, nos termos do art. 283 do Código Civil. Vejamos: “Art. 283. O devedor que satisfaz a dívida por inteiro tem direito a exigir de cada um dos co-devedores a sua quota, dividindo-se igualmente por todos a do insolvente, se o houver, presumindo-se iguais, no débito, as partes de todos os co-devedores.”

A alternativa E está incorreta. Como vimos, a exoneração de um devedor solidário pelo credor não afeta os demais devedores solidários quanto à totalidade da dívida. Portanto, João e Pedro continuam responsáveis pela integralidade da dívida, independentemente da situação de Caio.

QUESTÃO 94. João, na condição de locatário e Maria, na condição de locadora, celebraram contrato de locação de imóvel residencial pelo prazo de 30 meses. Dentre as cláusulas contratuais, a de número 10, proibia a realização de qualquer tipo de obra sem a autorização expressa da locadora. Não obstante, ao longo da vigência do contrato e sem solicitar autorização a Maria e sem que ela tivesse conhecimento, João realizou algumas reformas no apartamento, como a troca do piso da sala que estava estufado e mofado em razão de um vazamento ocorrido antes do contrato e que causava grave alergia em seus filhos, a instalação de um ar-condicionado split em cada um dos cômodos, a reforma do banheiro da suíte para inclusão de uma banheira de hidromassagem, sonho antigo de João.

Após quatro anos na residência, já na prorrogação do contrato, Maria decide vender o imóvel, e comunica João. Em resposta, João indica não ter interesse na compra e se compromete a deixar o imóvel em 90 dias, mas informa que os aluguéis dos três meses serão compensados pelas benfeitorias que ele realizou e que muito valorizaram o imóvel de Maria.

Diante da situação hipotética, é correto afirmar que

a) Independentemente da cláusula contratual, Maria deverá indenizar João, pois as benfeitorias realizadas valorizaram o bem e João agiu de boa-fé e de acordo com o bem-estar da sua família.

b) Diante da cláusula contratual, João não tem direito à indenização pelas benfeitorias realizadas, pois, além da proibição de realizar qualquer tipo de obra sem prévia autorização, as benfeitorias são classificadas como voluptuárias.

c) João tem direito à indenização pelas benfeitorias realizadas, pois valorizam o bem, sendo ainda assegurado o direito de retenção até que seja devidamente indenizado.

d) João tem direito à indenização pela troca do piso da sala, pois é uma benfeitoria necessária e pode retirar os aparelhos de ar-condicionado e a banheira de hidromassagem, pois são passíveis de remoção sem detrimento da coisa.

e) João tem direito à indenização pela troca do piso da sala e pela instalação de ar-condicionado split, pois, sendo benfeitorias necessárias, independem de autorização prévia, podendo retirar a banheira de hidromassagem, caso não seja indenizado por ela.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**. A questão dispõe sobre a Lei do Inquilinato, Lei nº 8.245/91.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que João tem direito à indenização apenas pela troca do piso da sala, por ser uma benfeitoria necessária, nos termos do artigo 35 da Lei 8.245/91: "Salvo expressa disposição contratual em contrário, as benfeitorias necessárias introduzidas pelo locatário, ainda que não autorizadas pelo locador, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção", podendo retirar os aparelhos de ar-condicionado e a banheira de hidromassagem, pois são passíveis de remoção sem detrimento da coisa, consoante o art. 36 da Lei 8.245/91: "As benfeitorias voluptuárias não serão indenizáveis, podendo ser levantadas pelo locatário, finda a locação, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel."

A alternativa B está incorreta, pois João tem direito à indenização pelas benfeitorias necessárias realizadas, vejamos: "Art. 35. Salvo expressa disposição contratual em contrário, as benfeitorias necessárias introduzidas pelo locatário, ainda que não autorizadas pelo locador, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção."

A alternativa C está incorreta, pois, conforme supracitado, João tem direito à indenização pela troca do piso da sala, por ser uma benfeitoria necessária, podendo retirar os aparelhos de ar-condicionado e a banheira de hidromassagem, pois são benfeitorias voluptuárias passíveis de remoção sem detrimento da coisa, consoante o art. 36 da Lei 8.245/91: "As benfeitorias voluptuárias não serão indenizáveis, podendo ser levantadas pelo locatário, finda a locação, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel."

A alternativa D está correta, pois João tem, de fato, direito à indenização pela troca do piso da sala, sendo uma benfeitoria necessária, nos termos do artigo 35 da Lei 8.245/91: "Salvo expressa disposição contratual em contrário, as benfeitorias necessárias introduzidas pelo locatário, ainda que não autorizadas pelo locador, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção" bem como pode retirar os aparelhos de ar-condicionado e a banheira de hidromassagem, pois são passíveis de remoção sem detrimento da coisa, conforme art. 36 da Lei 8.245/91: "As benfeitorias voluptuárias não serão indenizáveis, podendo ser levantadas pelo locatário, finda a locação, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel."

A alternativa E está incorreta, pois, conforme supracitado, João tem direito à indenização pela troca do piso da sala, por ser uma benfeitoria necessária, podendo retirar os aparelhos de ar-condicionado e a banheira de hidromassagem, pois são passíveis de remoção sem detrimento da coisa, consoante o art.

36 da Lei 8.245/91: "As benfeitorias voluptuárias não serão indenizáveis, podendo ser levantadas pelo locatário, finda a locação, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel."

QUESTÃO 95. A empresa "Você Sabe Mais", produtora de conteúdos digitais, atuante no mercado nacional há cerca de 8 anos, apresentou considerável crescimento no último ano e, aproveitando o contexto, resolveu ampliar os negócios. Para tanto, contratou uma consultoria especializada para analisar todos os processos da empresa. De pronto, após análise dos contratos celebrados pela empresa com seus clientes, a consultoria constatou considerável margem de inadimplência por parte dos clientes e propôs a organização das finanças da empresa com a cobrança das dívidas líquidas e vencidas e não pagas dos clientes nos últimos 6 anos, encaminhando notificação de cobrança a todos os clientes listados.

Diante da situação hipotética narrada, é correto afirmar que

a) considerando a natureza do serviço, a empresa tem o prazo de cinco anos para efetuar a cobrança das dívidas líquidas e vencidas.

b) a notificação extrajudicial interrompe a prescrição, garantindo a exigibilidade de todas as dívidas vencidas e não pagas dos clientes listados.

c) considerando a inércia da empresa por longo período, opera-se a supressio em relação às dívidas vencidas há mais de 4 anos.

d) no caso, aplica-se o prazo prescricional geral de 10 anos, de sorte que a empresa pode exigir o pagamento de todas as dívidas líquidas, vencidas e não pagas dos clientes.

e) considerando a natureza do serviço e a notificação extrajudicial, a empresa pode exigir o pagamento das dívidas líquidas, vencidas e não pagas há 3 anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. De fato, de acordo com o art. 206, I do Código Civil, a cobrança de dívidas líquidas e vencidas prescrevem em 5 anos. Vejamos: "Art. 206. Prescreve: § 5º Em cinco anos: I - a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular;"

A alternativa B está incorreta. A mera notificação extrajudicial da existência de débito não tem o condão de interromper o prazo prescricional, consoante o entendimento já pacificado pela jurisprudência (AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.245.120 - RS (2011/0064549-7)).

A alternativa C está incorreta. O instituto da supressio não se enquadra ao caso narrado. A supressio é a perda do direito de exercer determinada prerrogativa ou de exigir o cumprimento de uma obrigação quando o titular do direito, por inércia, deixa de exercê-lo por um longo período de tempo, enquanto a prescrição é a extinção da pretensão (art. 189 do Código Civil).

A alternativa D está incorreta. Ao caso narrado, é aplicável o prazo prescricional de 5 anos, por se tratar de dívidas líquidas.

QUESTÃO 96. Bento, divorciado, reside sozinho em imóvel de sua propriedade localizado na Rua do Céu, Bairro das Flores. Nos últimos anos, ele tem sofrido por inúmeras perdas profissionais, que levaram ao acúmulo de várias dívidas. Entre elas, as maiores são a pensão alimentícia de seu filho, Ezequiel, o mútuo com Banco Zeta S.A., e as cotas condominiais do Condomínio Residencial Rio das Flores relativas à sua residência.

Diante da situação hipotética, com base no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta.

a) A impenhorabilidade do bem de Bento pode ser oposta ao Ezequiel, por se tratar de pensão alimentícia decorrente de vínculo familiar.

b) Os bens móveis da residência de Bento usualmente mantidos em um lar comum são penhoráveis pelo Banco Zeta S.A.

c) Apesar de Bento ser divorciado e residir sozinho no bem, ele é protegido pela impenhorabilidade de bem de família diante do Banco Zeta S.A.

d) O Condomínio Residencial Rio das Flores não poderá executar o apartamento de Bento por se tratar de bem de família.

e) Caso Bento seja possuidor de vários imóveis utilizados como residência, a impenhorabilidade recairá sobre o de maior valor.

Comentários

A resposta correta é a **letra C**. A questão trata da Lei 8.009/90, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.

A alternativa A está incorreta, por contrariar o art. 3º da Lei 8.009/90, veja: "A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido: III – pelo credor da pensão alimentícia, resguardados os direitos, sobre o bem, do seu coproprietário que, com o devedor, integre união estável ou conjugal, observadas as hipóteses em que ambos responderão pela dívida; (Redação dada pela Lei nº 13.144 de 2015)".

A alternativa B está incorreta, por contrariar a Lei 8.009/90, que dispõe: "Art. 1º O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei. Parágrafo único. A impenhorabilidade compreende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, desde que quitados."

A alternativa C está correta, pois é o teor da Súmula 364 do STJ: "O conceito de impenhorabilidade de bem de família abrange também o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas".

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que na execução de cotas de condomínio edilício, é possível a penhora do imóvel que originou a dívida, mesmo que se trate de bem de família. A Lei 8.009/90, em seu artigo 3º, IV, diz: "A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido para cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar".

A alternativa E está incorreta, pois contraria o art. 5º da Lei 8.009/90, veja: "Para os efeitos de impenhorabilidade, de que trata esta lei, considera-se residência um único imóvel utilizado pelo casal ou pela entidade familiar para moradia permanente. Parágrafo único. Na hipótese de o casal, ou entidade familiar, ser possuidor de vários imóveis utilizados como residência, a impenhorabilidade recairá sobre o de menor valor, salvo se outro tiver sido registrado, para esse fim, no Registro de Imóveis e na forma do art. 70 do Código Civil."

QUESTÃO 97. A Sociedade Café Capixaba Ltda., detentora da marca Café Aroma Capixaba que comercializa café em grãos e moído, descobre que há uma pequena cafeteria localizada nas serras do Espírito Santo, chamada "Café Aroma da Serra". Os diretores da sociedade sentem-se incomodados com a utilização da expressão Café Aroma no título de estabelecimento da cafeteria e, diante disso, procuram uma renomada advogada do Espírito Santo para a elaboração de parecer a respeito do caso.

Com base no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) O direito de exclusividade ao uso da marca é ilimitado, atingindo todas as atividades empresariais.**
- b) A marca fraca, constituída por expressões comuns ou genéricas, não possui o atributo da exclusividade.**
- c) A tutela da marca depende da prova efetiva e concreta do engano cometido por consumidores específicos.**
- d) A legislação brasileira admite amplamente o registro de sinal genérico ou simplesmente descritivo.**
- e) Prescreve em três anos a ação de perdas e danos pelo uso da marca comercial.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. Para responder a essa questão, era fundamental o conhecimento acerca da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o Resp 1.166.498-RJ.

A alternativa B está correta. Marcas fracas, formadas por termos comuns ou genéricos, não possuem exclusividade plena. A jurisprudência do STJ, no Resp 1.166.498-RJ, confirma que expressões genéricas ou de uso comum não têm exclusividade.

Ou seja, expressão de uso comum, de pouca originalidade, atraem a mitigação da regra de exclusividade decorrente do registro, possuindo um âmbito de proteção limitado.

Portanto, consoante a jurisprudência do STJ, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 98. A sociedade Crédito Autêntico S.A, que administra cartões crédito de marca Autêntico, foi Instituída em 2002, mantendo-se até hoje no codicilo de companhia fechada. Como nos três últimos exercícios a sociedade cresceu no mercado brasileiro, a família controladora pretende abrir o capital social, realizando o denominado IPO, com venda de mais de vinte por cento das ações na Bolsa de Valores.

A respeito da situação hipotética, com base no nosso ordenamento jurídico, assinale a alternativa correta,

a) A sociedade Crédito Autêntico, por não ser uma instituição financeira, sofre as limitações da Lei de Usura na cobrança de Juros remuneratórios.

b) Consideram-se ações em circulação no mercado todas as ações do capital da companhia aberta, incluindo as de propriedade do acionista controlador.

c) Por ser uma administradora de cartão de crédito, a Sociedade Crédito Autêntico S.A, não se sujeita ao Código de Defesa do Consumidor.

d) A distribuição pública de ações somente será efetiva no mercado após prévio registro na Comissão de Valores Mobiliários

e) A sociedade Crédito Autêntico S.A ao se transformar em companhia aberta poderá optar pela negociação de suas ações no mercado de balcão

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Administradoras de cartão de crédito, mesmo que não sejam consideradas instituições financeiras, não estão sujeitas às limitações da Lei de Usura, conforme entendimento da Súmula 283 do STJ.

A alternativa B está incorreta. Ações em circulação no mercado não incluem as ações de propriedade do acionista controlador.

A alternativa C está incorreta. Administradoras de cartão de crédito estão sujeitas ao Código de Defesa do Consumidor, pois prestam serviços diretamente aos consumidores, consoante o nunciado 297 do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A alternativa D está correta. Consoante o Art. 4º, §2º, da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), a distribuição pública de ações somente será efetiva após o registro prévio na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Vejamos: “Art. 4º Para os efeitos desta Lei, a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários. § 2º Nenhuma distribuição pública de valores mobiliários será efetivada no mercado sem prévio registro na Comissão de Valores Mobiliários.”

A alternativa E está incorreta. principal exigência legal referida na questão é o registro na CVM, nos termos do art.4º, §2º, da Lei nº 6.404/76.

QUESTÃO 99. A diretoria da empresa "Construções Sólidas Ltda.", em grave crise econômico-financeira, procura um renomado escritório de advocacia do Estado do Espírito Santo desejando um parecer a respeito da viabilidade do pedido de recuperação judicial com o objetivo de renegociar suas dívidas e superar a crise. Ademais, durante o eventual processo de recuperação judicial, a empresa pretende celebrar diversos contratos com fornecedores e prestadores de serviços essenciais para a continuidade de suas atividades. Considerando a situação hipotética apresentada e as disposições da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falências e Recuperação de Empresas), assinale a alternativa correta.

a) O juízo da recuperação judicial é universal, sendo competente para decidir sobre a constrição de todos os bens, inclusive, os não abrangidos pelo plano de recuperação da empresa.

b) As despesas condominiais, que são créditos de natureza extraconcursal, se submetem aos efeitos da recuperação judicial, gerando a suspensão da sua execução com objetivo de garantir a preservação da empresa.

c) O plano de recuperação judicial atinge terceiros, produzindo a suspensão ou mesmo a extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários por garantia cambial.

d) A recuperação judicial do devedor principal impede o prosseguimento das execuções ajuizadas contra coobrigados por garantia fidejussória.

e) A cláusula do plano de recuperação judicial que prevê a supressão de garantias somente é eficaz em relação aos credores que com ela anuíram expressamente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre meios de recuperação judicial, nos termos do art. 50 Lei nº 11.101/2005.

A alternativa A está incorreta. O juízo da recuperação judicial não tem competência para decidir sobre bens que não estão abrangidos pelo plano de recuperação.

A alternativa B está incorreta. Despesas condominiais são créditos extraconcursais e não se submetem aos efeitos da recuperação judicial. Eles não geram a suspensão da sua execução.

A alternativa C está incorreta. O plano de recuperação judicial não pode afetar terceiros devedores solidários. A recuperação judicial da empresa devedora não implica na suspensão ou extinção de ações contra terceiros (art. 50 Lei nº 11.101/2005)

A alternativa D está incorreta. Nos termos da Lei nº 11.101/2005, a recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das execuções ajuizadas contra coobrigados por garantia fidejussória

A alternativa E está correta. Conforme o Art. 50, § 1º da Lei nº 11.101/2005, a supressão de garantias no plano de recuperação judicial só é válida para os credores que concordarem expressamente com ela. Vejamos: “§ 1º Na alienação de bem objeto de garantia real, a supressão da garantia ou sua substituição somente serão admitidas mediante aprovação expressa do credor titular da respectiva garantia.”

QUESTÃO 100. A cláusula do plano de recuperação judicial que prevê a supressão de garantias somente é eficaz em relação aos credores que com ela anuíram expressamente. O Restaurante Beta Ltda. vem passando por severas dificuldades financeiras. Assim, seus sócios aprovaram por unanimidade a transferência do estabelecimento para o Restaurante Alpha Ltda... Para tanto, celebraram contrato de trespasse.

Analise a situação hipotética narrada com base no ordenamento jurídico brasileiro e assinale a alternativa correta.

a) Caso seja silencioso o contrato de trespasse, o Restaurante Beta Ltda não poderá fazer concorrência ao Restaurante Alpha Ltda pelo prazo de cinco anos.

b) O trespasse do estabelecimento empresarial envolve necessariamente a transferência da propriedade do prédio onde se localiza a sede da empresa.

c) O ordenamento jurídico brasileiro não reconhece o estabelecimento empresarial, exigindo que os bens integrantes sejam físicos.

d) A alienação do estabelecimento empresarial produzirá automaticamente efeitos perante terceiros, dispensando o registro na Junta Comercial

e) A sociedade Restaurante Alpha Ltda responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência regularmente contabilizados pelo prazo de dois anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Consoante o Art. 1.147 do Código Civil, na ausência de cláusula específica em contrário, o alienante não pode fazer concorrência ao adquirente pelo prazo de cinco anos, contado

da transferência do estabelecimento. Vejamos: “Art. 1.147. Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subseqüentes à transferência.”

A alternativa B está incorreta. O trespasse não envolve necessariamente a transferência da propriedade do prédio.

A alternativa C está incorreta. O ordenamento jurídico brasileiro reconhece o estabelecimento empresarial, que pode incluir bens tangíveis (físicos) e intangíveis (como a clientela e o fundo de comércio), nos termos do Art. 1.142 do CC.

A alternativa D está incorreta. Para que a alienação do estabelecimento produza efeitos perante terceiros, é necessário o registro na Junta Comercial e a publicação da alienação: “Art. 1.144, CC - O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, e de publicado na imprensa oficial.”

A alternativa E está incorreta. Embora o adquirente do estabelecimento seja responsável pelos débitos anteriores à transferência, o prazo de dois anos é para que o alienante também seja solidariamente responsável, conforme o Art. 1.146 do Código Civil.

PEÇA PROCESSUAL

Instalou-se grande celeuma, no âmbito do Município Alfa, em relação à exploração dos serviços funerários em seu território. Tal ocorreu em razão da entrada em vigor de Emenda à Constituição do Estado Sigma, em cujo território Alfa está localizado, dispondo que essa atividade era livre à iniciativa privativa. De acordo com as discussões promovidas no curso do processo legislativo, o objetivo almejado era o de aumentar a concorrência e, de modo correlato, reduzir o custo do serviço.

A reforma constitucional também criou a Agência Estadual de Vigilância dos Serviços Mortuários, autarquia especial, vinculada ao Poder Executivo, criando o quadro de pessoal e definindo o respectivo rol de competências, que teriam caráter normativo, fiscalizatório e sancionatório. Caberia a essa autarquia a definição dos requisitos a serem observados para a venda de urnas mortuárias, o traslado do corpo até o cemitério, a cremação e os serviços relacionados ao enterro. Os cemitérios, doravante, poderiam ser explorados em caráter público ou privado, sendo que a nova disciplina instituída pela reforma, acrescida das normas estatuídas pela Agência Estadual, teria aplicação imediata sobre todos os cemitérios.

Como fator de persuasão, a reforma dispôs que a inobservância dos comandos pelo Chefe do Poder Executivo, estadual ou municipal, configuraria crime de responsabilidade, sujeitando o agente às sanções de perda da função pública e de suspensão dos direitos políticos.

A preocupação gerada pela reforma, no âmbito do Município Alfa, decorria da natureza do serviço; da abrupta supressão do seu poder de polícia mortuária; da imperativa adequação dos cemitérios existentes, que funcionam a partir da permissão do Poder Executivo; à nova sistemática normativa; e do risco de punição do Prefeito.

À luz desse quadro, o Prefeito do Município Alfa solicitou que o Procurador-Geral do Município emitisse parecer, a respeito de todos os aspectos jurídicos relevantes, de modo que pudesse avaliar as providências que iria adotar.

Elabore o parecer solicitado.

Comentários

A autoridade consultante – Prefeito do Município Alfa –, em consulta formulada ao Procurador-Geral do Município, pretende compreender as implicações jurídicas e, sobretudo, a constitucionalidade da Emenda à Constituição do Estado Sigma, no que toca a exploração dos serviços funerários em seu território.

Sobre o tema, importante mencionar que a Constituição Federal conferiu aos Municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local (artigo 30, inciso I), e organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local (artigo 30, V).

O Município, portanto, por força de disposição constitucional possui, inequivocamente, competência para legislar sobre assuntos de interesse local neles compreendidos, os serviços funerários e

cemiteriais, tal como definido pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 1.221, que concluiu que os serviços funerários são de competência do Município.

Os cemitérios públicos são classificados como bens públicos de uso especial. Assim, podem ser administrados tanto pelo Município quanto por terceiros.

Cemitérios privados, apesar de serem de domínio particular, tem interesse público e, por isso, são fiscalizados pelo Estado (*latu sensu*). Comumente, a legislação dos Municípios concede essa permissão apenas às entidades de caráter assistencial e sem fins lucrativos.

Em importante precedente do Município de São Paulo, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo declarou a constitucionalidade de dispositivos de uma lei municipal de São Paulo, que reorganiza o serviço funerário da cidade por meio da concessão de cemitérios à iniciativa privada, no âmbito do Plano Municipal de Desestatização.

Assim, a Emenda à Constituição do Estado Sigma mostra-se inconstitucional neste ponto, considerando a competência municipal para tratar sobre a exploração dos serviços funerários, podendo ser proposta uma ADI perante o Tribunal local para questionar o teor da norma, observada a legitimidade ativa prevista na Lei Orgânica do Município.

Ademais, mostra-se inconstitucional dispor sobre crime de responsabilidade em norma estadual, vez tratar-se de competência federal, conforme jurisprudência consolidada do STF, que define ser competência privativa da União, na forma do art. 22, I, CF/88, legislar sobre a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento – súmula vinculante 46.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajurídica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)